





**SOCIEDADES SUDAMERICANAS:  
LO QUE DICEN JÓVENES Y ADULTOS  
SOBRE LAS JUVENTUDES**

Análisis a partir del estudio Juventudes Sudamericanas:  
diálogos para la construcción de la democracia regional



**SOCIEDADES SUDAMERICANAS:  
LO QUE DICEN JÓVENES Y ADULTOS  
SOBRE LAS JUVENTUDES**

DIEGO SEGOVIA  
ELIANE RIBEIRO  
ERICK IÑIGUEZ  
FELIPE GHIARDO  
LAURA NOBOA  
OSCAR DÁVILA  
PATRÍCIA LÂNES  
REGINA REYES NOVAES  
VERÓNICA FILARDO

**iBase**  
etinho



**CIDPA**  
Centro de Estudios Sociales



**BASE**  
investigaciones sociales

**COTIDIANO**  
MUJER



**IDRC**  **CRDI**

ISBN: 978-956-7914-06-7

*Sociedades sudamericanas: lo que dicen jóvenes y adultos sobre las juventudes*

© Una publicación de IBASE, PÓLIS y Centro de Estudios Sociales CIDPA

Primera edición, julio de 2009

De esta primera edición se tiraron 3.000 ejemplares

Edición al cuidado de Oscar Dávila, Centro de Estudios Sociales CIDPA

INSTITUCIONES RESPONSABLES:

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

Av. Rio Branco 124 Piso 8 Río de Janeiro Brasil

Sitio Web: [WWW.IBASE.BR](http://WWW.IBASE.BR)

Fono: (55-21) 2178.9400

Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS)

Rua Araújo 124 Vila Buarque São Paulo Brasil

Sitio Web: [WWW.POLIS.ORG.BR](http://WWW.POLIS.ORG.BR)

Fono: (55-11) 2174.6800

Centro de Estudios Sociales CIDPA

Codell 1231 Valparaíso Chile

Sitio Web: [WWW.CIDPA.ORG](http://WWW.CIDPA.ORG)

Fono: (56-32) 259.69.66

Apoyo: Centro de Investigaciones para el Desarrollo Internacional (IDRC)

Diseño, portada y fotografías: Gonzalo Brito, Área Comunicaciones CIDPA

Corrección de textos: JUAN VARGAS y ANACRIS BITTENCOURT

Impresión: Productora Gráfica Andros. Fono: 555.87.33 Santiago

IMPRESO EN CHILE / IMPRESSO EM CHILE / PRINTED IN CHILE

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
<b>CAPÍTULO 1</b> Caracterización general	23
<b>CAPÍTULO 2</b> Medios de información y uso de internet	59
<b>CAPÍTULO 3</b> Sobre la juventud: nociones y discusiones	83
<b>CAPÍTULO 4</b> Valores, sociabilidad y participación social	127
<b>CAPÍTULO 5</b> Demandas juvenis	177
<b>CAPÍTULO 6</b> Políticas públicas para los jóvenes	217
<b>CAPÍTULO 7</b> Integração sul-americana: opiniões e mobilidade	249
CONSIDERACIONES FINALES	281
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	295
ANEXO METODOLÓGICO	299





## INTRODUÇÃO

ELIANE RIBEIRO E REGINA REYES NOVAES

*Qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça quando digo «juventude»? Diversão, liberdade, independência, alegria, futuro, perda, esperança, falta de esperança, responsabilidade ou irresponsabilidade?*

AO TODO, 1.851 PALAVRAS foram citadas por 14 mil jovens e adultos entrevistados em uma pesquisa realizada em seis países sul-americanos. É nesse universo de noções contraditórias e de sentimentos ambivalentes que se formulam as demandas da juventude no século XXI por políticas públicas. Compreendê-lo melhor é urgente, caso contrário os próprios programas e ações voltados para a juventude correm o risco de contribuir para cristalizar preconceitos e reproduzir desigualdades sociais.

Esta publicação pretende expandir e aprofundar o conhecimento sobre a juventude sul-americana. Com a perspectiva de contribuir para a vigência e a ampliação de direitos, nos marcos do exercício da democracia plena, o livro apresenta os resultados da pesquisa *Juventude e integração sul-americana: diálogos para a construção de uma democracia regional*. Trata-se de um amplo levantamento quantitativo sobre o contingente populacional entre 18 e 60 anos (jovens e adultos), homens e mulheres, zona urbana e rural, diferentes estratos socioeconômicos. Entre os meses de agosto e outubro de 2008, sob a responsabilidade e coordenação de campo do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), foram entrevistadas 14 mil pessoas nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.<sup>1</sup>

---

1 Nota metodológica em anexo.

Considerando que, atualmente, a juventude corresponde a cerca de 25% da população que vive na América do Sul, interessa aos rumos do desenvolvimento e da democracia em cada país compreender os dilemas e desafios que dizem respeito a essa significativa parcela da população. Por um lado, é necessário captar debilidades, vulnerabilidades e obstáculos que se apresentam para o exercício de sua plena cidadania. Por outro, trata-se de conhecer e refletir sobre o alcance das redes de apoio e das políticas públicas que se propõem a reconhecer as atuais demandas juvenis e responder a elas.

De fato, nos últimos anos, tem sido crescente o número de pesquisas voltadas para o estudo dos jovens que vivem no continente. Já existem informações sistematizadas sobre quem são eles, sua amplitude e diversidade; semelhanças e diferenças; como se organizam; como participam; que demandas formulam; que redes de apoio existem; que estratégias constroem para se inserir em suas sociedades. Estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), pela Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras organizações, trouxeram importantes contribuições para a compreensão da atual questão juvenil.

No entanto, até onde pudemos averiguar, este estudo —coordenado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), com apoio do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento do Canadá (IDRC)— é pioneiro em três aspectos. A saber: envolve uma rede de parceiros co-responsáveis; tem a juventude como tema, mas ouve a população jovem e adulta; foi realizada ao mesmo tempo e com o mesmo questionário nos seis países.

Em primeiro lugar, a pesquisa, cujos resultados são apresentados nesta publicação, constitui uma das etapas de um processo iniciado em 2007 com a aproximação de pesquisadores, organizações não governamentais, universidades e centros de pesquisa da região preocupados em qualificar e atualizar informações analíticas sobre a situação dos jovens na região. Trata-se, portanto, de uma *pesquisa realizada por uma rede de parceiros* dos seis países da América do Sul que compõem o espectro da investigação.

Fundación SES (Argentina), PÓLIS (Brasil), Universidad para la Investigación Estratégica en Bolivia (U-PIEB Bolivia), Centro de Estudios Sociales CIDPA (Chile), Base Investigaciones Sociales (BASE-IS

Paraguay) e Cotidiano Mujer e Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (Uruguay). Desta maneira, o trabalho envolve um conjunto de instituições que se tornaram co-responsáveis tanto pela construção do objeto de estudo, quanto pelas estratégias metodológicas e disseminação os resultados.

Em segundo lugar, a motivação para *ouvir jovens e adultos em uma pesquisa sobre juventude*, veio justamente da revisão da literatura disponível e das discussões da rede que apontavam para a necessidade de encontrar novos subsídios para melhor compreender a singularidade da atual condição juvenil. Na perspectiva de contribuir para a produção de informações inéditas, o estudo aqui apresentado busca avançar no debate formulando perguntas ainda não consideradas em outras pesquisas quantitativas feitas com jovens nos diferentes países, tais como: quais são as questões que aproximam ou distanciam os jovens dos adultos que vivem em um mesmo tempo histórico? Até que ponto, e em que temas, existem hoje mais semelhanças entre as opiniões de jovens dos diferentes países do que entre os adultos desses mesmos países? Como adultos e jovens classificam, nomeiam, valorizam e desvalorizam os jovens nos diferentes países? Que diferenças há entre valores e formas de participação social experimentadas por jovens e adultos dos seis países? Como são vistas, pelo conjunto da população, as demandas juvenis mais (re)conhecidas? Qual é a visibilidade e a legitimidade que jovens e adultos atribuem aos programas e ações voltados para a juventude nos seis países? Até que ponto o conhecimento e o reconhecimento de questões que dizem respeito ao tema integração sul-americana sofrem modulações a partir do recorte etário?

O terceiro aspecto pioneiro do estudo, como já foi dito, diz respeito ao *caráter regional de uma investigação realizada com amostras representativas nacionais*. Vale a pena destacar o processo e procedimentos adotados para tornar viável a realização de uma mesma pesquisa, em torno da tematização da juventude, em seis países que estão na esfera do Mercosul.

Esta empreitada, ao nosso ver, só foi possível porque contamos com os subsídios produzidos em dois estudos anteriores, realizados pela mesma rede de pesquisadores, por meio de técnicas de pesquisa qualitativa. Iniciado em 2007, o primeiro estudo sobre coletivos juvenis diversificados foi publicado, em janeiro de 2008, com o título de *Juventudes e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis*. Seis demandas para a construção de uma agenda co-

mum. Foram estudados 19 grupos de diferentes movimentos sociais, desde as formas mais clássicas de participação (estudantes secundaristas, sindicalistas, camponeses) até movimentos ambientalistas e culturais, entre outros.<sup>2</sup> O segundo estudo, com base em entrevistas e em 38 grupos focais, buscou ampliar o conhecimento sobre as percepções e práticas de jovens participantes de coletivos identitários, temáticos e sindicais. Parte dos resultados desta etapa está presente nas reflexões que compõem o livro intitulado *Ser joven em sudamérica: diálogos para a construcción de la democracia regional*, publicado pelo Centro de Estudos Sociais (CIDPA), do Chile, em coedição com IBASE/PÓLIS/IDRC, em outubro de 2008. Cientes de que nestes dois estudos se focaliza as «minorias juvenis ativas» em cada país, o próximo passo implicava em produzir novas informações que permitissem refletir sobre as continuidades e descontinuidades entre as percepções destes jovens mobilizados em relação à toda a juventude e ao conjunto da população das sociedades onde vivem.

Reconhecendo a importância de lançar mão da complementaridade entre métodos e técnicas de investigação, a pesquisa quantitativa foi, portanto, elaborada como uma oportunidade de refletir sobre hipóteses formuladas no âmbito dos estudos acima citados. Com tais subsídios, enfrentou-se o desafio de construir um único questionário que fizesse sentido para entrevistados de todos os países pesquisados. Por outro lado, não se mostrou viável desenhar uma amostra única para todos os países, o que acabaria por diminuir a presença daqueles que possuem territórios menores e/ou menos populosos. Respeitando as características sociodemográficas de cada país, as amostras nacionais foram construídas de maneira a possibilitar comparações mas, também, de maneira a impedir generalizações apressadas, que sempre ocorrem quando as análises dos dados recolhidos não incorporam uma reflexão sobre as condições de produção de informações em pauta.

Ainda no que diz respeito ao escopo regional da investigação, vale lembrar que a conexão entre produção de conhecimento científico e ação política é um elemento fundamental na constituição da rede de pesquisadores e instituições que se formou, com o apoio do IDRC. Nesse sentido, os estudos produzidos deveriam servir de subsídios para grupos, redes e movimentos juvenis, na perspectiva de incidir sobre o reconhecimento social de suas demandas. Assim como incidir na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas voltadas para

---

2 Relatório disponível em [www.ibase.br](http://www.ibase.br) e [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br).

as juventudes da região. Desse ponto de vista, produzir conhecimento, por meio de uma rede de instituições e pesquisadores de seis países da região, favorece a ampliação das possibilidades de incorporação da juventude na pauta dos direitos em cada país e na região como um todo. Sem dúvida, o olhar comparativo de um país para outro é um convite para o aprendizado mútuo, pode gerar novas energias criativas para provocar respostas locais e para motivar conexões regionais.

Enfim, com essas dimensões pioneiras, o objetivo da pesquisa foi conhecer mais a juventude, focalizando um conjunto de relações sociais entre gerações pois não se define «ser jovem» ou «ser adulto» de maneira isolada. Imersos e enredados em complexas e profundas relações, que atravessam de forma objetiva e subjetiva o dia-a-dia de cada um, definições e vivências de jovens e adultos se influenciam mutuamente. Como afirmou Pierre Bourdieu, «somos sempre o jovem ou o velho de alguém» (Bourdieu, 1983:113), ou seja tudo dependerá da seleção etária em que se encontra a outra pessoa da relação comparativa. Ou, como lembra o mesmo autor, «juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente» (Bourdieu, 1983:113).

Entretanto, pensar tais categorias como «socialmente construídas» é apenas um ponto de partida nesta pesquisa, cujo ponto de chegada exige um exercício analítico bastante desafiante e complexo, sobretudo quando se focalizam as diferenças e semelhanças entre os países em destaque. Vejamos alguns desses aspectos que devem ser levados em conta para construir parâmetros de comparação entre tais países.

No que diz respeito à formação econômica, os seis países têm em comum a colonização ibérica, mas suas histórias são diferentes em termos de ciclos de produção e de relações entre classes sociais. Não por acaso, mais recentemente, todos foram atingidos por reformas neoliberais da década de 1980, mas vivenciaram variadas experiências no que concerne à presença do Estado na economia, da liberalização dos mercados, da privatização de setores e serviço, de perdas de direitos trabalhistas. Sem dúvida, isso interfere na percepção do passado e do presente, em nostalgias ou otimismo, e também —direta ou indiretamente— nas avaliações sobre as demandas e as políticas públicas voltadas para a juventude no momento atual. Assim sendo, pode-se dizer que também a economia é afetada por características particulares da «cultura política» de cada país.

No que diz respeito à política, embora todos tenham passado por regimes autoritários, as repercussões dessa experiência não marcaram da mesma forma e com a mesma intensidade a cultura política dos seis

países. As ditaduras não foram diretamente vividas pelos jovens de hoje, mas eles vivem em sociedades que possuem diferentes mecanismos para promover esquecimento ou negociar a memória coletiva. Ao mesmo tempo, em uma pesquisa comparativa entre países, quando se fala em política, também é preciso considerar o diferenciado grau de popularidade dos atuais governantes. Assim como as expectativas por mudanças, sobretudo no caso de governos mais recentes, e a proximidade ou distância do calendário eleitoral também interferem na avaliação positiva ou negativa das políticas públicas em geral e, em nosso caso, daquelas voltadas para a juventude.

No âmbito das crenças e valores —que legitimam ou questionam desigualdades— é importante levar em conta o peso relativo e os diferentes papéis políticos da religião oficial e dominante —ou seja do catolicismo— em cada país. Na realidade, no que diz respeito aos valores, sistemas de crenças e de representações, predominantes em cada país, é preciso sempre considerar os embates históricos específicos da construção social de cada nação. Diferentes combinações entre etnias, raças e nacionalidades constituem historicamente cada população «nacional». Tal constituição produz hierarquias e, sem dúvida, se expressa do decorrer do tempo sobre a forma de preconceitos e discriminações que retro-alimentam desigualdades de classe. Além disso, especificamente no que concerne ao tema deste livro, este passado histórico também interfere na maior ou menor legitimidade atribuída às demandas de diferentes segmentos juvenis diferenciados por estratos socioeconômicos; por ascendência negra; por pertencimento a povos indígenas originários; por viver em diferentes regiões de um país; por viver no campo ou nas cidades.

Ao mesmo tempo, também é preciso considerar que os meios de comunicação têm um papel ativo na disseminação de imagens contraditórias, ambíguas e ambivalentes sobre a juventude, reforçando estereótipos presentes no imaginário social. Nestes tempos em que os meios de comunicação chegam a ser chamados de «quarto poder», é preciso levar em conta as relações dos movimentos juvenis e dos organismos governamentais com a imprensa de cada país. Este aspecto também interfere na visibilidade e no reconhecimento das demandas e dos programas e ações voltadas para a juventude.

Contudo, vejamos o outro lado da medalha. Se é verdade que, nos seis países, jovens e adultos vivem em sociedades com histórias e culturas particulares, hoje, cada vez mais, esses mesmos países estão inseridos em feixes de relações econômicas, políticas e comunicacio-

nais globais. Assim, em ritmo acelerado, misturam-se elementos da cultura local com um estoque de argumentos que —ultrapassando fronteiras nacionais dos países estudados— estabelecem consensos internacionais sobre quais são os «problemas da juventude atual». Assim como, mais do que nunca, entre tais países circulam «recomendações» sobre como solucioná-los.

Nesse mesmo sentido de combinação entre tradição e inovação, também a chamada «tecnossociabilidade» (para usar um termo de Manuel Castells) convive com agências clássicas de socialização (tais como família, escola e igrejas). Ao constatar a importância do uso das novas tecnologias de comunicação (TICS) entre os jovens, é preciso levar em conta tanto as especificidades de cada país, quanto seus efeitos mais gerais sobre representações, práticas e possibilidades dos jovens de hoje.

Todos estes elementos conjugados reafirmam, por um lado, a importância da pesquisa comparativa internacional e, por outro, trazem um importante alerta sobre o cuidado e a cautela que são necessários quando se busca uma costura explicativa para analisar os resultados de uma pesquisa com tal escopo.

Essas preocupações estiveram presentes no grupo de trabalho constituído para analisar os resultados da investigação. O grupo foi formado por pesquisadores participantes das equipes nacionais da Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai e por duas pesquisadoras da equipe responsável pela coordenação geral do projeto, vinculada ao IBASE. Para a realização do trabalho, utilizou-se o banco de dados disponibilizado pela empresa contratada para realizar a pesquisa (IBOPE) e, também, levou-se em conta as análises contidas nos relatórios nacionais que foram produzidos pelas instituições parceiras.<sup>3</sup> A redação final de cada capítulo ficou sob a responsabilidade de um membro do grupo de trabalho, que assumiu sua autoria. Ao todo são sete capítulos, que serão apresentados a seguir.

O primeiro capítulo apresenta a população entrevistada, que é caracterizada nas dimensões econômica, educacional, cultural e religiosa, considerando variações por países, sexo, faixas etárias (jovens e adultos). Também são analisadas as informações recolhidas sobre os atuais percursos migratórios entre campo e cidade, entre as cidades

---

3 Os relatórios elaborados pelas equipes da Fundación SES, PÓLIS, U-PIEB, CIDPA, Base-IS e Cotidiano Mujer e UDELAR estão contidos no CD que acompanha esta publicação.

no interior de um mesmo país e para outros países da região, relacionando-os com as características demográficas e econômicas dos países estudados. Em seu decorrer, o capítulo dialoga com as informações disponíveis e com outras pesquisas sobre os mesmos temas, demonstrando como a persistência de desigualdades sociais se evidencia em questões que atingem particularmente os jovens de hoje. Com efeito, para além do diferenciado grau de abrangência do sistema educativo que caracteriza cada país, em todos eles a atual geração jovem vive o inédito paradoxo de ser mais instruída do que seus pais e —ao mesmo tempo— ter menos oportunidades de trabalho do que a geração que a precedeu.

O segundo capítulo aborda as diferentes dimensões vinculadas ao acesso, aos usos, disposições e desafios impostos pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICS). O capítulo se refere às distâncias de acesso e uso das TICS entre os países estudados e outros países mais desenvolvidos e, também, constata distâncias entre os seis países estudados no que diz respeito à inclusão digital. No entanto, por outro lado, reconhece que, hoje, a internet chega aos jovens de diferentes classes sociais. Os dados da investigação demonstram também como a idade e a internet se potencializam mutuamente: na Argentina e no Brasil, os jovens utilizam a rede duas vezes mais que os adultos; no Chile, Bolívia e Uruguai, três vezes mais; e no Paraguai, quatro vezes mais. Certamente, determinadas desigualdades sociais —expressas em anos de escolaridade, nível de renda, local de moradia— influenciam *quanto* e *como* se usa o computador e a internet. Nesse sentido, também vale prestar a atenção nos resultados da pesquisa que sugerem usos complementares e simultâneos da ferramenta internet com outros meios de comunicação e expressão mais tradicionais como rádio, televisão e imprensa escrita. Em resumo, os dados analisados não só ratificam a percepção de que esta é a primeira geração em que as novas tecnologias se embrenham em aspectos relevantes da socialização, da construção de subjetividade e de identidade, das formas de estar no mundo, mas também apontam para desigualdades de acesso e uso e, ainda, para novas combinações entre velhas e novas tecnologias. Tais questões, sem dúvida, deveriam estar obrigatoriamente presentes nos espaços de formulação e implantação de políticas públicas de juventude.

Buscar conhecer percepções definidoras de «juventude» e de «ser jovem» é o que se propõe o terceiro capítulo. Sem dúvida, como já afirmou Pierre Bourdieu (1997), a compreensão sobre o que é a ju-



ventude é *difícil de ser controlada, difícil de descrever e difícil de pensar*. Confrontando termos, expressões e palavras utilizadas pelos entrevistados, buscou-se inferir significados e compreender adjetivações associadas à juventude. A pergunta era aberta: *Qual a primeira palavra que vem à sua cabeça quando digo «juventude»?* As respostas reuniram 1.851 palavras e expressões. Desse conjunto tão diferenciado, considerando o conjunto de países, destacou-se uma única conclusão: a importância da categoria «responsabilidade» e de dois eventos marcantes no ciclo de vida, a saber o casamento e a chegada dos filhos, não necessariamente em tal ordem. Nessa ótica, os entrevistados solteiros são aqueles que têm a opinião mais positiva sobre a juventude e sobre os atributos de «ser jovem». Assim, à medida que jovens assumem a responsabilidade de outros papéis sociais, «adultizam-se» aproximando-se mais das percepções negativas socialmente disponíveis. Esse corajoso exercício de inserir uma pergunta aberta em uma pesquisa com 14 mil entrevistados deixou evidente uma necessidade: mapear constantemente as concepções sobre *juventude* (e sobre o *que é ser jovem*) que são acionadas tanto para a formulação de demandas quanto para justificar respostas em termos de Programas e Ações voltadas para a juventude. Como se sabe, definições contraditórias habitam os corações e mentes de diferentes atores sociais. Do ponto de vista dos grupos, redes e movimentos este exercício de explicitação pode resultar em maior possibilidade de comunicação com os jovens que estão distantes da participação. Do ponto de vista dos formuladores e gestores de políticas públicas de juventude, é preciso sempre lembrar que concepções implícitas interferem não só nos desenhos de programas, mas também naturalizam indicadores de avaliação.

O quarto capítulo centra na descrição e na análise de aspectos referentes aos valores dos entrevistados, examinando sociabilidades e formas de participação em organizações sociais. Nesse capítulo, há um esforço de construção de um índice de «liberalidade» por meio do qual se comparam os diferentes países. Conclui-se que no primeiro lugar, de «posturas liberais», está o Uruguai e pelo último lugar disputam a Bolívia e o Paraguai. Em termos de modulações de opinião no que concerne ao recorte etário, somente o Uruguai e o Chile apresentam diferenças significativas; na maioria dos países, a idade só influencia na percepção sobre orientação sexual e uso de maconha. Por outro lado, as clássicas diferenças entre nível de renda, grau de escolaridade, área de residência tendem a influir positivamente em direção a valores menos tradicionais. Com essa difícil tarefa de analisar questões liga-

das a representações coletivas, crenças e ideologias (com seus distintos graus de coerência interna e de consciência de quem, por meio delas, se expressa), o capítulo possibilita refletir sobre a atual configuração das relações intergeracionais. De maneira geral, as descontinuidades entre gerações são minimizadas quando se põem em foco desigualdades estruturais e diferenças culturais presentes em cada país. Esse aspecto merece ser mais debatido, sobretudo entre jovens mobilizados em grupos, redes e movimentos que se definem como «juvenis» e entre jovens que participam de organizações sindicais e políticas os quais, muitas vezes, para construir a especificidade de seu próprio protagonismo, exacerbam o conflito geracional entre jovens e adultos.

O quinto capítulo retoma o conjunto das demandas —identificadas por meio das pesquisas qualitativas realizadas nos seis países— para submetê-las à apreciação e à complementação dos jovens e adultos entrevistados. Indagando sobre a prioridade das demandas trazidas pelos jovens sul-americanos ao espaço público, o capítulo ratifica o lugar destacado da *educação*. Não por acaso, as manifestações públicas em torno da educação, que se destacam em diferentes países, possuem alto grau de aceitação dos entrevistados. Na mesma direção, indicando o reconhecimento social dessa demanda, a «baixa qualidade da educação» aparece como um dos maiores problemas (ao lado de violência) que impedem os jovens de viver melhor o presente e de conquistar o futuro. Por outro lado, as demandas associadas ao trabalho não se destacam pelo número de manifestações públicas (apenas uma manifestação juvenil ocorrida na Argentina fez parte das alternativas oferecidas para a apreciação dos entrevistados). Entretanto, a importância do tema no debate público acerca da juventude nos diferentes países se revela quando a alternativa «ter mais oportunidades de trabalho» é considerada como o que seria mais importante para a juventude hoje.

Sobre a relação entre educação e trabalho, a frase «os jovens devem só estudar e não trabalhar», em todos os países, provocou mais discordância do que concordância, com exceção do Chile. Esse resultado evidencia uma controvérsia bastante presente na formulação de políticas públicas voltadas para a juventude. Posições sobre *quando* e *de que maneira* deve se dar a inserção de jovens no mercado de trabalho justificam tanto programas e ações que enfatizam a elevação de escolaridade e buscam adiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, quanto, ao contrário, justificam iniciativas que se propõem a promover inserção imediata por meio de subsídios para empregadores ou criação de postos de trabalho pelos governos. Os dados desta pesquisa

podem, sem dúvida, motivar o debate público sobre essa importante questão diretamente relacionada às mudanças no clássico padrão de transição para a vida adulta em que a educação antecede o trabalho e a constituição de uma nova família. Hoje convivem distintas modalidades de transição da juventude para a vida adulta com suas seqüências não lineares e lógicas diversas. Se hoje são variadas as trajetórias juvenis, por que não criar programas com desenhos diversificados? Diferentes combinações podem ser feitas entre elevação da escolaridade, formação profissional e inserção produtiva. Trata-se, na verdade, de criar condições para os jovens excluídos, ou ameaçados de exclusão, possam ampliar seu campo de possibilidades para fazer escolhas.

O sexto capítulo dedica-se a questões sobre as políticas públicas voltadas para a juventude. Em geral, em todos os países, a ênfase principal recai sobre a necessidade de políticas nas áreas de educação, trabalho e saúde. Postos na situação hipotética («se você fosse presidente...») de poder determinar prioridades para a juventude, a grande maioria ratificou as áreas de educação e trabalho. Um segundo grupo de temas (transporte gratuito ou com desconto, inclusão de minorias, programas de redução de danos para usuários de drogas) recebe ênfases distintas nos seis países e entre adultos e jovens. De outra parte, perguntados se seus governos conhecem, encaminham e acertam nos programas e ações voltadas para juventude, a tendência geral dos entrevistados foi responder negativamente, sendo que, nesse caso, o Uruguai aparece no polo mais positivo e o Paraguai, no polo mais negativo. Já no que diz respeito ao (baixo) conhecimento das políticas, programas e ações voltados para a juventude, o Uruguai e o Brasil ganham destaque; em seguida vem o Chile; e, por fim, a Argentina, a Bolívia e o Paraguai, nos quais os níveis de lembrança são praticamente inexistentes. Nesse caso, o recorte etário só faz diferença no Brasil, onde as políticas voltadas para a juventude são mais conhecidas por jovens. Entre os vários aspectos discutidos no capítulo, vale a pena mencionar uma questão recorrente em todos os países: de maneira geral, não se distinguem políticas voltadas para famílias de baixa renda, infância e juventude. Ampliar o debate público sobre este último aspecto é muito importante: as respostas dos entrevistados podem indicar apenas desconhecimento, mas elas podem também revelar a invisibilidade do segmento juvenil nos espaços decisórios das políticas públicas governamentais, nos quais —desde a década de 1980— se busca legitimar a proteção à infância e consagrar a família como unidade para as políticas de transferência de renda e «desenvolvimento social».

O último capítulo apresenta questões sobre as percepções das diferentes gerações entrevistadas sobre *integração sul-americana*. De maneira geral, concluiu-se que —fora dos circuitos especializados— pouco se sabe sobre o tema «*integração sul-americana*». No entanto, vale chamar atenção para o fato de os entrevistados considerarem importantes as medidas apresentadas para favorecer tal integração, o que revela boa predisposição para políticas e medidas futuras. No que diz respeito aos processos de circulação e mobilidade que os habitantes da região vêm vivenciando, pode-se afirmar que a população jovem circula de forma bastante limitada entre os países da região. Os uruguaios são os que mais circulam entre outros países da América do Sul e são também os que mais viajam para outros continentes, e os brasileiros são o que menos fazem tais percursos. O Uruguai também representa o país em que mais se viaja por motivos turísticos (49.7%), seguido da Argentina (38.4%) e do Paraguai (35.2%). Os paraguaios, por sua vez, são os que mais viajaram por razões de trabalho. O capítulo apresenta análises sobre outras informações inéditas sobre o desejo e as experiências de migração. Entre elas vale destacar uma comparação entre as respostas de jovens e adultos bastante intrigante: em todos os países, os adultos apresentam maiores índices de mobilidade do que os jovens (Paraguai 60.2%, Uruguai 59.7%, Argentina 46.5%, Bolívia 24.8% e Brasil 16.1%), exceto o Chile, que apresenta basicamente os mesmos índices entre jovens e adultos (23.1% e 23.6%). Valeria a pena aprofundar esse ponto, já que outros estudos sobre a juventude latino-americana concluem que os jovens teriam maiores predisposições de migrar.

Por fim, ainda no sétimo capítulo, são analisadas as percepções dos entrevistados sobre o futuro pessoal, familiar, de sua cidade, de seu país e da América do Sul. Tendo como ponto de referência uma projeção de dez anos —independentemente das variáveis consideradas—, predominou entre os entrevistados o otimismo em relação ao futuro. No entanto, existem diferenças significativas entre os países. A população do Chile tem um olhar mais pessimista para o futuro, em seguida aparecem a população da Bolívia e a da Argentina. Entre os mais esperançosos, em todas as situações, estão os brasileiros e paraguaios.

Certamente, não se trata agora de catalogar definitivamente, atribuindo uma índole ou uma «essência cultural» a cada um desses países. O que importa é que esse retrato instantâneo seja objeto de reflexão, permita comparações com outras pesquisas, para que se possa compreender melhor quais conjugações de fatores (políticos, econômicos e

culturais) produzem configurações mais otimistas ou pessimistas nos distintos países. Esse dado pode ser importante para contextualizar as expectativas que as sociedades têm em relação às suas juventudes e, ainda, para aperfeiçoar processos de avaliação de programas e ações voltados para a população jovem.

Por fim, cabe destacar, este livro não precisa ser necessariamente lido de forma linear, já que os temas se entrecruzam, há questões de fundo que estão presentes em diferentes capítulos e há hipóteses, elaboradas no interior dos capítulos, que não são totalmente compartilhadas pelo conjunto dos autores. De certa forma, é a própria construção da «juventude» como objeto de investigação que não se compatibiliza com explicações monocausais e simplificadoras, exigindo sempre novas problematizações.

Na certeza de que neste livro se apresentam apenas algumas das inúmeras possibilidades e ângulos de análise da investigação realizada, o que se espera é que —tanto o conjunto de informações reunidas sobre os seis países como as informações sobre cada um dos países, em particular— sejam revisitadas e bastante exploradas por especialistas, lideranças e assessores de movimentos juvenis, consultores e gestores de políticas públicas. A soma entre a ampliação do conhecimento e engajamento social pode renovar o debate público sobre juventude e, ao mesmo tempo, incidir positivamente sobre o processo mais geral de construção da democracia participativa nos diferentes países estudados.



*Sociedades sul-americanas:  
o que dizem jovens e adultos  
sobre as juventudes*

*Capítulo 1*

**CARACTERIZACIÓN GENERAL**

Erick Iñiguez Calero





## CARACTERIZACIÓN GENERAL

EN ESTE CAPÍTULO SE describen las características generales de las personas que participaron de la encuesta de juventudes en el marco de la segunda etapa cuantitativa del proyecto de investigación «Juventud e integración sudamericana: diálogos para construir la democracia regional» realizado en seis países de la región:<sup>1</sup> Brasil, Argentina, Bolivia, Uruguay, Chile y Paraguay, a fin de conocer y presentar su perfil demográfico, social, económico y cultural a partir del procesamiento y análisis de los datos agrupados a nivel regional.

En primer lugar, se describen las características sociodemográficas generales de los encuestados según estrato generacional a nivel regional y por país, tomando en cuenta la edad de los entrevistados, estratos generacionales, sexo y sus características migratorias internas. Se presenta también los aspectos socioeconómicos generales a partir de un análisis comparativo entre países y estratos generacionales (jóvenes/adultos) tanto de las condiciones laborales pasadas (edad promedio del primer empleo) y condiciones laborales actuales (experiencia laboral, inactividad y desempleo), así como de sus características educativas o de formación (niveles de escolaridad). De la misma manera, se presentan los aspectos socioculturales considerando principalmente su autoidentificación racial, étnica y religiosa.

La muestra estadística a nivel regional estuvo compuesta por 14 mil encuestas (tabla 1) distribuidas entre los seis países que forman parte de la investigación: Brasil (3.500), Argentina (2.500), Chile (2.000), Bolivia (2.000), Uruguay (2.000) y Paraguay (2.000).

---

1 Se entenderá como «región» de aquí en adelante al conjunto de los seis países que forman parte de la investigación «Juventud e integración sudamericana: diálogos para construir la democracia regional» compuesta por Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay.

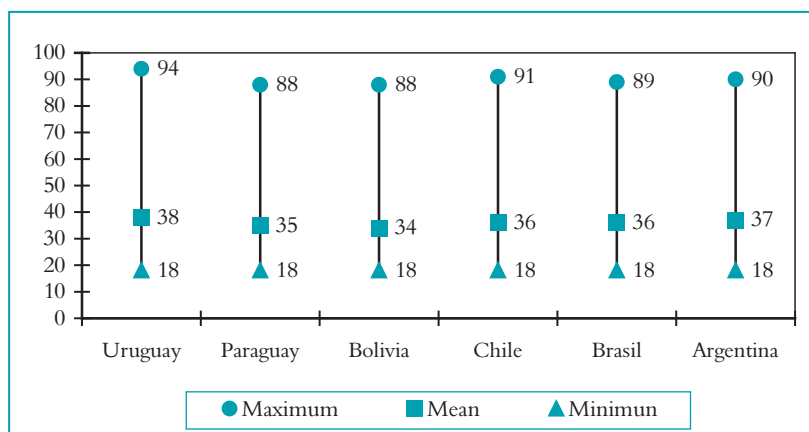
TABLA 1: RESUMEN DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS  
(SEXO Y EDAD-GENERACIÓN, PORCENTAJES)

Indicador	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay	Región
Encuestas	2.500	3.500	2.000	2.000	2.000	2.000	14.000
Hombres	50.0	48.0	49.0	48.0	50.0	47.0	48.0
Mujeres	50.0	52.0	51.0	52.0	50.0	53.0	52.0
<b>Jóvenes</b>	<b>49.1</b>	<b>49.9</b>	<b>49.6</b>	<b>50.1</b>	<b>50.0</b>	<b>50.0</b>	<b>49.8</b>
18 a 24	31.2	30.3	29.5	33.0	31.1	29.6	30.7
25 a 29	18.0	19.6	20.1	17.1	19.0	20.4	19.0
<b>Adultos</b>	<b>50.9</b>	<b>50.1</b>	<b>50.4</b>	<b>49.9</b>	<b>50.0</b>	<b>50.0</b>	<b>50.2</b>
30 a 39	13.8	15.7	18.7	18.9	17.3	12.0	15.9
40 a 49	12.6	13.7	14.1	13.4	14.2	12.0	13.3
50 a 60	10.6	9.7	7.4	8.4	8.8	9.1	9.1
60 y más	13.9	11.0	10.3	9.2	9.8	17.0	11.8

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En todos los casos la composición de la muestra según sexo fue equitativa, existiendo diferencia de tres puntos porcentuales entre varones y mujeres en el caso de Uruguay, diferencia de dos puntos porcentuales en los casos de Brasil y Bolivia y sólo un punto porcentual en el caso de Chile.

GRÁFICO 1: RANGOS DE EDAD, SEGÚN PAÍS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Un aspecto que caracteriza la presente encuesta tiene que ver con la descomposición de la muestra en dos grandes grupos generacionales: jóvenes (de 18 a 29 años) y adultos (de 30 años y más) con el fin de contrastar y comparar las diversas opiniones y percepciones intergeneracionales sobre temas que competen a la juventud latinoamericana actual. La tabla 1 presenta un resumen de la composición de la muestra según rangos de edad y estratos generacionales.

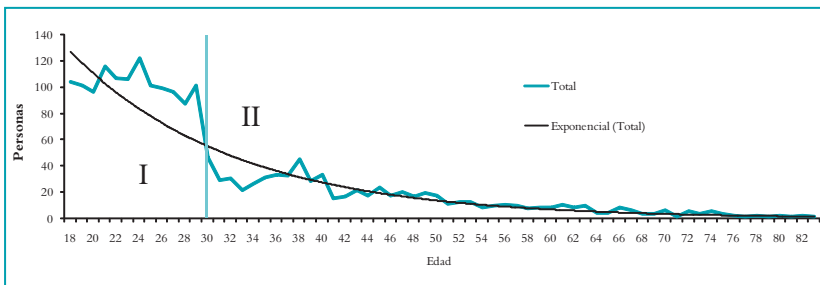
Los promedios de edad por países oscilaron entre los 34 y 38 años. Siendo Bolivia, el país con el menor promedio de edad seguido de Paraguay, Chile, Brasil, Argentina. A su vez, Uruguay presenta el promedio de edad mayor en relación al resto de países.

## 1. MIGRACIÓN

La realidad económica, social y política de los países sudamericanos configuran sus escenarios demográficos mediante el desplazamiento de sus habitantes a nivel interno como respuesta a un conjunto de necesidades laborales, educativas, entre otras.

La mayor probabilidad de migrar durante la juventud no se discute; conceptualmente aquella tiene fundamento intuitivo claro, que se relaciona con la ocurrencia de hechos significativos en aquella etapa de la vida que suelen motivar la migración, tales como la formación de la unión, y el inicio de la reproducción, el ingreso a la universidad o la incorporación al mercado de trabajo (CEPAL y OIJ, 2004:66).

GRÁFICO 2: RELACIÓN ENTRE LA EDAD Y CAMBIO DE RESIDENCIA  
(DATOS GLOBALES)

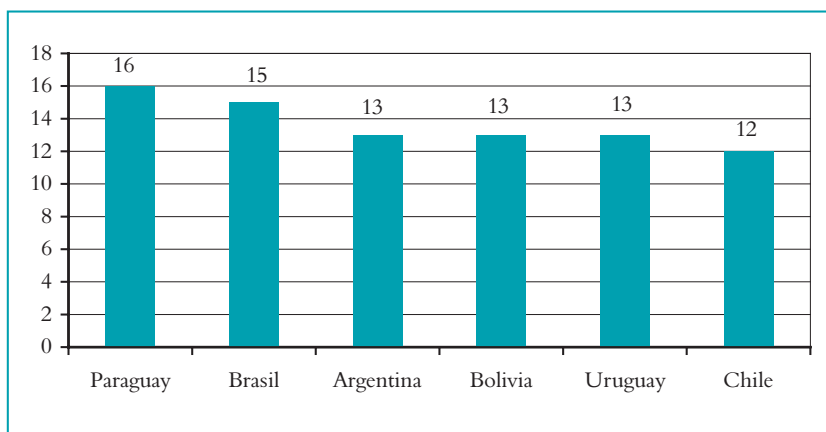


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Pero este fundamento intuitivo se verifica en los resultados de la presente encuesta cuando se observa la presencia de una relación inversa entre edad y la cantidad de personas que cambiaron de residencia en los últimos cinco años. Vale decir que existe mayor dinamismo migratorio entre jóvenes y adultos; y una tendencia migratoria mucho menor en los ancianos.

De acuerdo al gráfico 2, se observan dos momentos en la tendencia migratoria de las personas que habitan la región, mismas que estarían claramente demarcadas por generaciones (jóvenes/adultos). Se comprueba por una parte, que la edad de mayor migración se da entre los jóvenes de 20 y 29 años (momento I) caracterizado por una cantidad de migrantes por encima de la media;<sup>2</sup> mientras que una menor migración se daría en los adultos a partir de los 30 años en adelante (momento II).

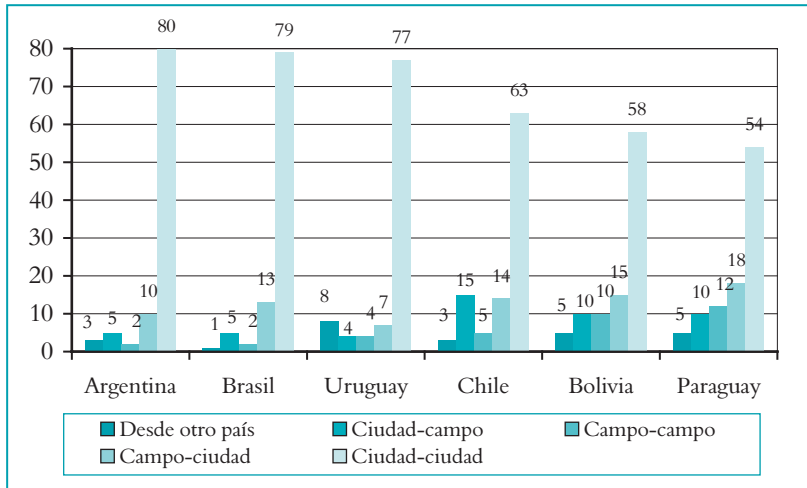
GRÁFICO 3: CAMBIO DE RESIDENCIA EN LOS ÚLTIMOS 5 AÑOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

2 La media se expresa en el ajuste exponencial de los datos representado por la línea continua decreciente denominada «exponencial» (total) en el gráfico 2.

GRÁFICO 4: CARACTERÍSTICAS DE DESPLAZAMIENTO



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

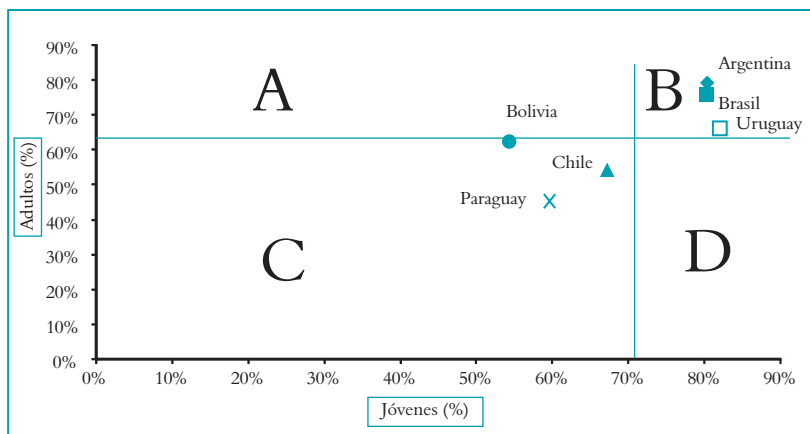
Pocos son los estudios empíricos sobre el tema de migración interna que adoptan una visión regional o que permiten al menos comparaciones entre los países (CEPAL, 2007b:2). Sin embargo, resultados de la presente encuesta (gráfico 3) revelan que 14% de los entrevistados han cambiado de residencia en los últimos cinco años. De los seis países analizados siendo Paraguay (16%) y Brasil,<sup>3</sup> quienes registran la mayor proporción de migrantes. El resto oscila entre el 12% (Chile) y 13% (Argentina, Bolivia y Uruguay).

La dinámica migratoria se ha hecho más compleja en los últimos años, predominando en la actualidad los flujos entre ciudades tal como se observa en el gráfico 4, donde el desplazamiento de una ciudad a otra se constituye en una característica predominante en los seis países y que viene a ser el resultado de un proceso de urbanización propio de la región. Al respecto la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) en su informe «Dinámica demográfica y desarrollo en América Latina y el Caribe» escribe:

3 «Según el IBGE, aunque con tendencia declinante, sólo en el período 2001-2006 el desplazamiento interno de población alcanzó a 4,463 millones de personas o casi un 2.4 por ciento de los 186 millones de habitantes del país. La causa principal es la búsqueda de empleo» (Villaverde, 2008:1).

América Latina y el Caribe es la región más urbanizada del mundo en desarrollo con un 75% de su población que reside en localidades urbanas. Aunque la población urbana aumentó de 69 millones en 1950 a 391 millones en 2000, su ritmo de crecimiento bajó del 4% medio anual en 1970 al 2% en la actualidad, como resultado del avance de la transición demográfica y de la reducción del efecto de la migración desde el campo. Si bien el alto grado de urbanización de la región se basa en infraestructura e instituciones urbanas menos consolidadas que sus símiles de los países desarrollados, no es una ficción estadística, pues un 60% de su población reside en ciudades de 20 mil o más habitantes, cifra más alta que la de Europa occidental (CEPAL, 2005:39).

GRÁFICO 5: MIGRACIÓN CIUDAD-CIUDAD



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Pero, ¿cuáles son las características desplazamientos de los jóvenes en relación a los adultos? Una mirada a los resultados de la encuesta (gráfico 5), considerando las características de desplazamiento entre ciudades sugiere, por una parte, que el promedio de participación de migrantes jóvenes (línea vertical gráfico 5) es superior al promedio de participación de migrantes adultos (línea horizontal gráfico 5). Por otra parte, los países como Argentina, Brasil y Uruguay cuentan con proporciones de migrantes mayores a la media regional (cuadrante B). En los dos primeros casos, Argentina y Brasil, no se observan diferencias significativas en la proporción de jóvenes y adultos migrantes, mientras que en el caso de Uruguay la proporción de jóvenes migran-

tes que se desplaza de una ciudad a otra es mayor que en el caso de los adultos.

En Bolivia, Chile y Paraguay, si bien predominan la proporción de migrantes que se desplazan entre ciudades (gráfico 4), sin embargo la participación de éstos es menor al promedio regional (cuadrante C del gráfico 5).

La presente investigación identificó cuatro aspectos que hacen a los perfiles comunes<sup>4</sup> entre migrantes jóvenes: la situación actual en relación al empleo y su educación, el rango de edad, su situación conyugal, y la zona de procedencia, sea ésta urbana o rural; y cinco aspectos que hacen a los perfiles diferenciadores<sup>5</sup> que tienen que ver con el nivel de escolaridad, el sexo, la identidad (color, raza, etnia), la edad del primer empleo y su situación en relación al trabajo.

El perfil común, predominante o mayoritario en los jóvenes migrantes entre países, es el siguiente: tienen entre 18 y 24 años, sólo trabajan, son solteros sin hijos y provienen de las áreas urbanas por lo general; a diferencia de los adultos que por lo general tienen entre 30 y 39 años y en su mayoría son casados con hijos, siendo el resto de características similar al de los jóvenes. En cuanto a los aspectos de responsabilidad familiar con relación a los hijos y la pareja los resultados de la encuesta revelan que las características de movilidad son diferentes entre jóvenes y adultos y pueden constituirse en factores que dinamizan o entorpecen esta movilidad.

Mientras que el perfil diferenciador entre países, de los migrantes jóvenes, en relación con el nivel de formación apunta mayoritariamente a un nivel de primaria en el caso de Paraguay, secundaria en el caso de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay; y nivel de educación superior como ocurre en Bolivia.

Un segundo componente de diferenciación en términos del perfil de los migrantes jóvenes entre países tiene que ver con la variable de género, donde se observa una mayor tendencia de las mujeres a migrar como es el caso de Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay, a diferencia del caso de Chile que presenta una mayor proporción de jóvenes varones. En Argentina no se identifica un grupo mayoritario. Los estudios apuntan a concluir que existe un predominio femenino que

---

4 Los perfiles comunes se refieren a aquellas características particulares entre los migrantes jóvenes y que son similares entre países.

5 Los perfiles diferenciados se refieren a aquellas características entre migrantes jóvenes pero no comunes entre países.

caracteriza históricamente a la migración en Latinoamérica atribuido principalmente a factores laborales orientados a la prestación de servicios como es el caso del empleo doméstico en áreas urbanas (CEPAL y OIJ, 2004:69).

Un tercer componente de diferenciación entre países en términos del perfil de los migrantes jóvenes tiene que ver con variables de autoidentificación según color, raza o etnia a nivel regional. Los resultados de la encuesta revelan, por ejemplo, en el caso boliviano, que jóvenes que se consideran pertenecientes a algún pueblo originario son quienes mayormente migran en busca de mejores oportunidades, los mismos que provienen principalmente de regiones aymaras (Oruro, Potosí y Sur de La Paz), que en los últimos tiempos se han constituido en las principales regiones expulsoras de población del país (PIEB, 2008:1). Jóvenes migrantes de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, en su mayoría se identifican como personas blancas y en Paraguay predominan los que se consideran mestizos.

Finalmente, el último componente de diferenciación entre países en términos del perfil de los migrantes jóvenes tiene que ver con el empleo principalmente en relación a la edad de incorporación al mercado de trabajo y la situación actual laboral. En el primero de los casos se observan tres grupos de países: aquellos donde la iniciación laboral de los jóvenes migrantes se da mayormente en la adolescencia, entre los 14 y 17 años (Paraguay y Brasil); aquellos países donde la inserción laboral se da entre los 18 y 19 años (Argentina, Chile y Uruguay); y finalmente entre los 20 y 24 (Bolivia), en respuesta, tal vez, a una realidad laboral, también diferenciada, que es construida en el marco de los antecedentes de políticas públicas locales y escenarios sociales y políticos de cada país.

En cuanto a la situación laboral de los jóvenes migrantes se observa también dos grupos diferenciados de países: los que no se encuentran buscando un empleo (inactivos) como es el caso de Argentina, Chile, Bolivia y Uruguay; y los que sí se encuentran buscando uno (desempleados) como es el caso del Brasil y Paraguay. Es importante anotar que en ambos casos estos jóvenes migrantes ya han trabajado con anterioridad, es decir, que cuentan con experiencia laboral.

Parte de la dinámica migratoria compleja de los últimos años más allá de los desplazamiento de una ciudad también lo constituyen los desplazamientos entre campo-ciudad. Estudios recientes, basados en rondas censales entre los años 1990 y 2000, permiten trazar un panorama de migración interna actual a nivel regional que se caracteriza por



un persistente flujo neto campo-ciudad, que si bien presenta un peso minoritario y decreciente sobre la población urbana, sigue teniendo mucha importancia en algunos países (Chile, Costa Rica, Panamá) y sigue siendo muy relevante para el ámbito rural (CEPAL, 2005:42). Al respecto, y en base a resultados de la presente encuesta se observa que Paraguay cuenta con una participación de migrantes campo-ciudad similar entre jóvenes y adultos. Chile y Bolivia presentan una proporción menor de migrantes adultos (algo más de 12%) en relación a la proporción de migrantes jóvenes que oscilan entre un 14% y 16%, respectivamente.

Una mirada a los resultados globales de la encuesta y considerando las características de desplazamiento entre campo y ciudad, pone en evidencia nuevamente una mayor participación de jóvenes migrantes en relación a los adultos cuando el promedio de participación de migrantes jóvenes (algo más de 13%) es superior al promedio de participación de migrantes adultos (12%). Esta relación se presenta de manera inversa a nivel regional, cuando la característica de desplazamiento se torna de tipo campo-campo en el sentido que la proporción de jóvenes migrantes (5.0%) es menor a la proporción de adultos migrantes (6.5%).

Paraguay se constituye en el único de los países que presenta porcentajes de migrantes campo-campo por encima de la media regional, principalmente adultos. En Bolivia, si bien el porcentaje de migrantes es superior a la media regional en el caso de los jóvenes (algo más de 12%), no ocurre lo mismo para los migrantes adultos (6%). Situación similar se presenta en el caso chileno. Por su parte Brasil y Argentina son países con porcentajes de migración campo-campo más bajos de la región con participaciones que oscilan entre 2% y 4%, al parecer como resultados de un proceso sostenido de urbanización. Éstos se consideran países en una etapa de transición urbana avanzada por contar con un *índice de primacía*<sup>6</sup> de 0.9 y 4, respectivamente (CEPAL, 2005:41).

Una cuarta tipología de migración relacionada al desplazamiento de personas en un espacio tiene que ver con aquél que se realiza entre ciudad y campo, que si bien es poco frecuente, no deja de ser intere-

---

6 Este índice mide el dominio de la ciudad principal sobre el resto de los asentamientos en el sistema urbano al que pertenece. Este dominio se expresa a través de la relación cuantitativa entre la ciudad mayor del sistema urbano y las tres siguientes en jerarquía poblacional (Zárate y Rubio, 2005:162).

sante de observar. El caso más destacado de este tipo de desplazamiento es el de Chile que cuenta con una participación tanto de migrantes jóvenes (10%) como de adultos (25%) que se desplazan desde las ciudades al campo, muy por encima de la media regional, 6% y 11%, respectivamente. Le sigue Paraguay con una proporción mucho menor de migrantes adultos (próximo al 13%) y jóvenes (cerca del 9%). En Bolivia el porcentaje de migrantes adultos es menor al promedio regional; sin embargo, el porcentaje de jóvenes que migran de un lugar del campo a otro alcanza el mismo porcentaje registrado en Chile (10%), al parecer atraídos por departamentos con mayores niveles de desarrollo económico como Santa Cruz, intensivos en el uso de mano de obra para la producción agropecuaria y extensivo en el uso de tierras para el mismo fin. No es casualidad, por tanto, que el 25.2% de la población total del departamento sean inmigrantes nacidos en otros departamentos del país (Prado, Seleme y Prado, 2005:215).

Haciendo una mirada más profunda al caso chileno, diversos analistas han examinado de manera segmentada los procesos migratorios de ese país. Las hipótesis que se relacionan con este tipo de migración ciudad-campo tienen que ver con «el ingreso de Santiago y de la Región Metropolitana en su conjunto al terreno de la desconcentración, como resultado del aumento de los crecientes costos que entraña vivir en la ciudad, el dinamismo de centros urbanos intermedios y de la dispersión del poder asociada a la descentralización» (Gonzales y Rodríguez, s/f:4) y «la emergencia de una metrópoli crecientemente fragmentada y segregada aunque de una manera cada vez más compleja por la irrupción de grupos de la élite en ámbitos más bien pobres en el marco de los procesos de gentrificación y, sobre todo, de suburbanización y rururbanización<sup>7</sup> exclusiva» (Gonzales y Rodríguez, s/f:4).

---

7 «Durante el decenio de 1990 el Área Metropolitana del Gran Santiago (AMGS) continuó su acelerado proceso de extensión periférica, lo que se expresó en que dos comunas en la frontera de la mancha urbana (Puente Alto y Maipú) se convirtieron en las más pobladas de la ciudad con cerca de medio millón de habitantes cada una de ellas. Sin embargo, en este decenio se verificó un proceso relativamente novedoso de familias de estrato alto que salieron del enclave tradicional de la élite (oriente de la ciudad) hacia sectores aledaños o hacia zonas más bien rurales con reciente conexión vial de buena calidad con el AMGS. Este último proceso, conocido como rururbanización... y extendido en varias metrópolis de la región, se grafica en un fuerte aumento de la emigración desde el AMGS hacia otras comunas de la Región Metropolitana: 21 mil en 1977-1982, 29 mil en

Un porcentaje menor de migrantes lo constituyen los extranjeros (migración externa) que en el caso de la presente encuesta representa un 4% a nivel regional.

Respecto de la realidad migratoria internacional en América Latina y el Caribe la CEPAL escribe:

En la escala intrarregional, no obstante los cambios del contexto socioeconómico y político, los orígenes y destinos de las corrientes migratorias dentro de América Latina no se alteraron mayormente de 1970 a 2000, lo que refleja una consolidación del mapa migratorio regional. De acuerdo con las más recientes evidencias, en la década de 1990, caracterizada por una considerable volatilidad económica y agudos rezagos sociales en la mayoría de los países, hubo un moderado incremento en el número de inmigrantes intrarregionales, que alcanzó a 2,7 millones de personas en el año 2000 (CEPAL, 2005:37).

El documento *La juventud iberoamericana. Tendencias y urgencias* (CEPAL y OIJ, 2004) identifica al menos cinco causales de migración que interactúan, siendo las más importantes —además coincidente con los resultados de la presente investigación— la *migración laboral* que es la más común entre los adultos y jóvenes de edades mayores, cuyo objetivo es el logro de trabajo o de mejores condiciones laborales (ingresos, prestaciones, perspectivas de carrera y otros); y la *migración educativa* que obedece a requerimientos escolares y tiene dos cimas relacionadas con el ingreso a la educación secundaria y superior (CEPAL y OIJ, 2004:67-68).

Pero la educación y el empleo no sólo son factores que motivan la migración cuando las condiciones no son favorables, sino que a su vez siguen siendo para la mayoría de las personas —principalmente jóvenes— los dos principales mecanismos de inclusión social, según el informe de la CEPAL sobre cohesión social (2007a). Nos encontramos sin embargo, según este informe, frente a un «desfase» en estos dos mecanismos, debido a la presencia de logros muy importantes en educación, cuando se observa que 90% de los jóvenes latinoamericanos han completado la educación primaria y 70% de éstos han podido ingresar a la secundaria, pero a su vez, grandes dificultades en materia de empleo que se manifiestan en tasas de desocupación elevadas que

---

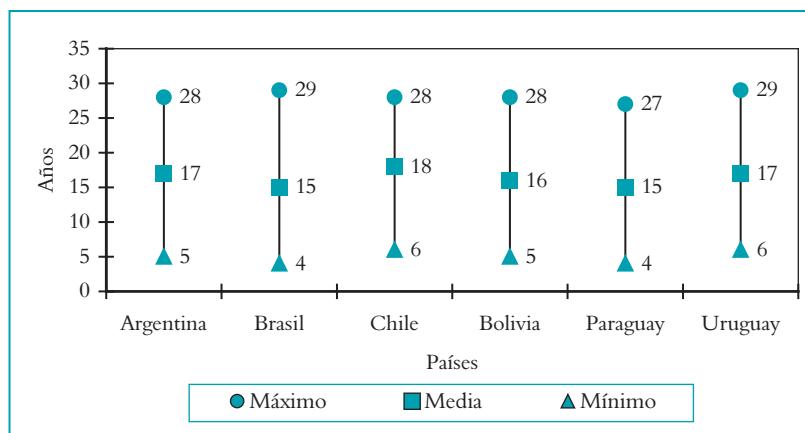
1987-1992 y 58 mil en 1997-2002 con un aumento del nivel educativo de este flujo de 8.5 años a 11.5 años» (González y Rodríguez, s/f:13).

dificultan la incorporación al mercado laboral de este segmento tan importante de la población (CEPAL, 2007a:68).

## 2. CARACTERÍSTICAS DEL EMPLEO

El promedio de edad en la que comienzan a trabajar,<sup>8</sup> tanto jóvenes como adultos, son los 16 años según los resultados de la presente encuesta. Existen diferencias de un país a otro en la edad promedio de inserción laboral, sin embargo éstas no son significativas (gráficos 6 y 7). Los rangos de edad media de iniciación de los jóvenes en el trabajo por país oscilan entre los 15 y 18 años. Mientras que en el caso de los adultos la edad promedio de iniciación laboral se da entre los 14 y 17 años.

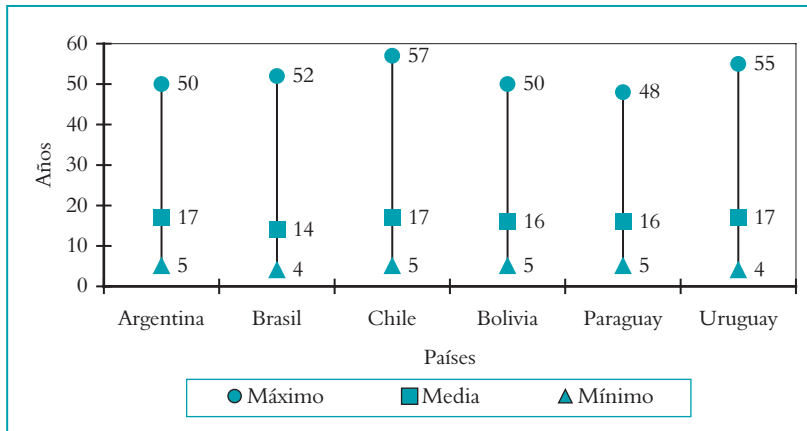
GRÁFICO 6: EDAD DEL PRIMER EMPLEO, JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

8 «La edad de ingreso al mercado de trabajo está determinada por la situación económica general de los países, los ingresos de la familia, la edad y la disponibilidad de asistir a la escuela. La decisión de trabajar puede postergarse o adelantarse en función de esos factores. Según las encuestas de hogares los hombres jóvenes latinoamericanos, pertenecientes a estratos con menor nivel educativo, tienen una inserción laboral más temprana, y por lo tanto presentan una tasa de ocupación mayor. Por el contrario, la permanencia más prolongada en el sistema educativo define una tasa de ocupación menor» (CEPAL y OIJ, 2004:217- 218).

GRÁFICO 7: EDAD DEL PRIMER EMPLEO, ADULTOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Sin embargo, un análisis a nivel regional, basado en los rangos de edad del primer empleo de jóvenes en relación a los adultos, muestra algunas diferencias. En el caso de los jóvenes la edad de iniciación a la vida laboral se da principalmente entre los 16 y 19 años coincidiendo con información emanada de las encuestas de juventud realizadas en América del Sur e Iberoamérica que indican que «la inserción de los jóvenes en el mercado de trabajo se produce en promedio entre los 16 y 17 años» (CEPAL y OIJ, 2004:217). Mientras que en los adultos se iniciaría entre los 11 y 15 años. Una de las causas, según esta fuente, que puede explicar estas diferencias de edad en la inserción laboral, se encuentra en la expansión de los sistemas educativos que generan un doble efecto en la oferta laboral juvenil:

Primero, un efecto cuantitativo, pues la mayor permanencia de los jóvenes en el sistema reduce la participación laboral; y segundo, un efecto cualitativo ya que los jóvenes entran al mercado de trabajo con mejores niveles educativos (CEPAL y OIJ, 2004:209).

Al respecto de la edad de iniciación laboral y del mercado de trabajo juvenil destacan también dos tendencias. Una, es la brecha de edad de las mujeres jóvenes que ingresan al mercado laboral por primera vez, que es superior entre 0 y 2 años al de los varones jóvenes; mientras que en los adultos la brecha entre hombres y mujeres es de 1 a 4 años.

La segunda es el aumento de la tasa de participación de las mujeres en el mercado de trabajo (CEPAL y OIJ, 2004:210).

TABLA 2: PRIMER EMPLEO, MEDIA DE EDAD SEGÚN GÉNERO

Edades	Argentina		Brasil		Chile		Bolivia		Paraguay		Uruguay	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Jóvenes												
18 a 24	16	17	15	16	17	18	15	16	14	16	16	17
25 a 29	17	18	15	16	18	19	17	17	15	17	16	18
Adultos												
30 a 39	16	18	14	15	17	19	16	17	14	17	16	19
40 a 49	16	19	13	15	17	18	15	18	14	18	15	19
50 a 60	15	18	12	14	16	18	16	17	14	17	15	18
60 y más	14	18	12	13	15	17	15	17	14	17	15	17

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Estas tendencias también serían resultado de la incidencia de los sistemas educativos:

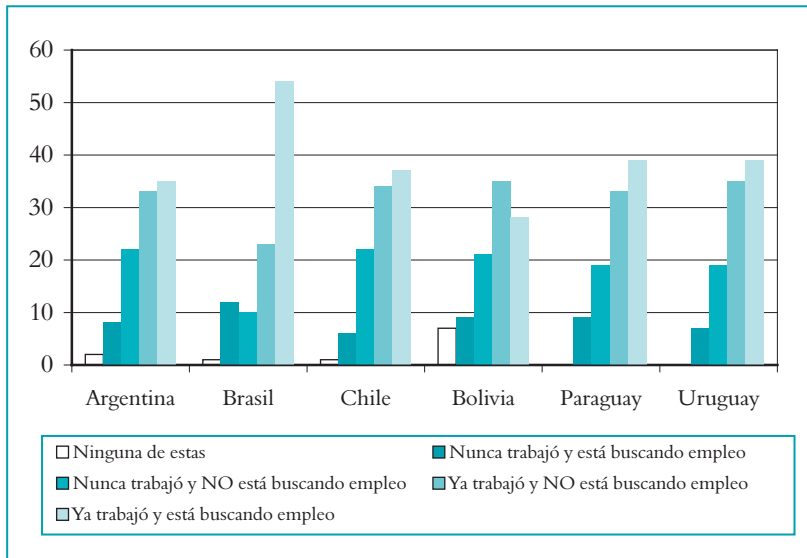
Es interesante observar que los porcentajes de asistencia al sistema educativo entre ocupados y desocupados son persistentemente más altos entre las mujeres jóvenes que entre sus coetarios masculinos, lo que coincide con su mayor porcentaje de asistencia al sistema educativo en general. Es de suponer que la causa de ello es que existe conciencia de que para mujeres de bajo nivel educativo existen relativamente menos oportunidades de empleo que para los hombres, por lo que ellas harían un esfuerzo mayor por calificarse a fin de mejorar sus opciones de acceso a empleos de buena calidad (CEPAL y OIJ, 2004:214).

Respecto de la inserción laboral de los jóvenes, análisis en torno a su realidad laboral generalmente destacan la presencia de desempleo, subempleo, precariedad, inestabilidad, informalidad, bajas remuneraciones, explotación, inseguridad... como características comunes del empleo juvenil. En el caso boliviano, por ejemplo, una evaluación del Programa del Gobierno «Mi primer empleo» (UDAPE, 2008) orientado a brindar posibilidades laborales a jóvenes de bajos recursos, dio como resultado que el primer trabajo se caracteriza por ser mal pagado, estando la mayor de las veces por debajo del salario mínimo legal establecido por la legislación boliviana, trabajando en condiciones

precarias, sin seguridad, en ambientes inadecuados, con jornadas laborales superiores a las ocho horas legales, sin contrato de trabajo y bajo esquemas de trabajo informal. Algunas veces son empleos eventuales para cumplir con actividades que requieren de una baja especialización —técnica principalmente— como ayudantes, orientados a sectores de la construcción, el comercio, producción textil, metalmecánica. En otros casos, su participación laboral está ligada a actividades familiares que, en la mayoría de los casos, no son remuneradas, pero que de cierta manera permiten acceder a un primer empleo y desarrollar así ciertas capacidades y potencialidades (Iñiguez, 2008:24).

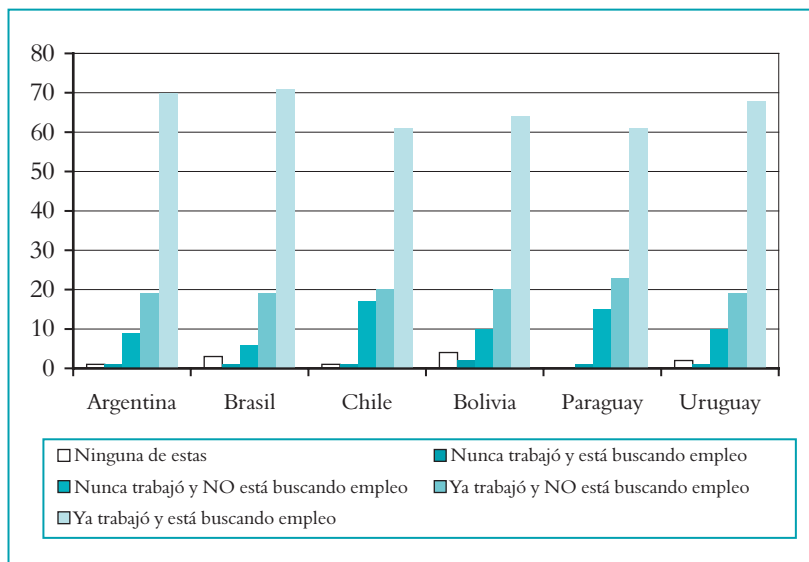
Pero ¿y qué de la situación laboral actual de los jóvenes en relación a los adultos a nivel de los países de la región? resultados de la presente encuesta revelan la presencia de diferencias entre casos a nivel regional tal como se aprecia en gráficos 8 y 9. La diferencia más notoria tiene que ver con los niveles de experiencia y desempleo. En la mayoría de los países de la región, los jóvenes no cuentan con experiencia laboral y se encuentran en busca de un empleo, ocurriendo lo contrario en el caso de los adultos quienes sí tienen experiencia laboral y no están en busca de un trabajo por estar ya empleados.

GRÁFICO 8: SITUACIÓN LABORAL, JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 9: SITUACIÓN LABORAL, ADULTOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

A partir de los resultados de la encuesta ha sido posible identificar cuatro categorías de condición de actividad:<sup>9</sup> jóvenes y adultos sin experiencia laboral, jóvenes y adultos con experiencia laboral, jóvenes y adultos desempleados, y jóvenes y adultos inactivos laboralmente hablando, según la siguiente relación:

- i) Nunca trabajó (sin experiencia laboral). Son aquellos que sin haber trabajado con anterioridad pueden estar o no buscando un empleo.
- ii) Ya trabajó (con experiencia laboral). Son aquellos que habiendo trabajado con anterioridad, se encuentran o no buscando un empleo.
- iii) Busca empleo (desempleado). Son aquellos que habiendo o no trabajado con anterioridad se encuentran buscando un empleo en la actualidad.

9 Es importante anotar que estas condiciones laborales no necesariamente son comparables con indicadores de empleo oficial de los países de la región, debido a que fueron obtenidos mediante un ejercicio de reconstrucción de datos a partir de las categorías de situación laboral vistas en gráficos 8 y 9, y no así mediante un sistema de indicadores oficial.



- iv) No busca empleo (inactivo). Son aquellos que habiendo o no trabajado con anterioridad no se encuentran buscando un empleo en la actualidad.

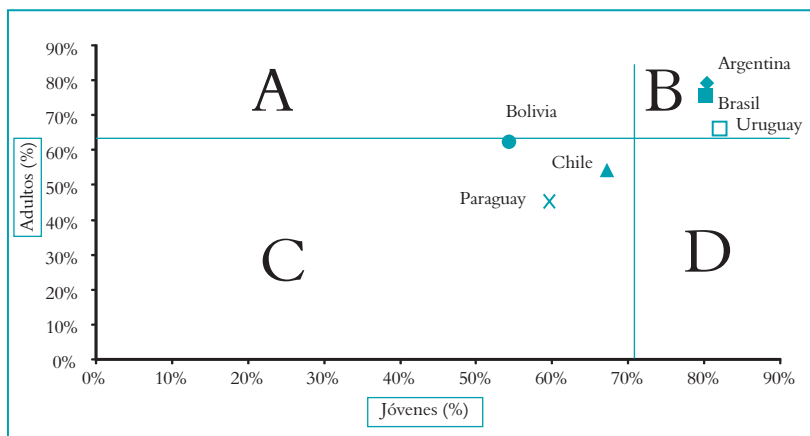
Este ejercicio, sin embargo, ha permitido aproximarnos a la realidad de los jóvenes en torno a la experiencia laboral, aspecto que en tres países (Bolivia, Uruguay y Paraguay) es considerado como una de las cualidades más importantes que un joven debe poseer para lograr un empleo. Para Leoni (s/f) en su documento «Desempleo juvenil, su importancia y especial repercusión en América Latina» señala que la falta de experiencia junto a otros requisitos solicitados por las empresas se constituye en uno de cuatro grandes obstáculos para lograr el acceso al empleo por parte de los jóvenes en la región.

En Bolivia, la exigencia de experiencia laboral por parte de los empleadores junto con las condiciones laborales negativas (inseguridad, explotación) vienen a constituirse en factores de preocupación en gran parte de los jóvenes bolivianos que intentan ingresar en el mercado laboral, tal como lo expresa un participante de los talleres focales realizados en Bolivia el año 2008 durante la primera etapa cualitativa de la presente investigación:

La mayoría coincidimos en que nosotros que ya somos mayores buscamos trabajo, necesidad de conseguir dinero, lo primero que te preguntan es si tienen experiencia, ¿cómo piden eso si no dan la oportunidad de trabajo?, y a veces ni certificado de trabajo te quieren dar. Después, explotación en el trabajo, de 7 a 21 estás ahí, para que te paguen un sueldo mísero, ni te pagan bien, hay personas que sentados ganan bien, 5.000 ó 6.000, hacemos el trabajo más duro y reciben más dinero que nosotros (La Paz, 2008, Grupo Focal 2, Kopajira Ari).

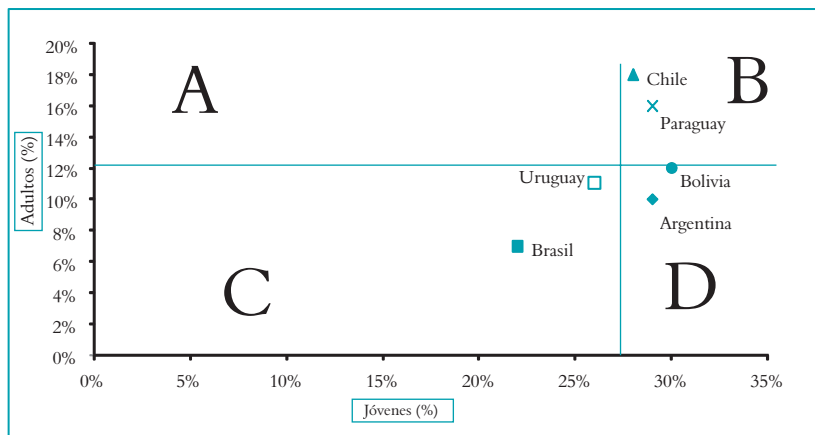
Al respecto de esta realidad, a nivel regional, el gráfico 10 resume las categorías laborales expresadas en un mapa de dispersión que relaciona los porcentajes de jóvenes y adultos con experiencia laboral entre los diferentes países de la región. Este mapa sugiere que son mayoritariamente los adultos quienes cuentan con mayor experiencia laboral en relación a los jóvenes. Se torna evidente, entonces, la presencia de diferencias en términos comparativos en los niveles de experiencia laboral entre jóvenes y adultos y entre los países que forman parte de la región, donde Brasil y Uruguay se encuentran en una posición por encima a la media regional.

GRÁFICO 10: CON EXPERIENCIA LABORAL



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 11: SIN EXPERIENCIA LABORAL



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En el gráfico 11 se puede apreciar con mayor detalle estas diferencias entre jóvenes y adultos. Según este gráfico, la inexperiencia laboral de los jóvenes (línea vertical) duplica al de los adultos (línea horizontal) a nivel regional. Las razones que explican estas diferencias radican principalmente en las asimetrías o desigualdades presentes y propias del mercado laboral latinoamericano caracterizado por la baja capacidad que tienen sus economías de absorber el aumento de la oferta de re-

cursos humanos —principalmente joven— que termina traduciéndose en índices de desempleo en su población y donde las oportunidades laborales se vuelcan a favor de quienes tienen la capacidad de demostrar mayores niveles de educación y experiencia.

Pero ¿y qué de los niveles de desempleo<sup>10</sup> juvenil? Al respecto del desempleo en la juventud, Kliksberg escribe:

Según estimados de Abdala (2002) en el 2000, el desempleo entre los jóvenes de 15 a 24 años multiplicaba por 2.5 veces el elevado desempleo general. Si se toma el grupo de jóvenes de 15 a 19 años, la situación empeoraba y se cuadruplicaba según los datos de la Organización Iberoamericana de la Juventud (Chillán, 2004), el desempleo de los jóvenes es cinco veces mayor al de los adultos mayores de 45 años. De acuerdo a su estimado, de cada 100 nuevos contratos laborales que aparecen en la región, 93 son para adultos y 7 para jóvenes, estos últimos, además, en su mayoría, de tiempo parcial (Kliksberg, 2006:28).

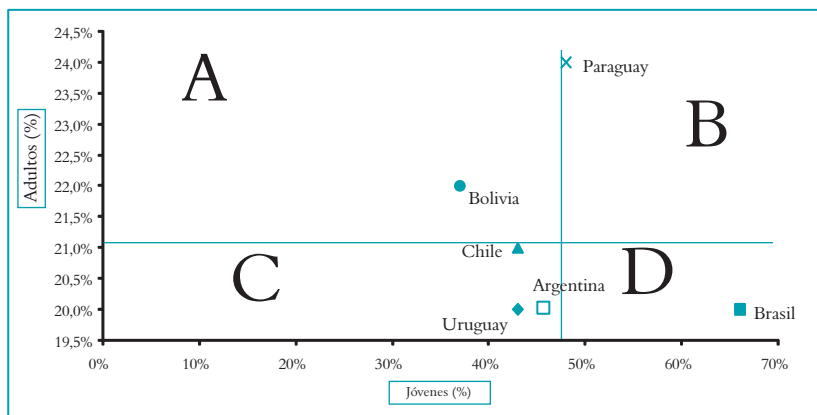
Los hallazgos de Abdala (2002) se expresan también en los resultados de la presente encuesta (gráfico 12), cuando a nivel regional los resultados muestran que mayoritariamente son los jóvenes (47.3%) quienes además de contar con poca experiencia laboral, se encuentran en situación de desempleo en relación a los adultos (21.1%) debido a problemas de acceso y alta rotación característico del empleo juvenil.

Es bien sabido que la tasa de desempleo de los jóvenes es mayor que aquella de los adultos, lo que se debe principalmente al hecho de que entre aquellos se concentran las personas que buscan empleo por primera vez, a los problemas de acceso de estos buscadores primerizos y a la mayor rotación entre empleo y el desempleo o la mayor inactividad laboral que caracteriza a los jóvenes en comparación con los adultos (CEPAL y OIJ, 2004:226).

---

10 Es importante aclarar que se entiende por desempleados en este documento a aquellos que habiendo o no trabajado con anterioridad se encontraban buscando un empleo al momento del llenado de la boleta de encuesta. No se utiliza en este documento el término de «tasa de desempleo» que es el porcentaje de la población económicamente activa (PEA) que se encuentra desempleada.

GRÁFICO 12: DESEMPLEADOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En este gráfico se puede apreciar que en términos comparativos, Brasil se constituye en el país con mayores problemas de desempleo juvenil. Los resultados de la encuesta revelan que el 66% de los jóvenes encuestados en este país, aseguraron estar buscando un empleo al momento de llenar el cuestionario. Este resultado parece tener correspondencia con los datos obtenidos por la Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNDA) que reveló un incremento en la tasa de desempleo juvenil entre 1995 y 2004:

Para el grupo de 15 a 19 años, la tasa de desempleo pasó de 13% a 23% entre 1995 y 2004, mientras que para los jóvenes entre 20 y 24 años subió de 10% a 16% (Celso y Gonzales, s/f: 30).

En Brasil se manejan dos versiones en relación a las causas de estas tasas de desempleo juvenil. Por una parte, la causa apunta a la dificultad que presenta el joven al momento de lograr su primer trabajo debido a las exigencias de escolaridad y experiencia que las empresas imponen como criterio de contratación. Mientras que, en el segundo caso se halla la causa del problema en la alta rotación laboral caracterizada por empleos de corta duración y desprovistos de contratos (Celso y Gonzales, s/f:31).

El caso de Paraguay también se torna algo particular en relación a porcentaje de desempleados, en el sentido que la problemática laboral afecta tanto a jóvenes como a adultos por igual. En ambos casos el porcentaje de desempleados es superior a la media regional (cuadran-

te B del gráfico 12), a diferencia de Argentina, Chile y Uruguay que presentan porcentajes por debajo de la media regional.

El desempleo en el caso de Bolivia, los datos de la encuesta revelan una mayor presencia en el caso de los adultos antes que en el caso de los jóvenes.

En diversos informes y documentos relacionados con la temática laboral, la premisa en relación a la situación laboral y específica de los jóvenes apunta a resaltar la importancia del empleo como factor de inclusión social. Sin embargo, los avances en la creación de mayores puestos de trabajo con calidad, mejor remunerados, seguros y consistentes con los logros educacionales no han tenido un avance significativo en la región, constituyéndose en un factor que genera insatisfacción en diversos niveles de la sociedad, principalmente medios y bajos (CEPAL, 2007a:69).

Para finalizar este acápite, una última característica del empleo en la juventud tiene que ver con la inactividad laboral,<sup>11</sup> que en nuestro caso se refiere a aquellos (jóvenes o adultos) que habiendo o no trabajado con anterioridad, no se encuentran buscando un empleo, ya sea por razones de estudio, oficio doméstico, cesantía... Los resultados de la presente encuesta revelan la presencia de una mayor proporción de adultos inactivos (promedio de 77% nivel regional) en relación a los jóvenes (promedio de 51% nivel regional).

En América Latina bajó la participación de los «otros inactivos», que es el grupo que contiene el principal contingente de jóvenes en mayor riesgo de exclusión y marginación. Descendió marcadamente la proporción de las jóvenes que se desempeñan en oficios domésticos, lo que no significa que los problemas de inactividad laboral estén superados, ya que todavía una de cada cinco jóvenes entre 15 y 19 años se ocupa de oficios domésticos, lo que restringe severamente las condiciones de una futura inserción en el mercado de trabajo (CEPAL y OIJ, 2004:212).

---

11 No se utiliza en este documento el término de «tasa de inactividad» que expresa la proporción de la población que no forma parte de la fuerza de trabajo. «Existen muchas razones por las cuales las personas no participan de la fuerza de trabajo; esas personas quizás están cuidando a un miembro de la familia, quizás están jubiladas, están enfermas o discapacitadas o en etapa escolar, quizás creen que no hay trabajo o quizás simplemente no desean trabajar».

[www.ilo.org/public/spanish/employment/strat/kilm/download/kilm13.pdf](http://www.ilo.org/public/spanish/employment/strat/kilm/download/kilm13.pdf)

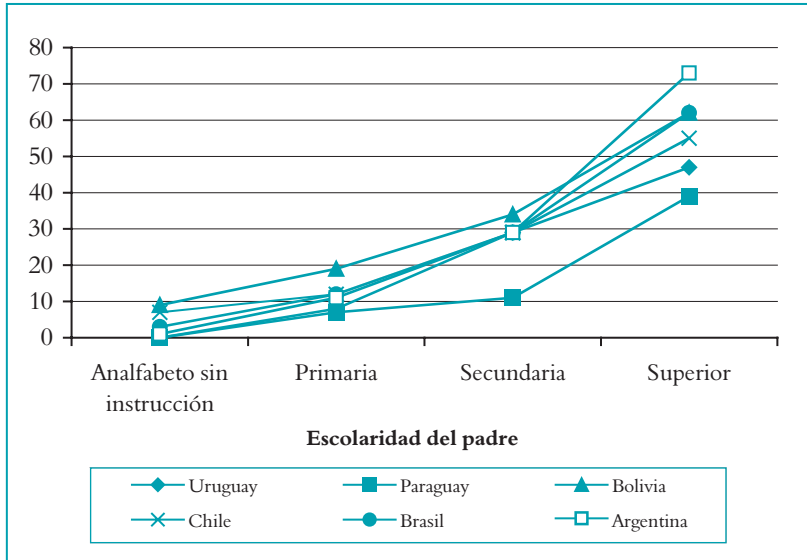
En el caso de los jóvenes una de las mayores causas de inactividad laboral también está ligada a factores de educación debido a que queda claro que con una mayor educación la probabilidad de acceder a un puesto de trabajo es mayor. Sin embargo, también es evidente la presencia de lo que CEPAL y OIJ (2004) denominaron en su momento como la primera paradoja de la juventud: «Los jóvenes de hoy tienen más años de escolaridad que las generaciones precedentes, pero al mismo tiempo duplican o triplican el índice de desempleo con respecto a esas generaciones» (CEPAL y OIJ, 2004: 17).

### 3. CARACTERÍSTICAS EDUCATIVAS

El rápido avance hacia la universalización de la educación en Latinoamérica, si bien se ha constituido en un importante medio de inclusión social de amplios segmentos de la población, como son los jóvenes, a su vez ha tenido, según la CEPAL, un inesperado efecto colateral. Por una parte, la desigualdad entre estratos sociales se ha convertido en una característica propia del sistema educacional actual, debido a que algunas desigualdades, que no eran tan evidentes previo al proceso de universalización, tienden a expresarse en la actualidad en el deterioro de la calidad, bajos logros en el aprendizaje, repetición y deserción escolar temprana, por ser ahora la educación más incluyente. Las diferencias entre estudiantes de diferentes niveles sociales son ahora más visibles en esos aspectos (CEPAL, 2007a:70).

Así, también es visible la superioridad de los logros educacionales de los hijos en relación al de los padres producto del proceso de universalización de la educación. Los resultados de la encuesta han revelado que los hijos jóvenes de padres con niveles de escolaridad superior tienen mayor probabilidad de alcanzar también niveles de escolaridad superior; sin embargo se dan casos en que los hijos de personas con bajo e incluso nulo nivel de escolaridad también pueden acceder a niveles superiores de educación, aunque en menor medida. La gráfica 13 muestra la relación entre el nivel de escolaridad de los padres de jóvenes con nivel de formación superior de los seis países.

GRÁFICO 13: JÓVENES CON EDUCACIÓN SUPERIOR



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En países donde el avance en el acceso a la educación ha sido muy rápido y a partir de niveles iniciales relativamente altos el logro educacional de los hijos ha tendido a desvincularse del de los padres<sup>12</sup> (CEPAL, 2007a:70), por tanto, la probabilidad que los jóvenes alcancen niveles superiores de educación está en función de un mayor nivel de educación de éstos, tal como se observa en el gráfico 13. Los resultados de la encuesta revelan que aproximadamente uno de cada diez jóvenes cuyos padres son analfabetos y sin instrucción alguna, alcanza un nivel de educación superior; son dos de cada diez jóvenes aproximadamente los que logran este nivel si el padre alcanza una instrucción a nivel primaria; asciende a tres si el padre cursa secundaria; y el número se incrementa a ocho jóvenes de cada diez si el padre cuenta con formación a nivel superior.

La velocidad de los logros educacionales, sin embargo, parece ser diferente según la realidad de cada país. En el gráfico 13 se puede apreciar el caso de Paraguay que presenta una curva menos inclinada en relación al resto de los países, aspecto que se puede interpretar como

12 Se ha tomado el nivel de escolaridad del padre en el gráfico 13 sólo por fines didácticos.

que la velocidad en que los jóvenes paraguayos pueden desvincularse del nivel de educación alcanzado por sus padres es menor que en el caso de Argentina, por ejemplo. Interpretar las razones de tal comportamiento es tarea difícil y está lejos del objetivo de esta investigación. Este tema plantea nuevos problemas y retos de análisis que es importante atender mediante investigaciones más profundas que permitan comprender las causas de algunos fenómenos educativos en ese sentido.

Por otra parte, se pudo apreciar que hijos jóvenes que alcanzan niveles de educación secundaria provienen mayoritariamente de padres con el mismo nivel de instrucción, esto es lo que Leoni (s/f) denomina la «transmisión intergeneracional de la pobreza» que hace que los jóvenes de los hogares más pobres corran el peligro de ser excluidos socialmente. Es así que los hijos jóvenes de padres sin niveles de escolaridad (analfabetos o sin instrucción) tienen mayores probabilidades de alcanzar niveles de escolaridad a nivel de primaria constituyéndose, por tanto, el grupo más vulnerable en relación al resto.

Esta realidad de alguna manera refuerza la idea planteada en el Informe Nacional de Bolivia (IBASE, 2007) en el marco de la investigación «Juventud e integración sudamericana: caracterización de situaciones tipo y organizaciones juveniles del año 2007», en relación a los factores internos que influyen en la construcción de las demandas juveniles cuando se hablaba de la importancia de la familia (incluida la formación de sus miembros, principalmente los padres) como entorno inmediato en el desarrollo de los jóvenes:

La familia, como entorno interno, se constituye en la primera unidad esencial de desarrollo para los jóvenes, donde el joven aprende a desenvolverse y a manifestar sus habilidades, adquiere valores y principios para relacionarse con la sociedad y se forma como individuo crítico. Al respecto, investigaciones recientes muestran el rol que juega la familia en el logro de la salud psíquica, el equilibrio emocional, la madurez, la inteligencia emocional y la capacidad de aprendizaje de los jóvenes (IBASE, 2007:14).

Pero ¿y qué de las características educativas a nivel intergeneracional (jóvenes/adultos)? La presente investigación ha identificado asimetrías importantes entre éstos y entre los países. Para observar estas diferencias y presentar los resultados en términos comparativos entre países se ha trabajado con cuatro categorías de formación mediante un proceso de recodificación de datos de la base regional, obteniendo los

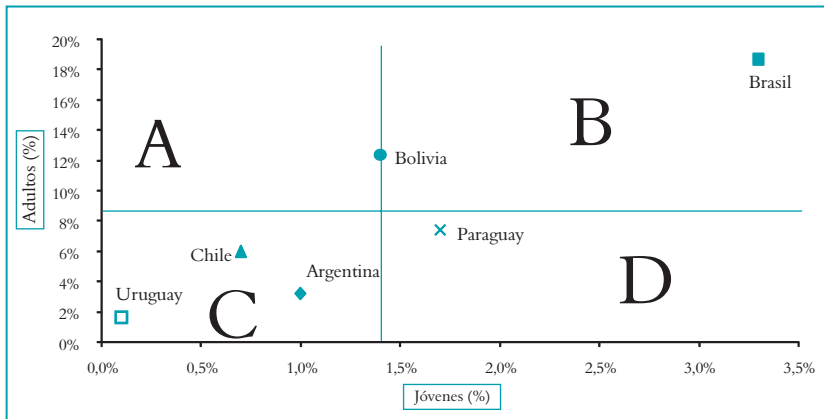


siguientes cuatro niveles de escolaridad: i) analfabetos sin instrucción, ii) nivel de educación primaria, iii) nivel de educación secundaria, iv) nivel de educación superior.

El gráfico 14 relaciona, en un mapa de dispersión, la participación porcentual de la muestra según país y región, tanto de jóvenes como de adultos analfabetos y sin instrucción. Una mirada rápida a este gráfico muestra a una juventud más instruida (1.4% línea vertical) en relación a los adultos (8.2% línea horizontal) como resultado del proceso de universalización de la educación en Latinoamérica. Aspecto que parece coincidir con otros estudios.

Para el conjunto de los jóvenes de 15 a 29 años la tasa de analfabetismo funcional cayó de 20.1 a 13% en una década, tasa sustancialmente menor que la de analfabetismo en los adultos de 30 a 59 años, que a pesar de bajar considerablemente se mantiene en 2002 en torno de 26.9% (CEPAL y OIJ, 2004:168).

GRÁFICO 14: ANALFABETOS, SIN INSTRUCCIÓN



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

También, las diferencias entre países son pronunciadas y dispersas, siendo dos los casos más extremos: Brasil y Uruguay. Por una parte, Brasil con una participación de personas adultas analfabetas de aproximadamente 19% y de algo más del 3% en el caso de los jóvenes, ambos indicadores muy por encima de la media regional. Por otra, Uruguay con uno de los porcentajes comparativamente más bajos en relación al resto de los países con 1.7% de adultos analfabetos y 0.1% de jóvenes

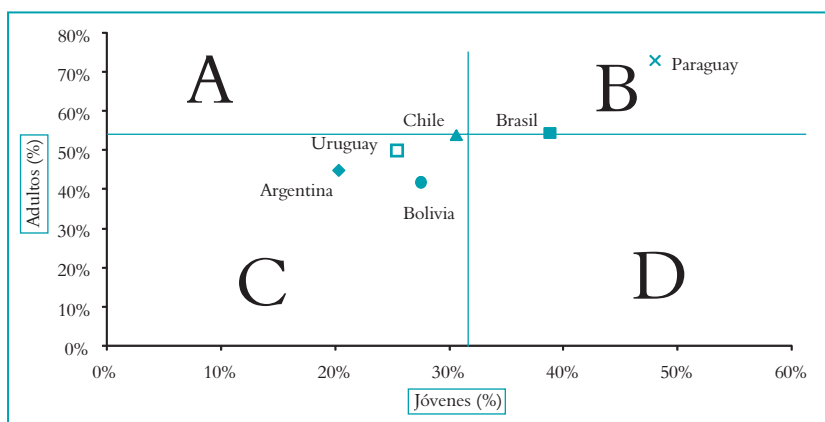
en la misma condición, también en relación al total de su muestra; seguido de Chile y Argentina que presentan porcentajes de participación tanto en jóvenes como en adultos inferiores a la media regional.

Pero el analfabetismo juvenil en la región tiene rostro. Datos de la encuesta revelan que son mayormente jóvenes varones (57.4%), de clase pobre (66.7%), que sólo trabajan y no estudian (66.7%), tienen entre 25 y 29 años (54.6%), viven con su pareja (36.1%), en áreas urbanas (59.3%) y se insertaron prematuramente al mundo laboral entre los 8 y 13 años (49.0%), apremiados por las necesidades económicas.

El último decenio ha mostrado un avance moderado de los países en cuanto a la población con estudios primarios que aumentó para todos los grupos etarios, entre éstos el conjunto de los jóvenes de 15 a 29 años la cobertura creció de 62.6% a 66.7% (CEPAL y OIJ, 2004:169). Esto se expresa en una menor participación de los jóvenes (31%) con niveles de educación primaria en relación a los adultos (53%) a nivel regional.

Es importante anotar también la presencia de diferencias menos acentuadas entre las proporciones de personas jóvenes y adultas con nivel de educación primaria entre países, que como se observa en el gráfico 15, en su mayoría se concentran alrededor de la media regional (es el caso de Chile, Uruguay, Bolivia, Argentina y Brasil). Sólo Paraguay presenta proporciones marginales mayores a la media regional en relación al nivel de educación primaria de sus jóvenes y adultos.

GRÁFICO 15: NIVEL DE EDUCACIÓN PRIMARIA

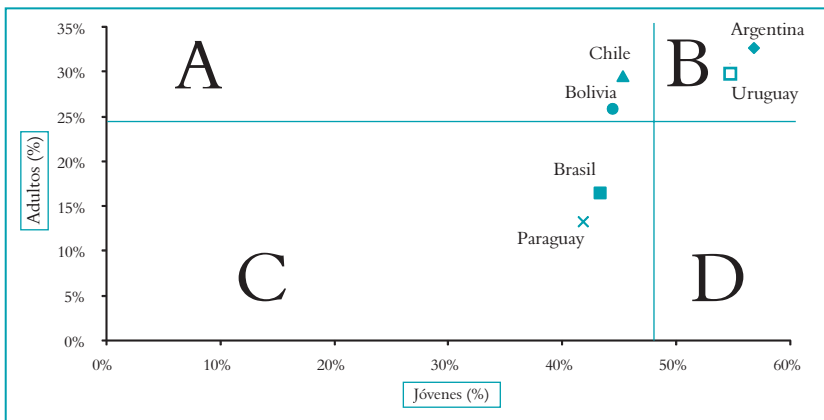


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

A pesar de lo anterior, aún se cuenta con niveles de deserción, repetición y retrasos, concentrados principalmente en sectores de menos ingresos, ampliando así las brechas educativas entre pobres y ricos (Kliksberg, 2006:37).

Los diagnósticos sobre la educación secundaria en América Latina, por su parte, coinciden en señalar tanto la importancia crucial de este nivel para los procesos de desarrollo social y para el destino personal de los individuos como la situación particularmente crítica de su funcionamiento y de sus resultados (Tedesco y López, 2002:56). Resultados de la encuesta a nivel regional (gráfico 16) revelan en términos comparativos una mayor proporción de jóvenes (48% línea vertical) con formación a nivel secundaria en relación a los adultos (25% línea horizontal), como resultado de una mayor cobertura de secundaria en edades de 20 a 29 años. «A comienzos del decenio, hay una mejoría significativa con respecto a la década anterior en el tramo de 20 a 24 años de edad en que la cobertura de secundaria aumentó de 25.8% a 34.8%. En el segmento de 25 a 29 años este incremento fue de 27.7% a 32.6%» (CEPAL y OIJ, 2004:170).

GRÁFICO 16: NIVEL DE EDUCACIÓN SECUNDARIA



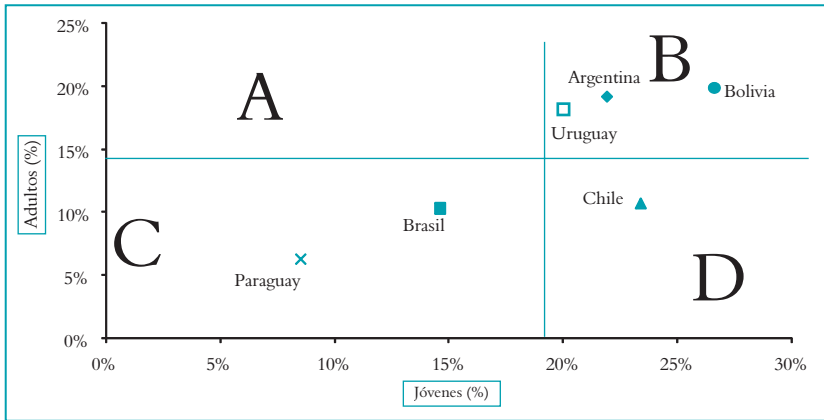
Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La referencia a la enseñanza en América Latina evoca un panorama diverso entre los países de la región en relación a la educación de nivel secundaria, tal como se aprecia en el gráfico 16, resultado de la amplia diversidad de situaciones que engloba a la región en lo demográfico, político, étnico, económico, cultural...

Argentina y Uruguay, por ejemplo, son los países de la región que presentan los mayores porcentajes de participación tanto de jóvenes como de adultos con nivel de formación secundaria (cuadrante B); mientras que Brasil y Paraguay presentan porcentajes de jóvenes y adultos con formación secundaria por debajo de la media regional (cuadrante C); los casos de Bolivia y Chile presentan una situación combinada donde la proporción de adultos con formación secundaria es superior a la media regional y la proporción de jóvenes se encuentra por debajo del regional (cuadrante A).

La situación de la región a nivel de la educación superior (gráfico 17) también revela la existencia de una mayor proporción de jóvenes en relación a los adultos, producto de un proceso de continuas reformas de la educación superior en la región que ha ampliado las bases de democratización y acceso a la educación superior por medio de la expansión de las universidades en Latinoamérica desde comienzos del siglo XX hasta la actualidad, y que de acuerdo al Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC) (2006) estarían divididas en tres fases claramente definidas: i) primera reforma: modelo monopólico público que contribuyó a la expansión de la cobertura de las universidades; ii) segunda reforma: mercantilización basada en modelo dual público-privado en el marco de un contexto mercantil heterogéneo basado en modelos de calidad y precios diferenciados que dio paso a la ruptura del monopolio público de la educación superior dando paso a la expansión del sector privado; y iii) tercera reforma: internalización basada en un modelo trinario (público-privado-internacional) en respuesta las nuevas tecnología de la información y comunicación propias de un mundo globalizado (IESALC-UNESCO, 2006:11-17). Una prueba de aquello es el incremento en la participación de los jóvenes en la educación superior cuando las estadísticas revelan que la cobertura de la educación terciaria se extendió de 4.4% a un 6.5% entre los jóvenes de 25 a 29 años (CEPAL y OIJ, 2004:172).

GRÁFICO 17: NIVEL DE EDUCACIÓN SUPERIOR



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

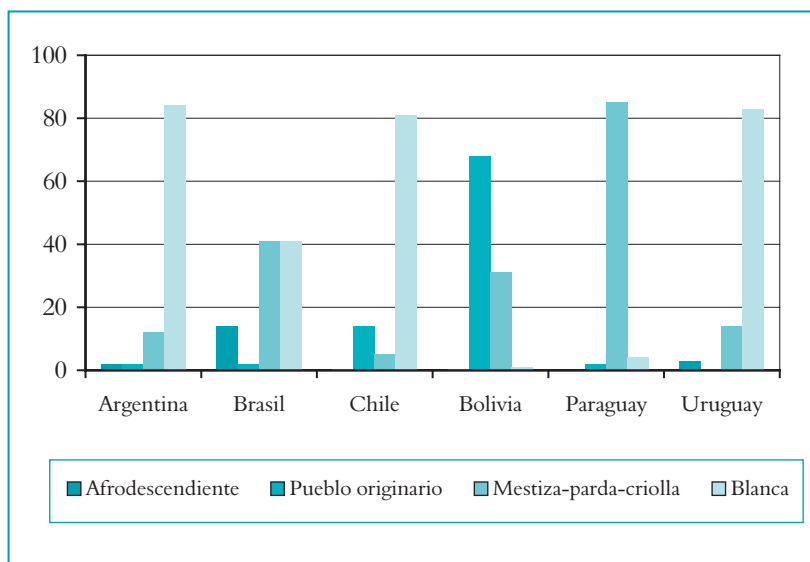
Para Yarzabal «en la década de los sesenta se han producido en América Latina y el Caribe muy importantes modificaciones políticas, económicas y sociales que han provocado, entre otras consecuencias, profundas transformaciones en los sistemas educativos de la mayoría de los países de la región» (Yarzabal, s/f:1). Sin embargo, las diferencias en composición y visión entre países en relación a sus políticas educativas, junto a la amplia diversidad de situaciones que engloba a la región, terminan por configurar también un escenario diferenciado en torno a la educación superior entre países, como se observa en el gráfico 17, donde es posible apreciar una mayor participación de jóvenes y adultos con niveles de educación superior en el caso de Uruguay, Argentina y Bolivia (cuadrante B, gráfico 17); una participación menor a la media regional en Paraguay y Brasil (cuadrante C, gráfico 17); y una situación combinada en el caso de Chile donde la proporción de jóvenes con formación superior es mayor a la media regional y la proporción de adultos se encuentra por debajo del regional (cuadrante D).

#### 4. CARACTERÍSTICAS CULTURALES Y RELIGIOSAS

Hasta aquí se ha intentado caracterizar los aspectos sociodemográficos y socioeconómicos de los encuestados desde un punto de vista laboral y educativo, pero ¿y cuáles son sus características socioculturales y de región? Las gráficas 18 y 19 ayudan a resumir algunos aspectos relacionados a este tema.

El gráfico 18 expone características de distribución poblacional según color, raza y etnia a nivel regional y por país. Datos de la encuesta a nivel regional revelan que la mitad de los encuestados se considera de raza blanca (51%), le sigue los que se consideran mestizos o criollos (32%), luego los pertenecientes a pueblos indígenas u originarios (13%) y finalmente los afrodescendientes (5%).

GRÁFICO 18: COLOR, RAZA Y ETNIA

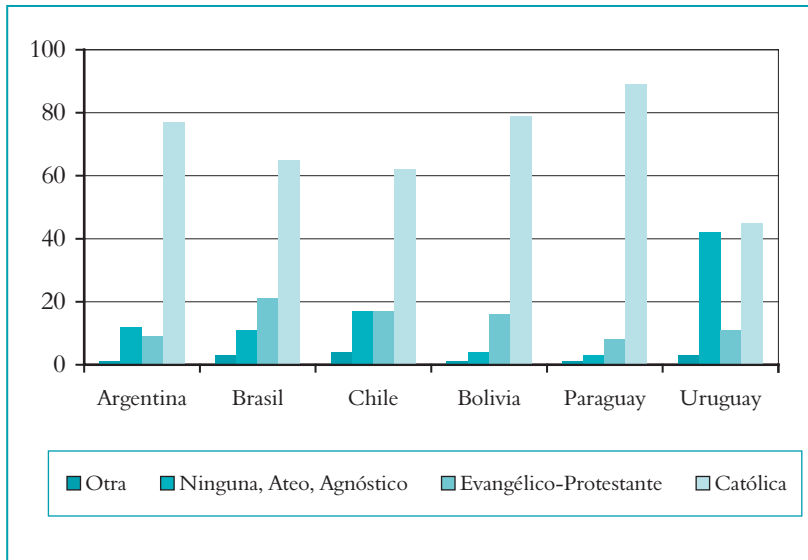


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En los casos de Argentina, Chile y Uruguay predominan los que se consideran de raza blanca; en Paraguay son mayoría los que se describen como mestizos o criollos; en Bolivia preponderan los que se autoidentifican como indígenas; mientras que en Brasil no es posible identificar un primer mayor por estar éste compartido entre dos categorías: los que se consideran blancos y los mestizos o criollos. Estas diferencias de percepción configuran un mosaico cultural, por demás diverso e interesante a nivel regional.

Finalmente, el gráfico 19 resume las características de distribución de la muestra poblacional a nivel regional y por país, según afinidad religiosa.

GRÁFICO 19: RELIGIÓN

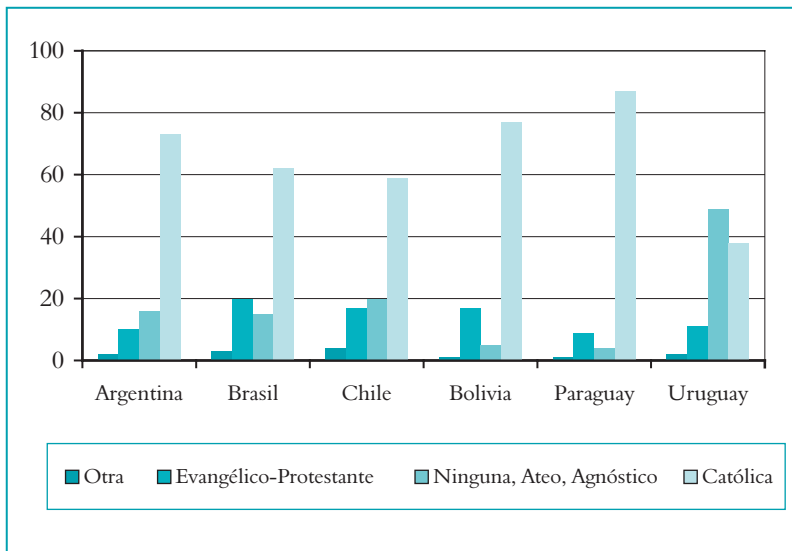


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Resultados a nivel regional revelan que más de la mitad (69%) de las personas encuestadas se considera católicas. Los evangelistas/protestantes junto a los ateos/agnósticos comparten el mismo porcentaje de participación, quedando sólo el 2% a otras religiones (testigos de Jehová, mormones, etc.).

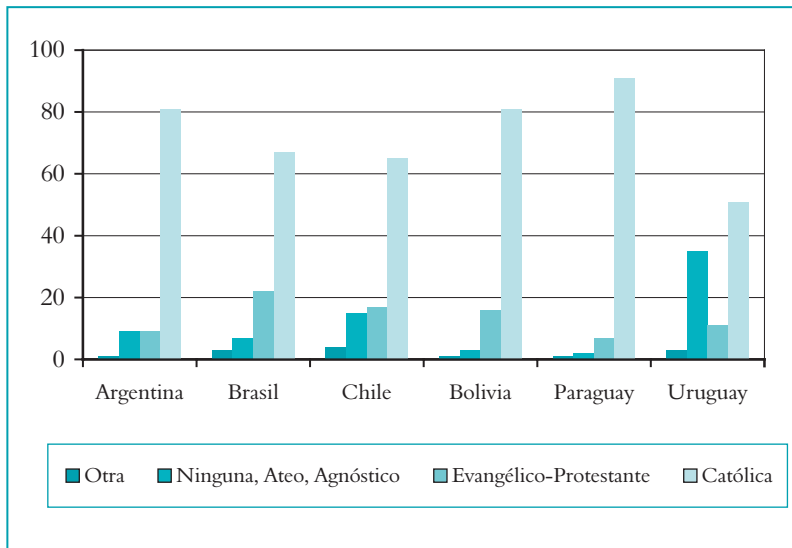
Es interesante observar en el caso de Uruguay un importante porcentaje de personas que no forma parte de ninguna religión (ateos o agnósticos) al parecer por ser su Estado secularizado de tipo laico.

GRÁFICO 20: RELIGIÓN JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 21: RELIGIÓN ADULTOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.



En conclusión, una revisión de los aspectos generales de los encuestados desde un enfoque comparativo entre jóvenes y adultos a nivel sociodemográfico, socioeconómico y sociocultural, pone en evidencia diferencias, tanto entre estratos generacionales (jóvenes/ adultos), como entre países que forman parte de la presente investigación, producto de diversidad de situaciones que engloba a la región. Un ejemplo de estas diferencias se da a nivel de los desplazamientos migratorios tanto hacia dentro como hacia fuera de los países y de la propia región latinoamericana entre jóvenes y adultos, que son consecuencia de las brechas de desigualdad a nivel económico y social que caracteriza a nuestra región y que al final termina reconfigurando su realidad demográfica.

Las diferencias en torno a la situación laboral de los jóvenes en relación a los adultos, en cuanto a los niveles de experiencia, desempleo e inactividad son el resultado también de asimetrías presentes entre los diferentes sistemas educativos y en las políticas públicas de los países, que a pesar de los importantes esfuerzos realizados por los Estados orientados a realizar reformas, desde principios de la década de los noventa, a diferentes niveles (primaria, secundaria y superior) aún distan de alcanzar los objetivos trazados.

Esta realidad compone las bases de las demandas de la población latinoamericana y, por tanto, de la juventud en su conjunto. Éstas requieren ser atendidas y resueltas en el marco de políticas integradoras donde el criterio fundamental debe centrarse en las bases democráticas de participación.

Por tanto, el camino hacia la integración sudamericana basado no sólo en el marco de acuerdos mercantiles y comerciales, sino en un enfoque democrático donde la juventud juegue un rol fundamental es un reto a futuro de los gobiernos y la sociedad civil en su conjunto.



*Sociedades sul-americanas:  
o que dizem jovens e adultos  
sobre as juventudes*

*Capítulo 2*  
**MEDIOS DE INFORMACIÓN  
Y USO DE INTERNET**

Oscar Dávila León



## MEDIOS DE INFORMACIÓN Y USO DE INTERNET

### 1. INTRODUCCIÓN: DE APARATOS Y SUS USOS

HACE UN TIEMPO, EL Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo en Chile (PNUD) abordó en su Informe titulado *Desarrollo humano en Chile 2006. Las nuevas tecnologías: ¿un salto al futuro?* (PNUD Chile, 2006) las diferentes dimensiones que estarían vinculadas con los accesos, usos, disposiciones y desafíos que imponen estas nuevas tecnologías de la comunicación e información (TIC) para el desarrollo humano de las personas y el desarrollo general del país.

A estas alturas puede parecer un lugar común el señalar que son los y las jóvenes quienes más cercanos se sienten a las TIC, en desmedro de otros grupos etarios a medida que se eleva la edad. Pues precisamente el Informe confirma esta sospecha más o menos compartida.

Ante la interrogante de sentirse «dentro o fuera del mundo de las nuevas tecnologías», el resultado es un empate para la población general; pero con un fuerte componente generacional, pues el 84% de quienes tienen entre 14 y 17 años se siente que está «dentro», y además cree firmemente en la tecnología y en las oportunidades que ha generado: es una herramienta que facilita las cosas y les sirve para desarrollar sus intereses. A la inversa, las personas de más edad, en una proporción mucho más amplia, aún perciben a las TIC como una fuente de amenaza e incertidumbre. De allí que se recomiende que «la preocupación no debe ser sólo cómo las personas acceden a las TIC, sino también cuál es el uso y sentido que les otorgan».

Pero a su vez también es necesario identificar cuáles son las equi-paridades y diferenciaciones (en sus diversos trazados de conexiones) que están aconteciendo con el desarrollo y despliegue de las nuevas tecnologías de la comunicación e información, en especial su impacto

sobre los y las jóvenes que aún son un tanto inciertas. La penetración de éstas en la vida cotidiana es evidente y nos abre nuevos campos de exploración, además de complejizar el análisis, pues no sólo se trata de estar dentro o fuera del mundo de las nuevas tecnologías, sino que lo importante pasa a ser los tramados internos que se generan en esas relaciones.

Los ejes de atención se diversifican en las relaciones posibles de establecer entre juventud y TIC, y surge la necesidad de examinar los procesos y dinámicas internas de esta apropiación tecnológica, muchas veces irreflexiva, cobrando relevancia las dimensiones del acceso a las tecnologías (muy desigualmente distribuidas), los usos que de ellas se hacen (con las disposiciones subjetivas y objetivas presentes), y la producción o generación de nuevos «productos relevantes» para las personas mediante el uso de las TIC: un mundo de posibilidades, desde conocimientos, sociabilidades, informaciones, identidades (aunque sean virtuales), inclusiones (subjetivas y objetivas), participaciones (individuales y colectivas), reconocimientos, autonomías y emancipaciones (libertad relativa del control adulto para los y las jóvenes y adolescentes), usos más de tipo privado o de tipo público, en un largo etcétera. Pero sin duda que para los y las jóvenes, estas nuevas tecnologías han pasado a ser e instalado como aspectos relevantes de identidad y/o sociabilidad juvenil.

El Informe en referencia plantea que el desafío principal que se tiene como país en el uso de las TIC es «poder avanzar desde una promoción centrada en el acceso a los aparatos y conexiones, hacia una política centrada en las formas, condiciones y sentidos en que se usan éstos».

Y a nivel juvenil cobran una relevancia mayor estos enunciados, pues a la base de la utilización de estas nuevas tecnologías deben ser consideradas el abordar las dimensiones propias de la subjetividad juvenil, y también las condiciones en que se desenvuelven de manera más objetiva y/o estructural estos jóvenes. Ambas dimensiones deben ser tenidas en cuenta de manera simultánea y con los mismos énfasis por parte de las orientaciones, conceptualizaciones y políticas públicas que se diseñan y ejecutan en estos ámbitos.

Esta referencia al informe del PNUD nos parece apropiada como marco introductorio al tema de —más acotado por lo demás— sobre el ámbito de los accesos y usos a los medios de información y de la red internet que estarían experimentando tanto jóvenes como adultos en los seis países considerados.

## 2. BRECHAS PERSISTENTES

Se ha mencionado insistentemente que el acceso, disponibilidad, disposición, sus usos y sentidos asignados a las TIC pueden constituirse en nuevas formas de desigualdades, en las cuales la brecha digital o «brecha en conectividad» estaría representando y expresando (y en muchos casos exacerbando) brechas preexistentes, o brechas en cuanto a condiciones de orígenes, principalmente en cuanto a ingresos, niveles educacionales, actividad social, sector de residencia urbano o rural, etnia e inclusive diferencias de género. Esa es la interrogante que deja abierta el texto *Juventud y cohesión social en iberoamérica* (CEPAL y OIJ, 2008:165) en el capítulo referido a la conectividad entre los jóvenes.

Dichas interrogantes enunciadas, sobre la base de los antecedentes recogidos en este estudio se confirman en términos generales de tendencias, donde los datos en cada uno de los países reproducen esas premisas, resumidas en que existen relaciones fuertes en los accesos, usos y frecuencias, de acuerdo a ciertas variables o condiciones preexistentes. Sumado a lo anterior, también se confirman esas tendencias en cada uno de los países.

Es innegable el avance en conectividad y usos que han experimentado los países en cuanto a la apropiación de las TIC y en específico el de internet, como también es cada vez más frecuente que este avance en penetración vaya acompañado con políticas públicas orientadas en esa dirección, y no entender este proceso sólo como un producto y servicio a ser dejado al mercado de las empresas de telecomunicaciones. Detrás de aquellas lógicas, sin duda se halla un principio de desarrollo estratégico de las sociedades, entendida como inversión fundamental en infraestructura, conectividad y capital humano calificado para enfrentar los nuevos y futuros requerimientos de la sociedad de la información. Invertir hoy en día en esos sectores es requisito fundamental para acceder a mercados cada vez más competitivos y exigentes, y poder integrarse de mejor manera en sintonía con los procesos de modernización en su nueva fase expansiva, quizá la cuarta en la región latinoamericana a tiempos contemporáneos, donde coexisten en algunos países dinámicas modernizadoras de fases anteriores con la actual. Pensemos por ejemplo en los déficits en infraestructura básica y de obras públicas de nuestros países, como electrificación, red de agua potable y alcantarillado, telefonía de red fija (no móvil, que crece de manera exponencial) y telecomunicaciones, infraestructura educacional y sanitaria, puertos, carreteras, aeropuertos, embalses, sistemas

de regadíos, diversificación de la matriz energética y prospección de nuevas fuentes energéticas, entre otras áreas relevantes de la infraestructura física necesaria. En dos palabras: inversión en concreto (hormigón, cemento, *portland*) y en redes al mismo tiempo.

La expansión experimentada por el uso de internet en los últimos años habla de un crecimiento sostenido en diferentes zonas del mundo, que permite ver las dos caras de la moneda: la fuerte expansión y las disparidades en sus crecimientos de acuerdo a los países y zonas geográficas. Para la región latinoamericana, como puede apreciarse en la tabla, de partir la década con niveles muy bajos de usuarios de internet, al cabo de sólo siete años la cifra se ha cuadruplicado, pero con desiguales indicadores por países, siendo los extremos Costa Rica con 33 y Bolivia con 2 usuarios de internet por 100 habitantes.



TABLA 1: IBEROAMÉRICA Y OTROS PAÍSES SELECCIONADOS (27 PAÍSES).  
USUARIOS DE INTERNET<sup>(a/b)</sup> E INDICADORES DE EXPANSIÓN, 2000-2007

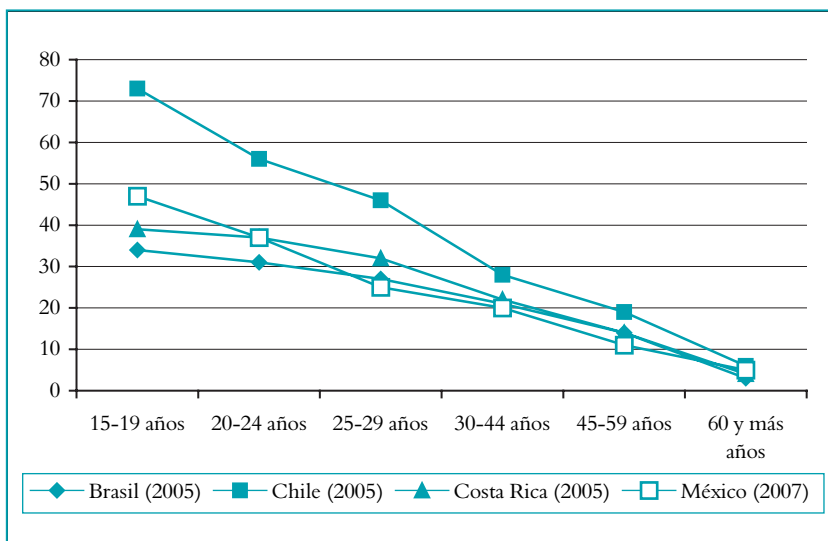
País	USUARIOS DE INTERNET (NÚMERO DE USUARIOS POR 100 HABITANTES) AÑOS			Indicadores de expansión (%)	
	2000	2004	2007	Tasa de crecimiento promedio anual 2000-2007	Relación 2007/2000
<b>PAÍSES CON MAYOR PENETRACIÓN</b>					
España	13.6	35.1	44.5	18.5	3.3
Costa Rica	6.0	23.5	33.6	28.0	5.6
Chile	16.7	27.9	33.5	10.5	2.0
Portugal	16.8	24.5	33.4	10.4	2.0
Uruguay	10.9	21.0	29.0	14.9	2.7
Perú	3.1	11.6	27.4	36.4	8.8
Colombia	2.1	8.9	26.2	43.7	12.7
Brasil	2.9	12.2	26.1	36.6	8.9
<b>PAÍSES CON MEDIANA PENETRACIÓN</b>					
Argentina	7.1	16.1	23.6	18.8	3.3
México	5.1	13.4	21.4	22.7	4.2
Venezuela	3.4	8.8	20.7	29.5	6.1
Dominicana	4.1	9.1	17.2	22.8	4.2
Ecuador	1.4	4.7	11.5	34.9	8.1
Guatemala	0.7	6.0	10.2	46.7	14.6
El Salvador	1.1	8.9	10.0	36.7	8.9
<b>PAÍSES CON BAJA PENETRACIÓN</b>					
Panamá	3.2	9.5	6.7	11.3	2.1
Honduras	0.9	3.2	4.7	26.9	5.3
Paraguay	0.7	2.5	4.1	28.1	5.7
Nicaragua	1.0	2.2	2.8	15.8	2.8
Bolivia	1.5	3.9	2.1	5.2	1.4
<b>TOTALES REGIONALES</b>					
Iberoamérica (20 países)	5.1	12.6	19.4	21.0	3.8
América Latina (18 países)	4.0	10.7	17.3	23.3	4.3
<b>OTROS PAÍSES SELECCIONADOS</b>					
Suecia	45.6	75.5	76.8	7.7	1.7
Japón	29.9	62.2	73.5	13.7	2.5
Corea	41.4	65.7	72.2	8.3	1.7
Estados Unidos	44.1	63.0	71.9	7.2	1.6
Reino Unido	26.4	47.0	66.2	14.0	2.5
Australia	34.5	47.8	54.0	6.6	1.6
Alemania	30.2	43.3	51.5	7.9	1.7

Fuente: Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), en CEPAL y OIJ, 2008:155.

- (a) La cifra es producida y divulgada por el país (se considera el dato ajustado por el país con el fin de hacerlo coincidir con los estándares internacionales).
- (b) La cifra es estimada por la agencia internacional cuando un dato de país para un año específico o para una serie de años no está disponible, o cuando existen múltiples fuentes de información o hay cuestionamientos a la calidad del dato. Las estimaciones se basan en datos nacionales, tales como encuestas o registros administrativos u otras fuentes de información, pero utilizando la misma variable para realizar la estimación.

Dentro de las brechas de acceso a internet, la edad juega —como en pocos casos— muy a favor de las poblaciones jóvenes, donde clara y categóricamente se aprecia una relación directa entre edad y conectividad: a medida que aumenta la edad, la conectividad baja por parte de los usuarios, donde la relación entre el grupo etario más joven (15 a 19 años) y el de mayor edad (60 y más años) es de 10 a 1, a favor de los primeros en conectividad.

GRÁFICO 1: CUATRO PAÍSES SELECCIONADOS.  
USUARIOS DE INTERNET SEGÚN TRAMOS DE EDAD, ALREDEDOR DE 2005  
(EN PORCENTAJES)

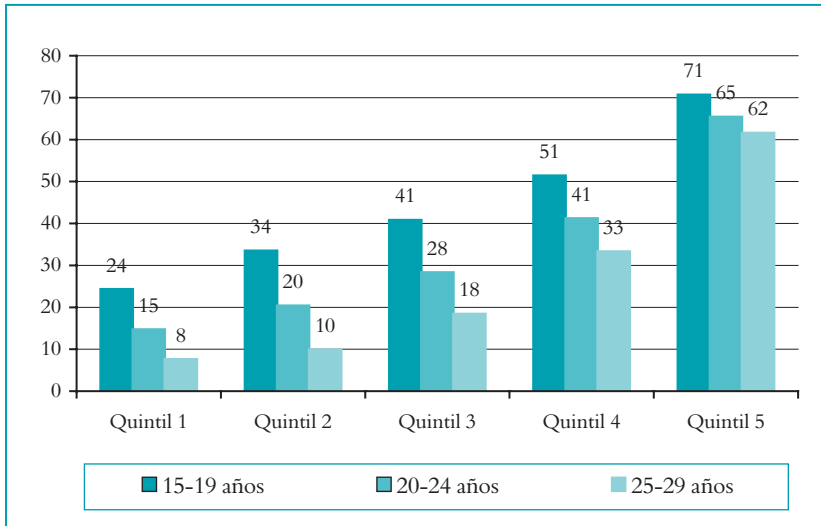


Fuente: Observatorio para la Sociedad de la Información en Latinoamérica y el Caribe (OSILAC), basado en encuestas de hogares de los países y año más reciente disponible. En CEPAL y OIJ, 2008.

La misma tendencia anterior, pero ahora sólo entre las poblaciones jóvenes (15 a 29 años), se presenta en cuanto a los niveles de ingresos, en una relación directa de a mayor ingreso, mayor es la proporción de usuarios jóvenes de internet, alcanzando una relación de 4 a 1 a favor del quintil de mayor ingreso (5) sobre el de menor (1).

Estos antecedentes —tramos etarios e ingreso— son congruentes con los arrojados por la medición mediante la encuesta a jóvenes y adultos en los seis países contemplados.

GRÁFICO 2: CINCO PAÍSES SELECCIONADOS.  
USUARIOS DE INTERNET POR QUINTIL DE INGRESO Y EDAD,  
ALREDEDOR DE 2005  
(EN PROMEDIOS SIMPLES)



Fuente: Observatorio para la Sociedad de la Información en Latinoamérica y el Caribe (OSILAC), basado en encuestas de hogares de los países y año más reciente disponible. Los países incluidos son Chile (2006), Brasil (2005), Costa Rica (2005), México (2007) y Paraguay (2005). En CEPAL y OIJ, 2008.

### 3. MÁS IMAGEN QUE PALABRAS: LA CULTURA DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

Tradicionalmente se ha concebido el acceso, uso y tipo de medio de información y comunicación como un indicador relevante de análisis en tiempos contemporáneos, donde de manera particular estamos siendo testigos de la evolución de los medios y canales informativos que van marcando las pautas epocales en el área, y que sin duda se relacionan estrechamente con los procesos modernizadores que experimentan los países en la materia.

Con la irrupción de la televisión hace unas décadas, se vio resentido el canal de la radio comercial como fuente de transmisión de información, pasando la televisión de manera sostenida y en permanente expansión a liderar en buena medida como medio por excelencia de acceso a la información. Con ello *la palabra se vio acorralada por la ima-*

gen, que fruto de su ampliación de cobertura y acceso por parte de la población con el tiempo, en la actualidad es casi un aparato presente en todos los hogares (Reinoso, 2005).

Esta trayectoria seguida por la televisión posee rasgos bastante comunes con las tendencias actuales y proyectuales atribuibles al uso de computador e internet. A su vez, la presencia de los medios de comunicación e información escritos (periódicos, revistas, boletines y afines) pasan por un mal momento, donde cada vez se lee menos en la versión de McLuhan de la «Galaxia Gutenberg», es decir, un sujeto frente a un texto impreso; y estando pendiente la evaluación sobre los hábitos y usos de lectura —más o menos tradicional— en la «aldea global electrónica».

Por tales antecedentes no resulta extraño que dentro de las personas consultadas en los seis países de referencia el medio que concentra las mayores preferencias para cumplir con la función de informarse sobre lo que sucede en su país y el mundo sea la televisión, teniendo todos los países niveles desde 91.3% (Paraguay) a 95.9% (Chile), con la excepción de Bolivia que presenta un valor bastante menor para la televisión (77.2%).

TABLA 2: PRINCIPALES MEDIOS A TRAVÉS DE LOS CUALES SE INFORMA POR PAÍS (EN PORCENTAJES)

USO MEDIO DE INFORMACIÓN	País					
	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Televisión	92.2	94.9	95.9	77.2	91.3	93.1
Radio comercial	54.8	39.6	42.9	67.5	54.8	57.8
Diario, Revista, Boletín	38.6	30.6	34.0	21.1	28.3	23.0
Internet	20.0	20.6	17.5	6.9	5.2	14.9
Radio comunitaria	3.7	5.0	4.0	15.0	7.5	6.2

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Debido a los altos porcentajes de preferencia de la televisión como principal medio informativo, las diferencias para las poblaciones jóvenes y adultas son mínimas (1 ó 2 puntos), siendo ambos segmentos televidentes en proporciones iguales. Y viendo los niveles de escolaridad, hay una leve disminución en el uso televisivo a medida que aumenta la escolaridad, es decir, quienes declaran poseer estudios superiores utilizan un poco menos este canal respecto a escolaridades

más bajas. La excepción la constituye Bolivia, donde hay una relación inversa e importante: más de 20% para personas con escolaridades de secundaria y superior (86.3% y 87.7%, respectivamente) en relación con primaria (64%) como televidentes de información.

En cuanto al uso de la radio comercial, los porcentajes presentan algunas diferencias importantes de uso de acuerdo al país, siendo en Bolivia donde más extendido se encuentra este medio como canal informativo (67.5%) y en Brasil el más bajo (39.6%). Y aquí sí se aprecian diferencias de uso entre jóvenes y adultos, siendo éstos quienes marcan en todos los países una mayor preferencia, alcanzando las mayores diferencias en Uruguay (12.6%) y en Argentina (10.1%) por sobre los jóvenes.

La prensa escrita, en sus diferentes versiones (diarios, revistas y boletines), concentra alrededor de un tercio de las preferencias como medio de información, donde los extremos están representados por Argentina (38.6%) en el mayor uso, y por Bolivia (21.1%) con el menor. Y quizá contrariamente a lo esperado, en todos los países los mayores lectores corresponden a jóvenes, con las excepciones de Argentina, donde los adultos superan (6.7%) a los jóvenes y en Bolivia con una proporción menor a favor de los adultos (3%). También en el caso de la prensa escrita es más utilizada como medio informativo a medida que sube el nivel de escolaridad y también el de ingreso de los consultados, donde quienes poseen educación superior a lo menos doblan a las personas con escolaridades de nivel primario o secundario. Y para el ingreso, el tercil más alto duplica y triplica según el país al decil de menores ingresos en la lectura de prensa como medio informativo.

Tal como veremos luego con más detalle, el uso de internet como medio informativo va ganando terreno y es esperable que siga expandiéndose en el tiempo, entrando a competir y/o quitándole usuarios, principalmente a la televisión, en lo que vendría a ser un «cambio o intercambio de pantallas»: *del televisor al monitor* (Reinoso, 2005). Entre los seis países se forman dos grupos: los que ubican a internet entre el 15% y 20% como medio informativo (Argentina, Brasil, Chile y Uruguay) y el otro grupo con valores entre 5% y 7% (Bolivia y Paraguay), y que se relacionan directamente con los niveles de conectividad a internet y disponibilidad de uso de computador en cada país. La relación entre quienes utilizan habitualmente internet y usan este mismo canal como medio informativo es muy fuerte, alcanzando prácticamente al total de las personas en valores cercanos al 96%.

Y como se ha venido señalando, la dimensión de la edad e internet se potencian mutuamente, donde en este caso no es la excepción como medio de información, pues los y las jóvenes usan este canal informativo alrededor del doble (Argentina y Brasil), el triple (Chile, Bolivia y Uruguay) y cuatro veces más que los adultos (Paraguay). Y la misma tendencia sucede con el nivel de escolaridad y uso de internet como medio informativo, siendo una relación cercana a las 10 veces más (Argentina, Brasil, Chile), 15 veces (Bolivia y Uruguay) y hasta 25 veces (Paraguay) entre quienes cuentan con educación superior por sobre las de educación primaria. Similar situación se presenta al revisar esta dimensión con los niveles de ingreso, pero un tanto más atenuada que la escolaridad, donde el tercil de ingresos más alto usa internet como medio informativo 4 veces más (Chile y Uruguay), 5 veces más (Brasil y Argentina), 8 veces más (Bolivia) y hasta 11 veces más (Paraguay) respecto al tercil de menores ingresos.

En la distribución por sexos en el uso informativo por internet, en tres países (Chile, Bolivia y Paraguay) éste adquiere un carácter predominantemente masculino, teniendo los hombres una diferencia cercana al 20% por sobre las mujeres.

Para el caso de las radios comunitarias, salvo en Bolivia (15%) que adquiere alguna significación como medio de información, en los restantes países su importancia tiene valores bajos (entre 4% y 7%) en el conjunto de la población, comportamiento que se distribuye en iguales proporciones para jóvenes y adultos.

En esta reconfiguración de las tendencias de uso de los diferentes canales o medios para informarse, se aprecia con claridad el retroceso que van experimentando los medios de comunicación e información de la prensa escrita y el auge gradual, pero persistente de medios vinculados con lo audiovisual, donde la televisión posee un lugar privilegiado, pero que comienza a vislumbrarse el uso de internet con todo su potencial de expansión y alza sostenida en las tasas de penetración, a la par de como aumenta la conectividad digital en cada país, y se incorporan nuevas generaciones más jóvenes en el uso de estas herramientas de comunicación e información, ya no como aprendices en sus usos, sino como primera generación de «nativos digitales» como se les ha dado en llamar (cf. Urresti, 2008).

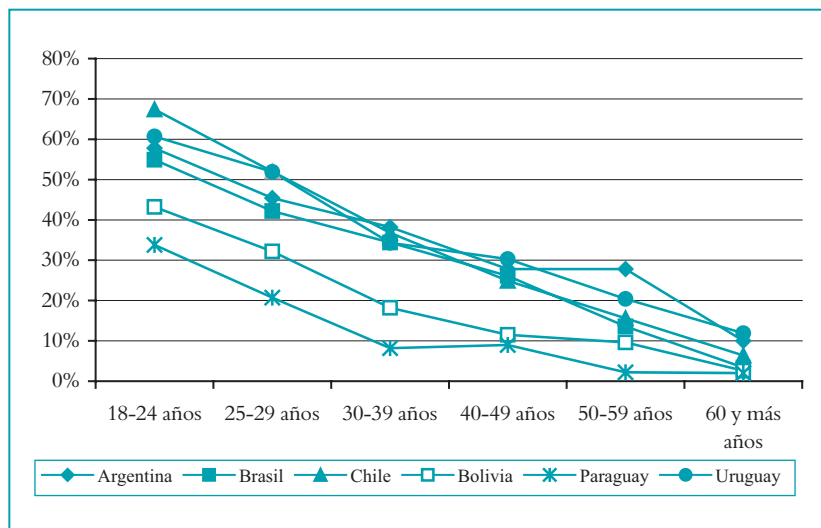
Pero junto a lo anterior, es válido enunciar la premisa y *apuesta optimista* que sigue vigente en cuanto a la génesis y sus usos de la red global, la que favorecería a una democratización de la información (en su generación, distribución y usos) precisamente por el carácter

virtual de aquélla y su libre circulación, de momento que se pasa «del papel al ciberespacio». Es un tema de discusión abierto y que requiere análisis más profundo y sistemático para contar con evidencias que puedan respaldar esa apuesta optimista por el avance de la tecnología. Por lo pronto, y en el contexto sólo de la parte referida a canales por los cuales se informan las personas, resulta un tanto paradójico que los principales medios de información consultados en la red *son las versiones digitales de la prensa escrita*, ahora de manera gratuita. Lo que nos lleva a plantear el tema ya no sólo desde los accesos, sino que con mayor fuerza por sus diversos tipos de usos, donde —a lo menos— pueden calificarse entre «los usos letrados v/s los usos lúdicos». Volveremos sobre esto.

#### 4. LOS USUARIOS DE LA RED

En consecuencia con las tendencias ya señaladas, entre los países consignados en este estudio, podemos apreciar dos agrupaciones de países de acuerdo a la utilización habitual de computadora e internet. De un lado se ubican cuatro países (Argentina, Brasil, Chile y Uruguay) que poseen dentro de las personas consultadas por sobre el 30% de una utilización habitual de computador e internet en conjunto; y el otro grupo compuesto por dos países (Bolivia y Paraguay) con valores un tanto menores (22.6% y 14.5%, respectivamente). Cabe consignar que en la opción de quienes utilizan habitualmente computadora, pero sin una conexión a internet, nos arroja una proporción bastante baja en los países, en un rango entre 2.3% y 7.6%, lo que viene a confirmar la impresión general (y con mayor fuerza entre las poblaciones jóvenes) que en el actual desarrollo de las nuevas tecnologías informáticas, el poseer o tener acceso a un computador sin internet no serviría de mucho, estando devaluada esa opción de inclusión digital en una amplia mayoría de las personas.

GRÁFICO 3: USUARIOS HABITUALES DE COMPUTADORA E INTERNET  
SEGÚN TRAMOS DE EDAD Y PAÍS  
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Con estos antecedentes, y en consonancia con lo expresado anteriormente, estaríamos en presencia de dos dinámicas —y sus derivados de aquéllas— en el plano de la inclusión digital en estos seis países: el bajo nivel de acceso que aún persiste en conectividad, acceso y uso habitual de la herramienta del computador e internet; pero de manera conjunta, el fuerte impacto y acelerado proceso de crecimiento que vienen experimentando el uso de estas herramientas de la información y la comunicación.

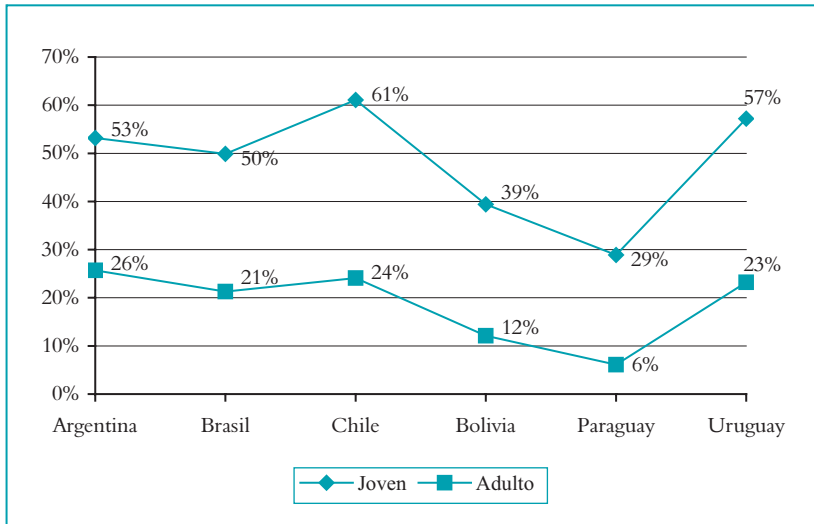
Las tendencias de diferenciación en el uso habitual del computador e internet se vuelven a confirmar, donde el mayor uso se correlaciona con fuerza con la variable edad y generacional, disminuyendo su uso a medida que aumenta la edad, como podemos ver en el gráfico. Es así que entre quienes usan estas herramientas, las diferencias entre los tramos de edad extremos, alcanzan valores muy significativos.

Por ejemplo, el grupo de menor edad (18 a 24 años) utiliza habitualmente en Chile (67.4%) y Uruguay (60.7%) porcentajes muy superiores que el grupo de mayor edad (6.4% y 11.9%, respectivamente). Esta diferencia intergeneracional en uso de internet a favor de las poblaciones más jóvenes se va expresando y disminuyendo en todos



los grupos etarios en que se ha agrupado a la población total y en cada uno de los países.

GRÁFICO 4: USUARIOS HABITUALES DE COMPUTADORA E INTERNET SEGÚN JOVEN O ADULTO Y PAÍS (EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Entre las otras variables de diferenciación en el uso de computadora e internet adquieren mayor relevancia a la hora de ver el sector de residencia de los consultados, donde de manera clara los mayores valores se alcanzan en quienes residen en sectores urbanos, siendo del doble o triple de acuerdo al país (tabla 3).

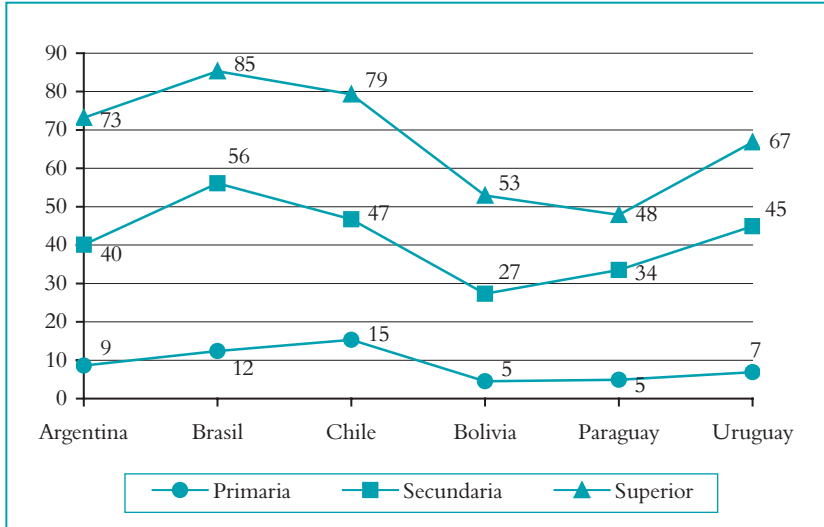
Las diferencias por género no adquieren una tendencia sostenida para uno u otro género, sino que se da una tendencia mixta: en dos países (Argentina y Brasil) son las mujeres quienes más utilizan habitualmente computadora e internet, y en cuatro (Chile, Bolivia, Paraguay y Uruguay) son los hombres. Inclusive, en todos los países la diferencia para uno u otro género no es muy significativa (tabla 3).

TABLA 3: UTILIZA HABITUALMENTE COMPUTADORA E INTERNET  
 POR SECTOR RESIDENCIA URBANO/RURAL, SEXO Y PAÍS  
 (EN PORCENTAJES)

Usos	País	SECTOR DE RESIDENCIA		SEXO	
		Urbano	Rural	Hombre	Mujer
No utiliza computadora	Argentina	59.3	75.4	28.7	32.1
	Brasil	64.3	87.8	31.1	36.3
	Chile	58.1	77.1	27.9	33.1
	Bolivia	61.6	84.8	31.1	38.7
	Paraguay	72.8	92.7	39.6	40.5
	Uruguay	61.6	86.8	28.9	34.4
Utiliza computadora, pero no usa internet	Argentina	5.0	7.6	2.4	2.9
	Brasil	2.5	0.9	1.3	1.1
	Chile	4.6	5.7	2.3	2.5
	Bolivia	7.6	7.4	4.0	3.5
	Paraguay	6.8	3.3	2.4	3.1
	Uruguay	5.2	2.3	2.4	2.6
Usa computadora e internet	Argentina	35.7	16.9	16.5	17.4
	Brasil	33.2	11.3	14.8	15.5
	Chile	37.3	17.2	18.2	16.2
	Bolivia	30.8	7.7	13.0	9.5
	Paraguay	20.4	4.0	8.1	6.4
	Uruguay	33.2	10.9	15.8	16.1

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

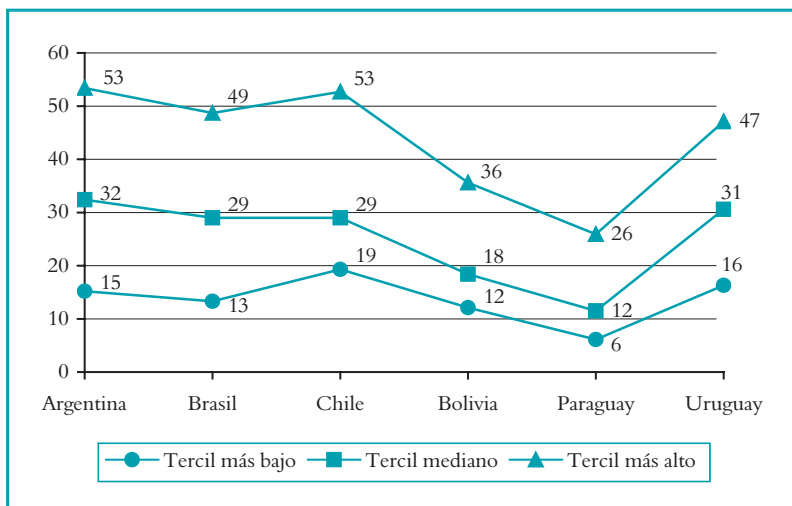
GRÁFICO 5: USUARIOS HABITUALES DE INTERNET  
SEGÚN ESCOLARIDAD Y PAÍS  
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

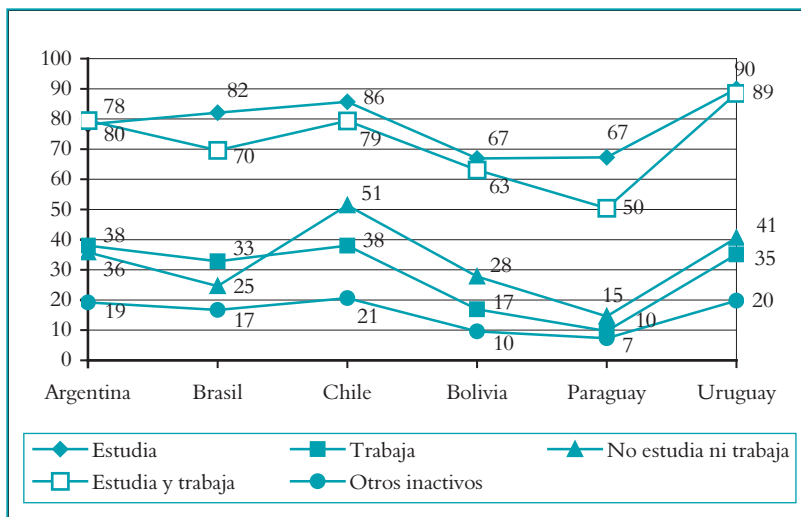
Tres variables se relacionan muy directamente en cuanto a la utilización permanente de internet: escolaridad alcanzada, nivel de ingreso del hogar per cápita y actividad social principal; en las cuales se mantienen las tendencias ya señaladas. A mayor escolaridad (gráfico 5) y nivel de ingreso (gráfico 6), mayor uso de internet; y en la actividad principal, presentada de manera dicotómica entre estudio y trabajo, quienes estudian alcanzan elevados valores de utilización habitual de internet. Incluso los que realizan las actividades de estudio y trabajo al mismo tiempo, también exhiben altos porcentajes de uso de la red, y de contraparte, quienes menos hacen uso de aquella son los agrupados en otros inactivos de la población, principalmente representados por dueñas de casa, jubilados, pensionados y quienes buscan trabajo (gráfico 7).

GRÁFICO 6: USUARIOS HABITUALES DE INTERNET SEGÚN NIVEL DE INGRESO EN TERCILES Y PAÍS (EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 7: USUARIOS HABITUALES DE INTERNET SEGÚN ACTIVIDAD PRINCIPAL Y PAÍS (EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

## 5. LOS USOS EN LA RED

Teniendo en consideración que más del 70% de la población general manifestó no ser usuario habitual de internet, dentro de quienes sí la usan, un primer antecedente se refiere a la cantidad y tipos principales de utilización de internet.

TABLA 4: CANTIDAD DE TIPOS DE USOS EN INTERNET POR PAÍS  
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)

CANTIDAD DE TIPOS DE USOS	PAÍSES						Total
	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay	
1 ó 2 tipos de usos	46.8	45.1	33.0	43.9	59.9	45.4	44.4
3 ó 4 tipos de usos	36.0	34.7	38.0	35.7	30.8	36.3	35.6
5 ó más tipos de usos	17.2	20.1	29.0	20.4	9.3	18.2	20.0
<b>PROMEDIO TOTAL</b>	<b>3.00</b>	<b>3.15</b>	<b>3.62</b>	<b>3.15</b>	<b>2.41</b>	<b>3.07</b>	<b>3.13</b>
<b>PROMEDIO JÓVENES</b>	<b>3.22</b>	<b>3.34</b>	<b>3.87</b>	<b>3.19</b>	<b>2.53</b>	<b>2.52</b>	<b>3.33</b>
<b>PROMEDIO ADULTOS</b>	<b>2.80</b>	<b>2.96</b>	<b>3.37</b>	<b>3.07</b>	<b>2.08</b>	<b>2.68</b>	<b>2.92</b>

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

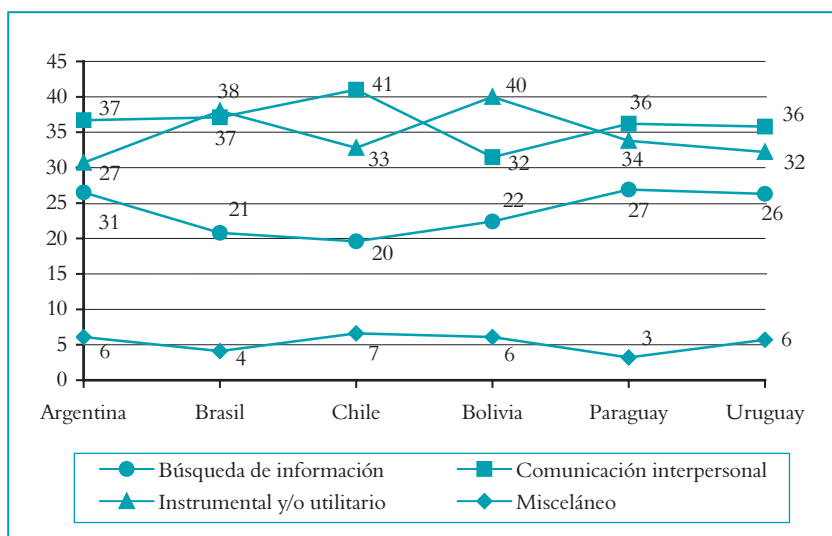
Las opciones principales y originalmente propuestas —de respuesta múltiple— para estos tipos de usos correspondieron a la búsqueda de información y noticias en la red, uso de correo electrónico, conversar o chatear, investigar, jugar, trabajar, estudiar, relacionarse, comprar y buscar empleo, entre otras de menor frecuencia. A partir de allí, tenemos un promedio simple de 3.13 tipos de herramientas utilizadas por los usuarios permanentes de internet, siendo entre 1 ó 2 usos la opción más frecuente (44.4%), decreciendo a un 35.6% para los 3 ó 4 tipos de usos y el 20% para quienes usan 5 o más aplicaciones en internet.

En categorías agregadas de las respuestas múltiples, se construyó una sola variable para las —hasta— once opciones posibles de respuesta, en la cual quedó con las alternativas de búsqueda de información y noticias, comunicación interpersonal (considerando el uso de chat, visitas a sitios web de relacionamiento/sociabilidad y correo electrónico), uso instrumental y/o utilitario (incluyendo el investigar, apoyo

educativo, trabajar, comprar, pagar y buscar empleo), y una categoría misceláneo (jugar y otras de menor preferencia).

De esta agrupación de respuestas múltiples e incluyendo al conjunto de la población consultada, en cuatro países (Argentina, Chile, Paraguay y Uruguay) la primera preferencia en la utilización de internet es la comunicación interpersonal; y en dos países (Brasil y Bolivia) es con fines instrumentales y/o utilitarios.

GRÁFICO 8: UTILIZACIÓN PRINCIPAL DE INTERNET POR PAÍS  
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)

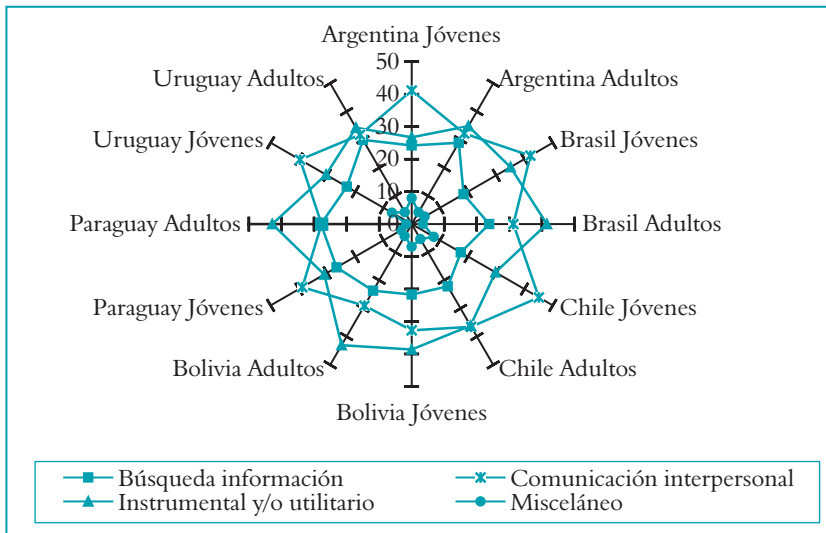


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Visto a nivel generacional los usos principales de internet, se aprecian diferencias significativas entre jóvenes (18 a 29 años) y adultos (30 y más años). Lo esperable: cambian los usos de acuerdo a la edad, incluso con mayor claridad que entre los propios países, sea como población general, entre los mismos jóvenes o entre los adultos de cada país. De allí que la edad hace una diferencia relevante en cuanto a la relación, apropiación y usos que se hacen de internet. Puede apreciarse en la gráfica de red (gráfico 9) cómo la utilización principal que hacen los jóvenes de todos los países (con la excepción de los jóvenes bolivianos) es en primer lugar la comunicación interpersonal, con porcentajes agregados cercanos al 40% en cada país. En el caso

de los adultos su principal utilización está relacionada con usos instrumentales y/o utilitarios, con también en torno al 40% en todos los países (sólo en los adultos de Chile la comunicación interpersonal es levemente superior a la anterior).

GRÁFICO 9: UTILIZACIÓN PRINCIPAL DE INTERNET  
JOVEN/ADULTO POR PAÍS  
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Otras variables relevantes vinculadas con los usos de internet nos indican que con la escolaridad a medida que ésta aumenta desde primaria hacia superior, la tendencia es hacia un mayor uso instrumental y/o utilitario de la red. Y para el caso del género, hay una leve preferencia —no muy significativa— de las mujeres (en torno al 3%) por un mayor uso principal de la comunicación interpersonal que los hombres. Igual situación acontece con el nivel de ingreso de los entrevistados, donde los usos de internet se distribuyen de manera similar entre los terciles de ingreso. Por último, la actividad social principal de estudiante se relaciona más estrechamente con el uso de la comunicación interpersonal, y para el caso de quienes trabajan comparten el uso principal la anterior, pero junto a un uso de carácter más instrumental y/o utilitario.

## 6. LAS BRECHAS EN EL ACCESO Y USO

Sobre la base de los antecedentes aportados por el estudio en materia de uso de medios de información y comunicación, con énfasis en la utilización de internet por parte de la población consultada, surge un conjunto de interrogantes que hacen plausible una interpelación a las políticas públicas responsables de estas materias, en orden a poder avanzar en la disminución de las diferentes brechas documentadas.

De un lado se nos presenta con claridad la existencia de una «brecha digital» entre los países involucrados en el estudio, tanto en su comparación entre ellos (la cual es relativamente menor) y la de éstos con otras realidades con mayores niveles de desarrollo (la que es más amplia que la anterior). Del otro lado tenemos una «brecha generacional», principalmente relacionada con el acceso y uso de la red internet, entre jóvenes y adultos en cada país.

Para ambos tipos de brechas se precisa la concurrencia de un conjunto de políticas públicas que se orienten hacia la dirección de poder acortar estas brechas, donde cabe preguntarse si las políticas deben intervenir en este campo y si poseen los instrumentos que favorezcan mayores niveles de equidad en sus accesos y usos, más allá de ser entregados estos ámbitos a las lógicas del mercado y las posibilidades de cada cual de ser un consumidor de las tecnologías de la información y la comunicación.

Ha habido y se encuentran en curso algunas políticas públicas que se orientan en la dirección de favorecer la disminución de las brechas y aumentar el acceso, donde de manera especial se pueden reconocer iniciativas masivas vinculadas con la conectividad de los estudiantes en los establecimientos educacionales y el acceso a computadoras; o también ciertos proyectos en el área de la conectividad rural, en territorios donde no llegará de manera convencional internet. Incluso a nivel de políticas juveniles podemos encontrar iniciativas públicas de generar *espacios de conectividad juvenil* en las modalidades de telecentros, infocentros, cibercentros; pero que por su carácter y cantidad reducida poseen una baja cobertura de población.

Pero en lo que aún falta camino por recorrer se relaciona con el acceso y uso residencial de estas tecnologías, debido a las dificultades económicas de acceder a la compra de computadoras y conectividad hogareña para un conjunto mayoritario de la población de los países, debido a los altos costos que estos accesos conllevan.



Por tales razones, se hace necesario que este campo se convierta también en un campo de actuación de las políticas públicas, pues la evidencia nos refleja que rápidamente se va convirtiendo en una nueva fuente de exclusión social para un porcentaje muy relevante de la población, donde cada vez es más necesario disponer y manejar estas herramientas, dadas en ser llamadas actualmente como herramientas de modernización.



*Sociedades sul-americanas:  
o que dizem jovens e adultos  
sobre as juventudes*

*Capítulo 3*

**SOBRE LA JUVENTUD:  
NOCIONES Y DISCUSIONES**

Felipe Ghiardo



## SOBRE LA JUVENTUD: NOCIONES Y DISCUSIONES

UNO DE LOS PROBLEMAS básicos para los estudios sobre juventud está al principio, cuando tienen que definir su «objeto de estudio». La dificultad está dada por la variedad de significados que ha venido adquiriendo la palabra juventud desde que se acuña el término. Si en un primer momento se usó para hacer referencia a la nueva categoría social que se produjo con la modernización de los Estados y la producción industrial de mediados del XIX, con el paso del tiempo la juventud se fue convirtiendo en un fenómeno social y cultural sumamente complejo, cargado de múltiples significados que fueron haciendo difícil definirla sin enredarse en esa madeja.

Producto de ese proceso en la actualidad circulan múltiples discursos sobre la juventud, cada uno de los cuales de alguna manera marca la forma en que los diferentes grupos de población se refieren a ella. Para algunos investigadores éste ha sido tema de trabajo empírico. Mariana Chaves, por ejemplo, analizó hace un tiempo los discursos sobre la juventud que circulan en la prensa y la televisión argentinas, las políticas sociales, los padres, la escuela y los mismos jóvenes (Chaves, 2005). Dina Krauskopf describió las representaciones sociales que asumen los costarricenses sobre la población joven de su país (Krauskopf, 1999). Cada análisis produce sus propias categorías, pero coinciden en una cosa: que la juventud es un concepto polisémico, de múltiples significados, que puede incluso evocar términos opuestos. El artículo que escribió Touraine sobre las contradicciones de la sociedad chilena al referirse a la juventud en los noventa es un buen ejemplo: *la juventud como promesa y como amenaza al mismo tiempo* (Touraine, 1996).

En la etapa anterior de este mismo proceso de investigación se intentó trabajar en este nivel de análisis. Se hizo una serie de grupos focales en que participaron jóvenes de distintas organizaciones para conversar sobre lo que actualmente significa ser joven en cada país. En esta segunda etapa de investigación se quiso aprovechar la ocasión de la encuesta para explorar las significaciones sobre la juventud y darle continuidad a ese análisis. Teniendo en cuenta que se trata de una muestra que sería representativa de la población de cada país, y que explora otras dimensiones e incluye variables de distinto orden, se podría pasar de una mera descripción de los principales discursos sobre la juventud a un análisis de la forma en que se distribuyen entre la población. Así se podría describir las principales imágenes sobre la juventud y el perfil de sus portadores en un mismo ejercicio.

La pregunta era cómo. La alternativa fue dejar una pregunta abierta que invitara al encuestado a decir la primera palabra que se le viniera a la mente al momento de referirse a la juventud. Por lo general no se recomienda incluir este tipo de preguntas en una encuesta, sobre todo con muestras grandes —el análisis se complica—, pero era mejor recoger la diversidad de significaciones y desde ahí construir categorías que obligar a los entrevistados a ceñirse a unas pocas respuestas precodificadas. El resultado fue una lista con cerca de mil palabras y frases que apuntaban en múltiples direcciones. La tarea sería encontrar una forma de agrupar los diferentes conceptos sobre juventud que aparecían al correr la frecuencia. No era fácil con tanta palabra. Exigía una lectura detallada de las palabras. El primer paso fue unir las por comunidad semántica. Con ese criterio se agruparon los distintos conceptos que apuntaran a una misma idea o tuvieran un núcleo común de significado (drogas con violencia, por ejemplo, o baile con fiesta). El segundo paso fue buscar un nivel más amplio de agrupación que sintetizara el análisis. En este paso se fue buscando las conexiones de sentido entre estas diferentes agrupaciones de palabras para desde ahí tratar de relacionar grupos de conceptos afines y tejer los diferentes relatos sobre la juventud.

## 1. LOS RELATOS

Al distinguir los diferentes grupos de palabras que usaron los entrevistados para referirse a la juventud, lo primero que llama la atención es la variedad de expresiones y la diversidad de imágenes que despierta la juventud. Como dice un par de entrevistados, juventud es *muchas*

*cosas al mismo tiempo*. Hay conjuntos de palabras que muestran que se puede hablar de juventud sin que haya necesariamente un sujeto que la encarne: «la juventud» no siempre es «los jóvenes de ahora». Otros que muestran que los tiempos en que se habla pueden ser variables. Cuando es presente, se habla de los jóvenes de hoy, se describen las particularidades de su condición social, se nombra una serie de prácticas, de «formas de ser» y de comportamientos que serían propiamente juveniles, y en algunos casos se vierten juicios de valor sobre ellos. Pero también se puede hablar de la juventud en pasado, como recuerdo, o incluso sin referencia a un tiempo específico, con sustantivos abstractos —rebeldía, energía— que aparecen cuando se trata de definir la esencia de la juventud.

Buena parte de los términos que registró la encuesta hablan de la juventud como una etapa de la vida. Los más básicos la definen como una *etapa inevitable*, una *consecuencia de la vida*, un estado vital que puede ejemplificarse con referentes cercanos —*mi hijo, mis nietos, mi hermano o uno mismo*— o que se puede delimitar como un período que tiene principio y final, pero que los tiene difusos: para unos va *de los 15 a los 22*, para otros *de los 21 a los 45 años*. La particularidad de estos grupos de respuestas es que no le asignan ningún contenido específico a la juventud. Eso las diferencia de otros grupos de conceptos que también hablan de la juventud como una etapa de la vida, pero que le dan un contenido o tratan de definir su esencia. Sobre esto hay varios relatos. Un primer grupo de palabras habla de la juventud como una *etapa bonita, la más hermosa de todas, una palabra linda, divino tesoro* y otras abstracciones idealizantes. La mayoría de las personas que nombran estas palabras son adultos, y esa es una hebra que lleva a otro grupo de palabras que hablan de la juventud en pasado. En algunos casos en que se habla de la juventud en pasado, se hace solamente como experiencia, pero sin atribuirle ningún significado, como *una etapa que se fue y no volverá más*, sin nostalgias, como si eso supusiera que se sabe de qué se trata: *uno pasó por eso también*. Sin embargo, para la mayor parte de quienes hablan en pasado, la juventud trae *recuerdos bonitos*. Esa es una tendencia generalizada. Solamente un caso en Paraguay dijo que la juventud le *recuerda su pecado* y otro en Bolivia que asocia juventud con *sufrimiento*, pero son respuestas excepcionales, probablemente asociadas a experiencias personales dolorosas, pero que no impiden esta *añoranza* que despierta la juventud entre muchos adultos.

¿Cuáles pueden ser las fuentes de esa añoranza? La respuesta parece llevar a una mezcla de aspectos anímicos, estados físicos y una

serie de experiencias afectivas que se vinculan a la etapa de juventud. Adultos y jóvenes recurren a sustantivos como *alegría*, *felicidad*, *frescura*, *pureza* y otros del mismo tipo que tienen gran presencia entre la población. Sin ir más lejos, entre las cerca de mil palabras, *alegría* es, por lejos, la que presenta la frecuencia más alta. Lo que no queda claro es la fuente de estas imágenes: no se sabe si vienen del recuerdo de la propia etapa de juventud en el caso de los adultos, o de la percepción que jóvenes o adultos puedan armarse sobre la juventud actual, sobre su «forma de ser», su «espíritu». Como sea, en ambos casos la imagen que queda es la de una juventud como etapa idílica.

Un segundo grupo de palabras que puede ayudar a entender cómo se forma esta añoranza son las características y posibilidades que se atribuyen al «cuerpo joven». La *salud*, el *vigor*, la *belleza*, la *virilidad*, son ejemplos que describen un «cuerpo joven» que implícitamente representa el opuesto del «cuerpo viejo». La referencia a *deportes* y *juegos*, son las posibilidades de ese cuerpo. De ahí se entiende que decir «juventud» para algunos equivalga a decir *vejez* o *ancianidad*, porque les recuerda lo que fueron y ya no son, o lo que podían hacer y ya no pueden, al menos no en las mismas condiciones.

En tercer lugar, hay un conjunto de referencias que definen a la juventud desde una serie de vivencias positivas que se mueven en el plano de la afectividad y la sociabilidad. La juventud, se dice, es la edad del *amor*, del *compañerismo*, de *tomar mate en la plaza*, de *salir con los amigos*. Estas referencias pueden condensar el recuerdo de lo que el adulto vivió en su juventud, representar lo que el joven vive actualmente o ser parte de las esencias que se atribuyen a la juventud como etapa de la vida, pero todas son palabras con una evidente carga afectiva, dichas casi con cariño.

Las últimas dos frases conectan con otro grupo de palabras que también pueden alimentar esta añoranza y que llevan la definición de la juventud a introducirse en lo que serían las particularidades de la condición juvenil. Aquí se juntan dos aspectos. El primero se refiere a las particularidades de la etapa de juventud como condición social. Juventud se asocia con *libertad*, *tiempo libre*, *menos obligaciones*, *soltería*, *dependencia económica*, todas características que hacen de la juventud una condición única, diferente a la infancia y la adultez. Por este mismo grupo de términos se llega a otro conjunto de palabras que también describen las particularidades de la condición juvenil, pero que lo hacen en referencia a las prácticas que posibilitan la disposición de menores cuotas de responsabilidad y más tiempo libre. Para este grupo



la juventud es *fiesta, joda de la vida, diversión, entretenición*, todas palabras que reflejan las versiones socialmente más extendidas sobre los usos que los jóvenes le dan a su tiempo libre.

En oposición a estas imágenes se encuentra otro conjunto de palabras que asocian a los jóvenes con *trabajo y sacrificio*, una juventud que se encarna en individuos jóvenes que están *sembrando papa en el campo*, que se dedican a criar niños y que incluso se les reconoce como los que mueven al país. Aquí la imagen difiere completamente de la juventud como etapa de *placer* y de los jóvenes como *bacilones*. Los jóvenes son *trabajadores, madres*; es decir, tienen rasgos de sujetos adultos. Y eso no solamente en términos de los roles que desempeñan. También en términos subjetivos. De hecho algunos encuestados reconocen a los jóvenes como *persona madura, con criterio formado*, todos términos que a su vez se oponen a otro grupo de palabras que define a los jóvenes como seres todavía *incompletos, inmaduros*, que todavía les falta.

Hay otro conjunto de palabras que también habla de la juventud como una etapa de la vida, pero que ponen el acento en lo que significa para el ciclo vital de los sujetos individuales. Aquí hay dos grupos de palabras que se diferencian por el plano o la dimensión a la que hacen referencia. Una habla del significado «existencial» de la juventud; la otra, del significado «social». En la primera, la juventud se define como el *despertar a la vida, el empezar a vivir*. Esa sería la esencia de la juventud: la etapa en que empieza la verdadera vida. Por eso se puede también decir desde su opuesto, como símbolo de lo mucho que queda por recorrer. Este recorrido hace de la juventud un período de *aprendizaje, de crecimiento, de conocimiento diario de la vida*, que no niega los aprendizajes de etapas previas de la vida ni el tópico de que «nunca se deja de aprender», pero que sí muestra que en la juventud empieza un aprendizaje distinto al de la infancia: es el proceso de conformación de personas autónomas. La juventud, se dice, es el *cimiento de la vida, la base de todo*. De cómo sea ese aprendizaje pareciera depender el tipo de persona que será, un relato que se plasma gráficamente en la metáfora del *árbol*: el ser en crecimiento que hay que guiar para que dé frutos.

La otra cara de este inicio que representa la etapa de juventud le da un sentido más «pragmático» y la define como la etapa para *buscar un lugar en la sociedad*. La clave de la etapa de juventud es que en ella se jugaría el futuro, las posibilidades de *éxito* en la vida. En ese caso, más que un aprendizaje en términos existenciales, la juventud representa un *período de preparación*, el tiempo para *estudiar y entrenarse*, la etapa para

*plantearse objetivos y trazarse metas.* De esa forma la juventud queda en una doble temporalidad: *es preparación en tiempo presente, pero de cara al futuro.*

Hay otro relato que también asocia a la juventud con el futuro, pero que tiene un sentido más colectivo que individual. Aquí converge un conjunto de palabras que se concentran en el papel de la juventud como sujeto social y como sujeto histórico. La juventud, dicen, encarna la *esperanza del país*, el *porvenir del mañana*. Su papel es mesiánico. Los jóvenes son el *potencial*, los que harán un *país mejor*. Son el *futuro* y los agentes del *cambio*. ¿Por qué? Porque la juventud simboliza la *rebeldía*, el *sueño*, la *acción* y la *lucha*. Porque la juventud es *innovación*, *creatividad*, *ideas nuevas*. Y porque las actuales generaciones encarnan lo más *avanzado*, la *tecnología*, la *modernidad*.

Al otro lado de estas imágenes positivas sobre la juventud se encuentra un conjunto de palabras que condensan los discursos negativos. Aquí se recurre a un glosario de términos que tienen en común el hecho de representar juicios sobre la actual generación de jóvenes o sobre los jóvenes de hoy. Se habla de actitudes o disposiciones «psicológicas» que caracterizarían a los jóvenes. Los jóvenes —dice este grupo— *actúan sin pensar*, son *impulsivos*, *individualistas*, *insolentes*, que son palabras que representan la postura opuesta de quienes piensan que los jóvenes son *tiernos*, *amables*, *cordiales*, *respetuosos*.

Otro grupo dice que los jóvenes son *flojos*, *desordenados*, y quienes los vinculan con *alcoholismo*, *drogadicción*, *sexo* y *violencia*, los «Cuatro Jinetes del Apocalipsis». Probablemente son estas las imágenes que inspiran otro conjunto de juicios teñidos de moralidad que asocian juventud con *libertinaje*, *vicio*, *decadencia*, y que califican a la actual generación joven de *degenerada*, *depravada* o *corrompida*. Quizá por eso para algunos la juventud estaría *desorientada*, *perdida*, *desviada*, *distorsionada*, y quizá por eso también a otros hablar de juventud les lleva a decir *Dios*. Por último, están quienes ponen el acento en la relación entre jóvenes y orden social, y que simplemente califican a los jóvenes de maldadosos, fieras, delincuentes, que son las imágenes que explican por qué para otro sector de la población los jóvenes son un *desastre*, encarnaciones de la *maldad*, como dicen algunos, agentes del *caos* y la *destrucción*, fuente del *miedo* y la *inseguridad*.

Pero hay otro grupo que reacciona de manera diferente. Tal vez su palabra se nutre con las mismas imágenes, pero en vez de condenar a los jóvenes por sus actitudes o sentirse atemorizados por ellos, se les despierta un sentimiento de *preocupación*, *ansiedad* o *angustia*, pro-

bablemente por lo que dice otro grupo que al hablar de juventud se reconoce ante un tema *complicado, difícil*, pero que al mismo tiempo es *importante, esencial*. A esto se agrega lo que dice otro grupo que también habla en negativo, pero no por la juventud en sí ni por un juicio sobre el comportamiento de los jóvenes de hoy, sino por una serie de fenómenos sociales que terminan afectando a los jóvenes. Aquí aparecen referencias a la *falta de comunicación* en la familia, la *desatención*, la ausencia de *amor entre los suyos*. Algunos adultos reconocen su distancia respecto a los jóvenes, el *desconocimiento* que tienen, y asumen una necesidad de *acercarse a los jóvenes*. Esa puede ser una de las explicaciones del *desamparo*, el *vacío* y la *soledad* que se atribuye a la juventud. Un segundo grupo de palabras hace referencia al *prejuicio* y la *discriminación* de que serían objeto los jóvenes. Y un tercero, más importante en número, se refiere al conjunto de problemas vinculados a la población joven de los sectores excluidos: *la desigualdad, la falta de estudio, el desempleo*. Probablemente por estas situaciones es que otro grupo de encuestados dice *sin proyectos, sin esperanzas, sin futuro* cuando piensa en los jóvenes, y por lo mismo otro grupo hace un llamado de atención diciendo que la juventud y sus problemas son o debieran ser una *prioridad*. Si la juventud es el futuro, entonces dénese las condiciones para que despliegue esa energía y esa potencia latente. De lo contrario será difícil que jóvenes no la sigan *mal utilizando*, como dicen algunos, y que la juventud no termine siendo un *tesoro descuidado* o *el potencial del que nadie se da cuenta*.

## 2. DISCURSOS SOBRE JUVENTUD: QUIÉNES DICEN QUÉ

El ejercicio anterior muestra los principales relatos que se forman al leer las palabras que dijeron los encuestados. Su lectura muestra que entre esta variedad de términos posibles se van tejiendo relatos que en algunos casos se pueden llegar a conectar y complementar, pero que en otros se descubren como la cara opuesta de otros relatos que hablan sobre un mismo tema. La pregunta que queda flotando es cuáles de estos relatos son los que están más presentes entre la población de los diferentes países y si hay grupos específicos que sean sus portadores principales. El paso aquí fue agrupar las palabras que componen cada uno de estos relatos para armar unidades de análisis más amplias y comprensivas. Estas nuevas unidades debían tener consistencia discursiva y estadística al mismo tiempo. Eso lo hacía doblemente complejo. Era necesario equilibrar la formación de relatos que fueran

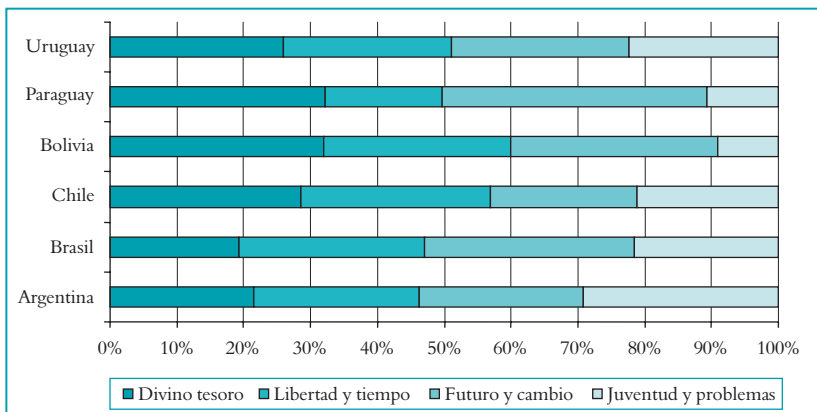
consistentes en términos de sentido, que evitaran la pérdida de casos, pero que no abusaran de la arbitrariedad implícita en este tipo de procedimientos forzando relaciones donde no las hay.

Con estos criterios se llegó a cuatro agrupaciones que se diferencian por el tipo de discurso o de relato que expresan sobre la juventud. El primero agrupa a todas las palabras que hablan de la juventud como una «etapa linda de la vida». Aquí se incluyen las referencias a la alegría y el buen vivir que simboliza la etapa de juventud, y también a los sentimientos de añoranza que la hacen un *divino tesoro*. Un segundo relato agrupa al conjunto de palabras que describen las particularidades de la condición juvenil, que incluye las referencias a la juventud como conjunto de vivencias de sociabilidad —salir con amigos, compartir—, las referencias a las prácticas de tiempo libre, los mayores grados de libertad y las menores cargas de responsabilidad que supone esta condición social. El tercero agrupa el conjunto de palabras que hacen referencia a la juventud como símbolo del futuro de los países y agentes del cambio. Y el cuarto, junta la extensa serie de términos que contienen juicios negativos sobre los jóvenes —desorientados, violentos, drogas— con las palabras que expresan un sentimiento de inquietud y preocupación por los jóvenes y su futuro, que en este caso se presenta como *juventud problema*, que más bien corresponde a lo que simbolizan los problemas que enfrenta la juventud.

En el gráfico 1 se puede ver cómo se distribuyen los relatos en cada país. Al comparar los porcentajes de población que componen uno y otro grupo, lo primero que se observa es que no hay un relato que domine claramente por sobre los otros y que sea común a los seis países. En Argentina, el mayor porcentaje se lo llevan las palabras que hablan de la juventud como referente de problemáticas sociales; en Brasil, Paraguay y Uruguay, las que se refieren a la juventud como promesa de futuro y cambio; en Bolivia y Chile, de la juventud como etapa linda de la vida. Lo segundo es que tampoco parece haber un solo relato que sea claramente dominante al interior de cada país. Por el contrario, los porcentajes de cada forma de definir la juventud son más o menos parejos en los seis países, salvo en dos: Bolivia y Paraguay. La particularidad de estos dos países es lo poco que se identifican sus poblaciones con un discurso en particular: el de la juventud como encarnación de problemas sociales. En Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, este discurso aparece con porcentajes que se mueven entre el 20 y el 30 por ciento, que está cerca de los porcentajes que alcanzan los demás relatos. Pero en Bolivia y Paraguay, las palabras que de alguna u

otra manera asocian juventud con conflictos o problemáticas sociales representan alrededor del 10% de la población, claramente más bajo que el de los demás países en la misma categoría. La impresión que queda es que en estos dos países los discursos apocalípticos sobre la juventud están relativamente ausentes. La pregunta es si hay algo que pueda ayudar a entender por qué. Una pista puede estar en lo que ocurre en Paraguay con una categoría en particular: *la juventud como encarnación del futuro y actores del cambio*. Este es el relato más extendido entre el conjunto de la población paraguaya, y al igual que en el caso de Bolivia, probablemente se explica por el papel que ha jugado la población joven en los procesos sociales y políticos que están en curso en estos dos países.

GRÁFICO 1: DISTRIBUCIÓN DE LOS RELATOS SOBRE JUVENTUD POR PAÍS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Estas tendencias se producen al comparar la forma en que se distribuyen los relatos sobre la juventud entre la población de los seis países. La pregunta es si esa distribución varía entre los diferentes grupos de población. Para eso se revisó la relación entre estos discursos y un conjunto de características de los encuestados. Lo primero que revelan los resultados es que son pocas las variables que generan grupos que se puedan asumir como portadores principales de uno u otro discurso sobre la juventud. El sexo, por ejemplo, logra ser significativo en Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, y su efecto se explica por la mayor proporción de mujeres que se identifica con el discurso de la juventud

como *divino tesoro* y de hombres con el de la juventud como encarnación del futuro y agente del cambio social. Pero en Argentina y Bolivia, no es una característica que marque diferencias. La relación con el nivel de ingresos, por su parte, solamente es significativa en Argentina y Uruguay, y se explica por los relativamente altos porcentajes que alcanza el discurso de la juventud como promesa de cambio futuro entre los sectores de mayores ingresos, y por el mayor porcentaje de los sectores de menores ingresos que resalta los aspectos problemáticos de la juventud. Lo mismo ocurre con los niveles de escolaridad, que en estos dos países y en Chile son dos discursos que respectivamente aparecen con porcentajes más altos en los sectores de más y menos escolaridad. Sin embargo, en todos estos casos los niveles de diferencia respecto a los otros grupos son marginales y no permiten establecer relaciones consistentes ni en éstos ni en los demás países.

La única variable que alcanza una relación significativa en los seis países y que tiene un patrón de relación común es la edad. Lo que se observa es que en todos los casos el discurso de la juventud como *divino tesoro* tiende a concentrarse en la población de mayor edad, y principalmente mujeres, para quienes la juventud pareciera recordarles más que a los hombres un período lleno de evocaciones a estados anímicos agradables y a un estado corporal perdido. Eso mismo explica por qué entre los y las jóvenes de los seis países esta es una imagen todavía lejana. El otro relato que también asume en mayor medida la población de más edad es el de la *juventud como símbolo de problemas sociales*. La diferencia entre los porcentajes de los tramos de menor y mayor edad aquí también son importantes, sobre todo en Chile, Paraguay y Uruguay, en que esa diferencia se llega a duplicar. Todo pareciera indicar que es común a los seis países que la población de más edad se sienta más atemorizada por los comportamientos de los jóvenes y que se muestre más susceptible a las imágenes sobre una «juventud perdida», violenta y sin futuro, más cuando se trata de población adulta con menos años de escolaridad y que pertenece a sectores de menores ingresos.

TABLA 1: DISCURSOS SOBRE LA JUVENTUD POR PAÍS Y EDAD

País	Categoría	Eduades en tramos					
		18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 y más
Argentina	Divino tesoro	13.4	20.0	18.5	23.1	24.7	29.4
	Libertad y tiempo	39.9	30.2	27.2	18.5	20.1	13.9
	Futuro y cambio	21.7	20.9	25.4	27.8	28.8	22.7
	Juventud y problemas	25.1	28.9	28.9	30.6	26.5	34.0
Brasil	Divino tesoro	14.1	17.2	18.5	17.9	23.1	28.0
	Libertad y tiempo	37.2	31.4	25.9	22.4	27.1	22.9
	Futuro y cambio	29.5	29.2	32.8	37.3	29.6	26.3
	Juventud y problemas	19.2	22.2	22.9	22.4	20.1	22.9
Chile	Divino tesoro	22.8	28.0	28.3	27.8	33.0	33.8
	Libertad y tiempo	38.8	35.5	28.3	26.5	21.0	17.9
	Futuro y cambio	24.0	21.0	23.4	21.1	23.0	18.6
	Juventud y problemas	14.4	15.4	20.1	24.6	23.0	29.7
Bolivia	Divino tesoro	28.6	27.7	28.1	36.2	42.4	36.7
	Libertad y tiempo	33.9	32.2	29.1	21.0	21.8	24.1
	Futuro y cambio	28.6	32.7	34.5	31.9	27.6	27.1
	Juventud y problemas	8.8	7.4	8.3	10.9	8.2	12.0
Paraguay	Divino tesoro	30.5	31.3	36.0	32.7	29.3	29.6
	Libertad y tiempo	27.3	18.5	16.2	14.1	9.4	13.8
	Futuro y cambio	35.9	44.1	37.8	42.6	45.0	36.0
	Juventud y problemas	6.2	6.2	10.0	10.6	16.2	20.6
Uruguay	Divino tesoro	16.1	22.1	19.6	25.8	27.0	36.2
	Libertad y tiempo	45.3	34.3	27.5	25.2	16.1	14.4
	Futuro y cambio	23.3	25.6	25.1	27.8	37.0	23.3
	Juventud y problemas	15.2	18.0	27.8	21.2	19.9	26.0

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La otra tendencia que se repite en los seis países es que al comparar los porcentajes de los diferentes grupos de edad, son los más jóvenes quienes más elaboran su definición a partir de las prácticas de sociabilidad y las garantías de tiempo libre que supone la condición juvenil. La frecuencia con que las respectivas poblaciones jóvenes asocian su etapa con *salir, bailar, juntarse con amigos, divertirse* y tener *menos responsabilidades* hace de estos elementos aspectos fundamentales para entender cómo los jóvenes asumen su propia condición. Solamente en Paraguay deja de ser la más importante entre los jóvenes y es superada levemente por el discurso de la juventud como sujeto de cambio y futuro del país.

Lo que llama la atención de este último discurso sobre la juventud es que tanto en Paraguay como en la mayoría de los países restantes, su presencia aparece con más fuerza entre los adultos que entre los propios jóvenes. En Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay, los porcentajes más altos están entre los grupos con edades intermedias, hombres urbanos mayores de treinta y menores de sesenta años que tienen mayores niveles de escolaridad e ingresos. Esto pareciera indicar, entonces, que este discurso sobre la juventud se sostiene en buena medida porque parte de la población adulta le transfiere una responsabilidad colectiva a las generaciones jóvenes que no necesariamente es asumida con la misma fuerza entre los propios jóvenes. El único país que escapa a esta tendencia es Chile, en que los porcentajes comparativamente más altos en este discurso se dan entre la población joven. Pero esto no quiere decir que sea el país cuya población joven más se identifica con este discurso. Al contrario. Entre el conjunto de la población joven chilena que fue encuestada, el porcentaje que asume el discurso de la juventud como encarnación del futuro y agente del cambio está por debajo de los niveles que se aprecian en las generaciones jóvenes de Paraguay, Bolivia y Brasil. Además, y esto es importante, la diferencia respecto al porcentaje de la población adulta en la misma respuesta es tan leve que impide decir que los jóvenes chilenos asuman un rol histórico de manera autónoma. Al contrario. Una de las cosas que se observa al comparar la distribución de este discurso en particular —y de los demás también— es que por sobre las diferencias que efectivamente se observan entre los adultos y los jóvenes de cada país, pareciera haber una especie de «espíritu histórico» que marca el contexto discursivo sobre la juventud y que hace que las diferencias entre países sean incluso más relevantes que las diferencias internas entre jóvenes y adultos. Son, por lo tanto, las particularidades del contexto social e histórico de países como Paraguay y Bolivia lo que explica la transversalidad que alcanza esta apelación a la juventud como actor del futuro y el cambio social, y que a su vez permite entender la diferencia de magnitudes que aparece cuando se compara con los demás países.

### 3. LA JUVENTUD COMO IDENTIDAD

En el capítulo de *Historia del siglo xx* en que Eric Hobsbawm (1997) retrata los cambios culturales que caracterizan a la etapa postsegunda guerra mundial, uno de los procesos que ocupa un lugar central es la formación de una «cultura juvenil». Desde los nuevos estilos de vida



creados por grupos de jóvenes que aparecieron en los cincuenta y sesenta, con sus formas de ocupar el espacio urbano, sus estéticas y su discurso contracultural, hasta la idealización del cuerpo joven que introdujo la avalancha de mercancías dirigidas a jóvenes, la publicidad, el cine, la televisión, son ejemplos de los procesos que fueron haciendo de la «juvenilización» de la cultura uno de los procesos más potentes del período que analiza el historiador inglés (Hobsbawm, 1997). La juventud se fue cargando de significados, de componentes simbólicos que le cambiaron el significado mismo a la vivencia de la juventud. De ser una etapa de preparación para la vida adulta, pasó a representar una condición social y cultural con características propias, un estado que no se quería perder, una «finalidad en sí misma», como la llama Hobsbawm, al extremo de justificar un discurso que llegó a legitimar la propia muerte como evasión del mundo adulto.

En la medida que esta «cultura juvenil» fue progresivamente permeando las sociedades, fue inevitable que este tipo de ideario se empezara a expresar también en los procesos de construcción de la identidad de los sujetos. Las referencias a un «espíritu» o una «mentalidad» característica de la juventud, por ejemplo, hicieron cada vez más frecuente que personas se dijeran jóvenes a los cincuenta años, como de hecho ocurre. Por eso era interesante aprovechar la encuesta para preguntar sobre este punto. Lo que se pidió a los entrevistados fue que dijeran cómo se definen a sí mismos, si es como adolescentes, jóvenes, adultos o personas mayores. De los 14 mil de la muestra, solamente 68 casos dijeron una alternativa diferente a las cuatro ofrecidas. Por magnitud, parecen irrelevantes; pero por significación, aportan cosas importantes. Por un lado, muestran las ambigüedades o contradicciones que produce la «juvenilización de la cultura» en la identidad del adulto. Que haya personas de 50 o más años que se definen como «mayor con espíritu joven» refleja cómo la figura del «espíritu juvenil» se convierte en fantasma cuando choca con el envejecimiento físico. Por otro lado, muestran las tensiones que implica el tránsito a la adultez entre los jóvenes, una tensión que se produce en todos los momentos de la etapa de juventud: por abajo, en los y las jóvenes de 18 ó 19 años que se definen como «adolescente tirando a joven»; y por arriba, en quienes con 25 y más años se reconocen como seres «indefinidos», «preadulto» o «entre joven y adulto», igual que otros casos que tienen 30, 45 o incluso más edad.

TABLA 2: IDENTIFICACIONES POR EDAD Y PAÍS

País	Categoría	Eduades en tramos					
		18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 y más
Argentina	Adolescente	31.8	5.2	3.0	1.6	0.3	0.6
	Joven	51.5	52.4	38.3	16.3	13.8	7.4
	Adulto	15.6	40.9	57.0	75.8	70.4	44.6
	Persona mayor	1.1	1.5	1.7	6.3	15.5	47.3
Brasil	Adolescente	18.2	6.5	4.2	1.7	1.7	0.9
	Joven	54.2	39.2	24.2	21.1	14.3	12.7
	Adulto	27.1	52.9	68.8	66.6	44.9	13.9
	Persona mayor	0.5	1.4	2.8	10.6	39.0	72.5
Chile	Adolescente	17.7	2.3	0.8	0.0	0.5	0.0
	Joven	73.8	67.1	32.1	14.6	5.3	5.7
	Adulto	8.5	30.6	65.3	78.0	72.7	29.1
	Persona mayor	0.0	0.0	1.9	7.4	21.5	65.2
Bolivia	Adolescente	15.3	4.2	3.0	0.3	0.0	0.9
	Joven	69.4	53.8	32.1	14.2	14.4	3.1
	Adulto	13.7	38.5	55.3	64.2	50.5	23.3
	Persona mayor	1.6	3.4	9.6	21.4	35.1	72.7
Paraguay	Adolescente	24.8	7.2	3.2	2.5	2.2	1.2
	Joven	59.6	55.4	25.6	20.4	13.3	10.9
	Adulto	14.9	36.2	63.0	66.1	58.2	28.6
	Persona mayor	0.7	1.1	8.2	10.9	26.2	59.3
Uruguay	Adolescente	25.3	6.2	5.1	0.0	0.4	0.6
	Joven	60.9	58.4	38.9	15.5	13.6	5.9
	Adulto	13.5	34.9	55.1	81.1	76.9	46.3
	Persona mayor	0.3	0.5	0.9	3.4	9.1	47.1

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Al observar los datos de la tabla, hay dos puntos que se pueden destacar. El primero es que en todos los países hay una clara relación entre cómo las personas se definen a sí mismas y la edad que tienen. La mayoría de los adultos efectivamente se reconoce como un adulto o una persona mayor y la mayor parte de los jóvenes se define como adolescente o joven. Sin embargo, en todos los países también se observa que una fracción de la población joven se define a sí mismo como adulto o incluso como persona mayor. El país en que la tendencia es más débil es Chile, con poco más de 8 de cada 100 jóvenes menores de 25 años y poco más del 30 por ciento de los mayores de 25 que ya se asume como adulto; pero en Brasil, ya antes de los 25 años cerca de 27 de cada cien jóvenes se asume adulto y la proporción supera el

50% entre los jóvenes mayores de 25. Esta especie de desajuste entre la edad y la identidad también se produce entre personas etariamente adultas de los seis países, especialmente en Uruguay, Argentina y Chile, en que más del 30 y hasta cerca del 40 por ciento de los mayores de treinta años y menores de cuarenta todavía se define como personas jóvenes.

¿Qué puede ayudar a entender estas dos situaciones?, ¿a qué se puede deber que haya jóvenes que ya se asumen adultos y personas adultas que se dicen adolescentes o jóvenes? La encuesta ofrece la posibilidad de explorar el peso que pueden tener algunas características de los encuestados en la formación de estas identidades. Para eso se consideró una batería de variables y se hizo un procesamiento que describe cuáles son los grupos de sujetos que más tienden a identificarse como adultos o como jóvenes.<sup>1</sup> Para el análisis se formaron solamente dos categorías: adolescente/joven y adulto/persona mayor. El análisis parte viendo cuáles son las variables que tienen alguna relación con una y otra identidad para luego someterlas a un análisis de conjunto. En un primer caso se evalúa cuál es el perfil de los jóvenes que se definen como adultos. En el segundo, cuál es el perfil de los adultos que tienden a identificarse como jóvenes.

Los resultados del primer análisis confirman algunos supuestos básicos sobre el «proceso de adultización». En líneas generales lo que se puede decir es que para que un joven se vaya *sintiendo* adulto, es fundamental que se vaya *haciendo* adulto. Ambos procesos van de la mano. La pregunta es *qué hace adulto*. Teóricamente una de las ideas más extendidas es que la juventud termina cuando comienza la vida productiva. El argumento se sostiene en que mediante el trabajo el sujeto se convierte en agente productivo, pasa a ser parte del mundo laboral, de los procesos impositivos, de la seguridad social; es decir, entra al «mundo adulto». En la práctica, sin embargo, el análisis de los datos sugiere que no queda del todo clara su relación con un cambio a nivel de la identidad. Por el contrario, se puede trabajar sin dejar de asumirse joven, lo que probablemente se deba a que una buena porción de los jóvenes efectivamente trabaja.

---

1 Los análisis corresponden a dos regresiones logísticas. Sobre regresiones logísticas, ver Vivanco (1999) y Pérez (2004).

TABLA 3: JÓVENES QUE SE ASUMEN ADULTOS POR CONDICIÓN SOCIAL

País	Trabaja		Estudia		Vive en pareja		Independiente		Hijos	
	Sí	No	Sí	No	Sí	No	Sí	No	Con	Sin
Argentina	27.2	24.4	28.7	11.2	38.7	19.5	36.5	18.9	38.7	17.3
Brasil	38.4	37.5	39.0	29.2	49.7	30.1	50.9	27.8	49.9	28.9
Chile	21.0	14.0	20.5	3.1	33.3	10.1	32.5	9.1	29.4	8.3
Bolivia	26.8	21.0	29.1	7.4	44.0	12.2	40.6	11.3	41.6	11.3
Paraguay	26.0	20.7	26.6	7.5	37.4	15.3	37.1	13.9	35.9	15.2
Uruguay	23.6	21.1	25.5	5.2	37.0	15.5	34.1	13.6	37.5	13.4

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La situación es diferente con la condición de estudiante, que a pesar de ser minoritaria en los seis países, sí opera como un factor que pareciera mantener la identidad de joven. Lo mismo ocurre con quienes no estudian ni trabajan, y con quienes estudian y trabajan al mismo tiempo. En todos estos grupos la gran mayoría se define como joven y eso de alguna manera lleva a asumir que éstas son las condiciones de actividad más propiamente «juveniles». La de ama de casa, en cambio, no. Aquí ya se empieza a notar un cambio subjetivo importante. Para muchas mujeres la dedicación a las labores del hogar implica ir asumiendo una condición de adultez que se confirma en la medida que se avanza en edad.

De ahí se entiende, entonces, que la edad y el sexo sean dos de las variables que más contribuyen a predecir la autodefinición de los jóvenes. En el caso de la edad la relación es simple: los jóvenes se van sintiendo adultos en la medida que avanzan en edad. En el caso del sexo, el peso que adquiere esta variable se explica porque las mujeres tienden a asumir la adultez antes y con mayor frecuencia que los hombres, con un margen de diferencia que se mantiene aunque aumente la edad. La pregunta es qué ayuda a entender esta tendencia de las mujeres a asumirse adultas antes y en mayor medida que los hombres. *La respuesta lleva al plano de los cambios en las situaciones de vida personales que definen las cargas de responsabilidad.*

Con esto se hace referencia a tres cosas en particular: la independencia respecto al hogar de origen, la vida en pareja y la maternidad o paternidad. Todos son cambios en las situaciones de vida que acercan a una identidad adulta. No son condiciones absolutamente necesarias, pues siempre quedan grupos de jóvenes que son madres o padres que no por serlo se asumen como adultos, y jóvenes que todavía dependen

residencial y económicamente de sus padres que de todos modos se asumen como adultos, pero sin duda son pasos que modifican las significaciones sobre el sí mismo. La tendencia se da tanto entre hombres como entre mujeres. En ambos grupos las personas jóvenes con hijos, que viven de manera independiente y en pareja tienen más probabilidades de definirse como adultos que quienes aún no han sido padres, permanecen solteros y en el hogar de sus padres. Pero por alguna razón, quizá por pautas culturales que están fuera del alcance de esta encuesta, la tendencia es más fuerte entre las mujeres.

Si se miran los datos de la tabla 4 y se compara la definición de sí mismos que hacen madres y padres jóvenes, se observa que el cambio de identidad que produce el hecho de tener hijos es más fuerte entre las mujeres que entre los hombres, y que esa diferencia se mantiene aunque aumente la edad. La tendencia es transversal a todos los países, salvo Bolivia en el primer tramo de edad y Uruguay en el segundo.

**TABLA 4: JÓVENES CON HIJOS E HIJAS: IDENTIDADES POR EDAD Y SEXO**

País	Categoría	18 a 24 años		25 a 29 años	
		Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres
Argentina	Adulto	30.9	20.5	53.7	40.6
	Joven	69.1	79.5	46.3	59.4
Brasil	Adulto	42.4	29.4	61.8	54.2
	Joven	57.6	70.6	38.2	45.8
Chile	Adulto	22.5	17.9	37.8	32.1
	Joven	77.5	82.1	62.2	67.9
Bolivia	Adulto	33.0	34.2	48.3	47.9
	Joven	67.0	65.8	51.7	52.1
Paraguay	Adulto	35.4	17.1	41.5	34.4
	Joven	64.6	82.9	58.5	65.6
Uruguay	Adulto	30.9	27.8	38.7	47.7
	Joven	69.1	72.2	61.3	52.3

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Junto a estos cambios de condición, el análisis también intentó explorar si el posicionamiento en términos valóricos representa o no un factor que se pueda asociar a una «adultización» de la identidad entre los jóvenes. El análisis es exploratorio e incluye preguntas que tocan

tres temas específicos: la legitimación del consumo de marihuana, de la práctica del aborto, y la aceptación de las diversidades sexuales. La hipótesis es que los jóvenes que se dicen adultos probablemente están más alejados de posturas valóricas que reconocen espacios para el ejercicio de libertades individuales, bajo el supuesto de una relación entre «mentalidad adulta» y mayores grados de «conservadurismo». Los datos muestran que la postura frente a la legalización de la marihuana, del aborto y la aceptación de las diversidades sexuales no es un tema que pase necesariamente por el hecho que los jóvenes se definan como adultos o como jóvenes. En ambos grupos los niveles de aprobación y reprobación son bastante similares y, quizá más importante, en todos los casos siguen las tendencias mayoritarias de cada país.

**TABLA 5: POSICIONES FRENTE A HOMOSEXUALIDAD, LEGALIZACIÓN DEL ABORTO Y LA MARIHUANA ENTRE JÓVENES POR IDENTIDAD**

País	Categoría	Aborto		Homosexualidad		Marihuana	
		Adulto	Joven	Adulto	Joven	Adulto	Joven
Argentina	Reprueba	65.4	58.9	35.5	34.0	79.7	75.2
	Aprueba	34.6	41.1	64.5	66.0	20.3	24.8
Brasil	Reprueba	75.6	76.6	18.8	19.7	78.7	77.4
	Aprueba	24.4	23.4	81.2	80.3	21.3	22.6
Chile	Reprueba	71.3	60.3	48.4	41.5	72.6	60.2
	Aprueba	28.7	39.7	51.6	58.5	27.4	39.8
Bolivia	Reprueba	84.8	83.7	53.8	54.9	93.4	92.8
	Aprueba	15.2	16.3	46.2	45.1	6.6	7.2
Paraguay	Reprueba	84.2	85.5	46.2	44.8	93.6	93.4
	Aprueba	15.8	14.5	53.8	55.2	6.4	6.6
Uruguay	Reprueba	40.9	40.8	14.3	15.2	65.1	49.6
	Aprueba	59.1	59.2	85.7	84.8	34.9	50.4

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Los únicos países en que el hecho de sentirse adulto se traduce en algún grado de diferenciación valórica son Chile y Uruguay. En el primer caso, la postura de los jóvenes que se asumen adultos tiende a ser relativamente menos favorable frente al aborto y la legalización de la marihuana que quienes se asumen jóvenes. En el caso de Uruguay, solamente hay diferencias importantes en el porcentaje de uno y otro grupo que aprueba la legalización de la marihuana. En las demás cuestiones, la opinión no pasa porque una persona joven se pueda sentir

adulto o joven. Eso es lo que se observa en Paraguay, Argentina, Brasil y Bolivia, y es también lo que sugiere que, al menos entre los jóvenes, se puede poner en duda el tópico que naturaliza una relación entre juventud y posturas más liberales, y entre adultez y posturas conservadoras.

Ahora bien, si por un lado este ejercicio sugiere que las situaciones que inciden en que un joven se diga adulto tienen que ver más con características personales que ideológicas, habría que ver si la misma tendencia se observa cuando se hace el ejercicio contrario y se busca el perfil de los adultos que se dicen jóvenes. Para este ejercicio se consideró el mismo conjunto de variables que en el paso anterior. En este caso lo que mostraron los datos fue que la característica que más pesa para que parte de la población adulta se diga joven es la edad. En todos los países buena parte de los adultos que todavía se dicen jóvenes son hombres y mujeres que están entre los 30 y los 40 años. Esa década de vida pareciera marcar para muchos el período de transición, al menos en el plano subjetivo. Más allá de esa edad, la probabilidad de decirse joven se va alejando y se diluye hasta volverla una situación minoritaria, que posiblemente responda más a un discurso reivindicativo que a otra cosa. Y lo que también es importante, si bien es cierto hay una leve diferencia entre la proporción de hombres y mujeres que se dice joven, sobre todo en la misma decena de los 30 a los 40, la diferencia no es lo suficientemente marcada como para sostener que el sexo constituye un factor que genera diferencias en este plano de la identidad de la población adulta, y eso introduce una diferencia con respecto a lo que ocurriría entre la población joven.

Un segundo aspecto es que no todas las cargas de responsabilidad ayudan a entender la forma como se definen la población adulta. Para esta población ser económica y residencialmente independientes y vivir en pareja son situaciones comunes y por lo mismo no marcan una diferencia importante en el modo en que se definen a sí mismos. La única situación que sí aumenta la probabilidad que un adulto todavía se asuma joven es el hecho de tener uno o más hijos, aunque en este caso la relación está condicionada por la edad o, más específicamente, por el hecho que la mayor parte de los adultos que aún no tienen hijos se concentran entre los 30 y los 40 años.

Las demás características van variando dependiendo del país. En Argentina y Paraguay, por ejemplo, la participación en agrupaciones culturales de distinto tipo aparece como una cualidad que al menos en estos dos países pareciera alimentar una identidad juvenil que está

más allá de la edad y que probablemente venga de ese «espíritu» joven que se asocia a la energía, el pensamiento utópico y la participación. Más o menos en la misma línea se puede interpretar el hecho que, a excepción de Paraguay, en el resto de los países la aceptación de libertades individuales también representa una característica que ayuda a entender que un adulto se pueda decir joven, una tendencia que es particularmente notoria cuando se compara la afinidad con la identidad joven que presentan los adultos mayores que respaldan la legalización de la marihuana.

Es necesario asumir que todos estos enunciados son producto de un cuestionario que apenas explora este tipo de temáticas, por lo general bastante complejas, pero aun así resulta interesante que al unir estas dos tendencias y compararlas con lo que ocurría con la población joven se puede llegar a plantear la siguiente hipótesis: si por un lado la postura respecto a la defensa de libertades todavía conflictivas como el libre uso de marihuana o las prácticas abortivas no representan necesariamente un elemento que ayude a entender por qué un joven se puede llegar a decir adulto, sí parecieran ser importantes para entender por qué una parte de los adultos se identifica como joven, una juventud que pareciera ser más cercana a una mentalidad que a una condición física y que habitualmente se exprese como una cercanía ideológica o «espiritual» con las generaciones jóvenes y como un distanciamiento o incluso un rechazo a su propia generación, o al devenir de lo que fue su «espíritu».

Hay un último elemento que pareciera estar recubriéndose de significaciones especiales que le han terminado dando importancia al momento de explorar las formas en que parte de la población adulta construye su identidad: el uso de internet. A excepción de Bolivia, en que la diferencia no llega a ser demasiado importante, en el resto de los países los adultos que usan internet y que lo hacen con múltiples finalidades son personas que comparativamente tienden a definirse como jóvenes con mayor frecuencia que quienes permanecen ajenos al mundo digital. Esa asociación que se vio anteriormente entre el concepto de juventud y palabras como modernidad, tecnología e internet parecieran estar llevando a los adultos que participan de este mundo a sentir una conexión con la juventud y que tiene un efecto especialmente importante entre la población mayor de sesenta años que navega habitualmente por la red informática en casi todos los países, con la excepción de Bolivia.



Todo esto lo que sugiere es que la construcción de identidades tanto entre jóvenes como entre adultos es un proceso bastante más complejo que la sola referencia a una determinada edad. La edad es importante, eso quedó bastante claro, pero esta dimensión del sujeto que aquí se asume como parte de su identidad pareciera estar atravesada por múltiples elementos. Por lo mismo, lo hasta aquí expuesto está lejos de pretende agotar el análisis, pero sí puede ser tomado como referencia para entrar a un campo abierto que se podría seguir explorando desde múltiples entradas.

#### 4. LA JUVENTUD: DEBERES SER

Entre la numerosa lista de palabras que se usaron para hablar de juventud, hay varias que expresaban una especie de *deber ser* que implícitamente se atribuye a la etapa de juventud. Conceptos como «plantearse metas» y «edad para surgir», términos como «edad para trabajar» y «criar niños», sustantivos más abstractos como «acción» y «lucha», o incluso juicios de valor como «desorientada» y «perdida», son algunos ejemplos que expresan diferentes formas de entender este *deber ser* que se impone a la juventud y que dicta los criterios para una «juventud normal».

Este ha sido uno de los puntos que han tratado de explorar las distintas encuestas nacionales sobre juventud en Chile (cf. INJUV, 2006). Uno de sus resultados más destacables muestra cómo en el transcurso de poco más de una década se han venido diluyendo los relatos «idealistas» de una juventud que se asigna la misión colectiva de «luchar por grandes ideales», y cómo al mismo tiempo se ha venido consolidando una concepción más planificadora, proyectiva y en buena medida también individualista que la asume básicamente como un período de preparación para el futuro, para tomar decisiones sobre qué hacer con la propia vida.<sup>2</sup>

La interpretación que se ha dado a este giro en la forma de asumir el período de juventud es que se puede entender como una muestra más del efecto cultural que han tenido los procesos sociales del Chile

---

2 Ante la consulta sobre la característica más relevante que define la etapa de juventud, la opción «vivir grandes ideales» ha pasado de representar el 20% en 1994, al 6% en el 2003, mientras que la idea de una etapa de juventud para «decidir qué hacer en la vida» ha crecido desde un 37% en 1994, al 46% el 2003 (INJUV, 2006).

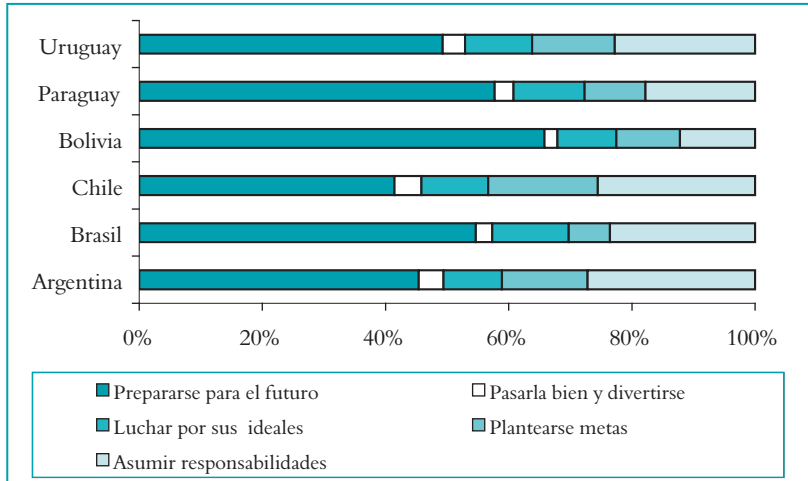
de los noventa, marcados simultáneamente por la dilución de los movimientos sociales, el desencanto de una transición política pactada y la hegemonía de las concepciones individualistas que impuso la aplicación de los principios del mercado a las esferas de la vida social. Eso en el caso de las sucesivas generaciones jóvenes chilenas.

La pregunta es si ocurre lo mismo en los otros cinco países y si las tendencias se mantienen cuando el análisis incluye también a la población adulta, que es la posibilidad que abre esta encuesta. La pregunta en este caso aborda cinco formas de entender este *deber ser* de la juventud. La primera expresa justamente esta lógica de la planificación a un mediano plazo que asume la juventud como una etapa de preparación para el futuro. La segunda se parece a la primera, pero enfatiza más lo que se podría definir como una juventud con arreglo a fines más concretos que se expresa en la idea de un período para «plantearse metas». La tercera representa el discurso de la juventud como sujeto histórico y agente de cambio social, y se resume en la idea de una juventud que asume «luchar por sus ideales» como el eje de su existencia. La cuarta representa el discurso de quienes piensan a la juventud como una etapa de relajo y disfrute del tiempo libre, que se resume en la idea de «pasarla bien y divertirse»; y por último está la frase que asume a la juventud como un período en que se deben «asumir responsabilidades».<sup>3</sup>

---

3 Lo complicado de esta frase es la interpretación de su sentido. En sí misma tiene dos interpretaciones posibles. Una que podría interpretarse como «asumir la responsabilidad de prepararse para el futuro», o en su opuesto, «no perder el tiempo ni desviar el camino», en una suerte de *carpe diem*. La otra se puede interpretar como el deber de hacerse responsable de sí mismo, de asumir la independencia, el sustento económico, o incluso formar familia. La primera apunta a una especie de «moratoria responsable», que podría traducirse como «cumplir con los estudios»; la segunda apunta al deber de asumir la adultez, de «hacerse adulto», «sentar cabeza», y que sea luego. De las dos pareciera que esta última es la que más se ajusta al sentido que adquiere el término *responsabilidad*, principalmente por el perfil de quienes más repiten esta frase. Más adelante se verá de quiénes se trata.

GRÁFICO 2: DEBER SER DE LA JUVENTUD POR PAÍS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Al correr las frecuencias, lo primero que llama la atención es que la estructura de distribución de las distintas categorías es muy similar entre los países. Las variaciones son más de porcentaje que de forma. La representación dominante sobre el *deber ser* de la juventud la define como un período de preparación para el futuro. Esa es la frase más frecuente en los seis países, sobre todo en Bolivia, Paraguay y Brasil. Por eso no es extraño que —como se verá más adelante— en todos se diga que la educación es lo que más necesitan los jóvenes para desarrollarse. También se repite en los seis países que el segundo *deber ser* en importancia sea que la juventud es un período para asumir responsabilidades. Los porcentajes varían de un país a otro, pero en todos es la segunda respuesta más frecuente. Las diferencias se producen al llegar a la tercera alternativa en importancia: en cuatro de los seis países ese lugar lo ocupa el «plantearse metas», y es marcadamente fuerte en el caso de Chile. Aquí la lógica de proyectar la vida con arreglo a fines pareciera haberse impuesto más que en otros países, mientras que Brasil y Paraguay son los dos únicos países en que la idea de una juventud que se la juega por sus ideales supera a la noción de una juventud que se plantea metas.<sup>4</sup> Pasada esa diferencia, las tendencias vuelven a

4 La tendencia en Paraguay podría explicarse por el ambiente social que despertó la elección de Fernando Lugo y el fin a décadas de gobierno

encontrarse. La población de todos los países coincide en que el deber ser menos relevante corresponde al de una juventud dedicada a la diversión y el buen pasar. Esta es de todas la menos frecuente en los seis países, lo que muestra que la figura del joven que goza del ocio y se divierte es la que más se aleja del discurso normativo sobre la juventud.

Diferencias entre jóvenes y adultos se producen en todas las categorías de respuesta, y si se observa la tabla 6, se puede apreciar que hay un patrón de diferencias que se repite. Si hubiera que resumirlo habría que decir que los adultos de los seis países privilegian más que los jóvenes la preparación para el futuro y el asumir responsabilidades, mientras que hay más jóvenes que adultos que asumen la juventud como un período para plantearse metas, luchar por ideales y divertirse, aunque esta última por lo general es poco significativa en ambas poblaciones.<sup>5</sup> La única excepción a este patrón de tendencias se produce en Argentina, aunque solamente porque se invierten levemente las distribuciones en dos grupos específicos: el de quienes piensan que la juventud debiera luchar por sus ideales y el de quienes piensan que debiera asumir responsabilidades.

Un punto relevante es que más allá de este patrón de diferencias entre jóvenes y adultos, la estructura de distribución de ambas poblaciones en el conjunto de categorías es similar. Si hay una relación entre el grupo etario y las concepciones sobre el deber ser de la juventud se debe más a variaciones de porcentaje en las diferentes categorías de respuesta que a diferencias en su estructura o jerarquía. En efecto, tanto entre adultos como entre jóvenes la tendencia claramente dominante es privilegiar la preparación para el futuro, y eso a pesar que las diferencias en esta categoría son las más pronunciadas —bordean el 10% en todos los países, salvo en Paraguay, en que se reduce al 3%—. Ese solo dato sugiere que la idea de una juventud que se preocupa de su futuro en el presente, que invierte tiempo y energías en la construcción de su trayectoria individual, constituye ya una «norma cultural» que impregna la subjetividad de la mayor parte de los jóvenes y adul-

---

unipartidista, y quizá más importante, por el papel que ha jugado la población joven en el proceso.

- 5 Eso no quiere decir que en la práctica los jóvenes no se diviertan, sino más bien que representa una práctica accesorio, lateral, que no forma parte de los deberes ser que se asigna a la etapa de juventud, más allá de vivencias, experimentaciones e incluso aprendizajes que pudiera reportar en la práctica.

tos de los seis países. No hay ningún país en que haya otro discurso que le haga el peso, ni siquiera entre los jóvenes.

TABLA 6: DEBERES SER POR PAÍS Y CLASE DE EDAD

País	Categoría	Joven	Adulto	Total
Argentina	Prepararse para el futuro	39.3	48.1	45.4
	Pasarla bien y divertirse	6.9	2.7	4.0
	Luchar por sus ideales	8.9	9.8	9.5
	Plantearse metas	17.2	12.6	14.0
	Asumir responsabilidades	27.6	26.9	27.1
Brasil	Prepararse para el futuro	48.4	57.5	54.6
	Pasarla bien y divertirse	3.6	2.3	2.7
	Luchar por sus ideales	16.2	10.7	12.4
	Plantearse metas	9.9	5.2	6.7
	Asumir responsabilidades	22.0	24.3	23.6
Chile	Prepararse para el futuro	33.5	44.6	41.5
	Pasarla bien y divertirse	6.7	3.5	4.4
	Luchar por sus ideales	14.5	9.4	10.8
	Plantearse metas	24.5	15.2	17.8
	Asumir responsabilidades	20.7	27.4	25.6
Bolivia	Prepararse para el futuro	59.9	69.6	65.9
	Pasarla bien y divertirse	2.9	1.6	2.1
	Luchar por sus ideales	13.9	6.8	9.6
	Plantearse metas	12.1	9.1	10.3
	Asumir responsabilidades	11.2	12.9	12.2
Paraguay	Prepararse para el futuro	55.2	59.1	57.7
	Pasarla bien y divertirse	4.0	2.6	3.1
	Luchar por sus ideales	11.8	11.3	11.5
	Plantearse metas	14.5	7.3	9.9
	Asumir responsabilidades	14.5	19.7	17.8
Uruguay	Prepararse para el futuro	41.9	51.7	49.2
	Pasarla bien y divertirse	7.4	2.4	3.7
	Luchar por sus ideales	12.7	10.3	10.9
	Plantearse metas	19.5	11.3	13.4
	Asumir responsabilidades	18.5	24.3	22.8

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La situación es similar en las demás categorías, aunque con variaciones mínimas. En Argentina, Brasil y Paraguay el orden de las prioridades en jóvenes y adultos tiene la misma forma y no presentan mayores diferencias. En los demás países las variaciones son mínimas. En Chile y Uruguay, la segunda alternativa en importancia para los adultos es asumir responsabilidades, mientras que para los jóvenes es plantearse metas. Por su parte, Bolivia es el único de los seis países en que el segundo deber que se asignan los jóvenes es luchar por sus ideales y no asumir responsabilidades o plantearse metas, y eso los diferencia de los adultos bolivianos.

La pregunta que permanece abierta es si esta coincidencia general se repite entre los jóvenes o si hay algún factor que introduzca diferencias relevantes que sugieran algo. Hay que partir asumiendo que en casos como éste es difícil que se generen relaciones realmente importantes teniendo en cuenta que una sola categoría de respuesta —prepararse para el futuro— absorbe cerca de la mitad de los casos. Y de hecho así ocurre. En general las relaciones estadísticamente importantes son pocas y se producen en casos puntuales, aunque de todos modos es posible encontrar algunas tendencias que se repiten y que no conviene pasar por alto. La primera es que más allá de que en ninguno de los seis países el sexo constituye un factor que produce diferencias importantes, hay dos categorías de respuesta en que se repite una diferencia entre hombres y mujeres: en la noción de una juventud como tiempo para divertirse, que a excepción de Paraguay suele ser más frecuente entre los varones; y en la de asumir responsabilidades, que en todos los países es más frecuente entre las mujeres.

La segunda tendencia es que si bien es cierto ni el nivel socioeconómico ni la escolaridad llegan a ser factores que generen diferencias estadísticamente importantes, en ambos casos aparecen algunas tendencias que sí conviene tener en cuenta para entender los elementos que se ponen en juego en la construcción de estos deberes que se atribuyen a la juventud. La primera es que entre los jóvenes que pertenecen a familias de menores ingresos es más frecuente que para las otras «juventudes» asumir que la juventud es un período para asumir responsabilidades, pero también para divertirse. La segunda es que entre los jóvenes que pertenecen a familias de mayores ingresos hay más casos que entre los jóvenes de otros segmentos que piensan que la juventud es un período para plantearse metas.

Algo parecido ocurre con la escolaridad. Entre los jóvenes que no completaron la primaria en sus respectivos países, es más frecuente

que en los más escolarizados pensar que el deber de la juventud es asumir responsabilidades y divertirse, mientras que entre los jóvenes con más años de estudios, sobre todo quienes alcanzan estudios superiores, es más frecuente pensar que lo que se debe hacer en la juventud es plantearse metas. La persistencia de estas variaciones entre jóvenes de diferente extracción social y «capital escolar» se puede tomar como evidencia que *las diferencias subjetivas con raíces estructurales traspasan las fronteras nacionales*. La primera expresa las tensiones subjetivas que produce la desventaja económica y escolar. Jóvenes que pertenecen a los grupos que corren con desventaja en ambas dimensiones parecen más dispuestos a ajustar sus expectativas y asumir que en su juventud tienen que hacerse responsables, que en estos casos, más que estudiar, significa trabajar, hacerse independientes y formar familia.

Eso responde a la pregunta que había quedado abierta hace un momento e ilustra por qué el discurso de «asumir responsabilidades» apunta al hecho de «hacerse adulto». No es casual, en este sentido, que en los seis países se observe que las mujeres de mayor edad, que viven en pareja, tienen hijos y son amas de casa constituyan el grupo que más se ajusta a la idea que la juventud es para asumir responsabilidades. Paralelamente, que entre los jóvenes de menores recursos económicos y escolares de cada país también se observe una mayor identificación con el discurso de la juventud como período para divertirse, mayor todavía entre hombres de menor edad, solteros, sin hijos y que no estudian ni trabajan, de alguna manera sugiere que la precariedad de recursos económicos y educativos lo primero que hace es alimentar una especie de «vaciamiento de sentido» que quizá puede repetirse como práctica entre los jóvenes de más recursos, pero que queda contenida y no necesariamente alcanza a convertirse en convicción y en forma de pensar la juventud. Si no hay futuro, si no hay mayores perspectivas, entonces hay que divertirse. No porque sea la mejor opción ni lo que se hubiese querido. Es porque no queda otra.

Es probable que con el transcurso de los años de juventud y la acumulación de experiencias, decepciones, y sobre todo, cargas de responsabilidad, se vaya produciendo un cambio de postura, que las ganas de diversión se vayan diluyendo y crezca la convicción que en la juventud se juega el futuro personal. Por ahí se puede entender que entre la juventud de menos recursos, el aumento de la edad y de las cargas de responsabilidad acerquen a la frase de una juventud como preparación para el futuro y alejen de la apología a la diversión, que talvez en el caso de los jóvenes de más edad o más cargas familia-

res pueda obedecer a un proceso, a una postura que se va asumiendo como lección aprendida, como lo que se debió haber hecho y no se hizo, pero todos debieran hacer.

Por el otro lado, el hecho que sea común a los seis países que sus jóvenes más escolarizados y con mayores recursos económicos presenten más afinidad que el resto con el discurso que acerca el deber de la juventud a la planificación, a la idea de «hacer un proyecto de vida» pareciera mostrar que para quienes cuentan con mayores recursos y cursan o cursaron estudios técnicos o universitarios hay un margen más amplio para ponerse «objetivos en la vida». Para planificar hay que tener ciertas certezas y los estudios representan un buen piso. De hecho, quienes más asocian la juventud con la responsabilidad de construir un proyecto de vida son estudiantes. Lo mismo ocurre con los recursos económicos, sobre todo si vienen de los padres. Así al menos se deduce cuando se observa que quienes viven con sus padres o en pareja en los seis países parecieran distanciarse de la idea de proponerse metas en mayor medida que quienes dependen de sus padres. En eso inciden también la edad y las cargas de responsabilidad. De hecho, la edad y las cargas de responsabilidades van haciendo retroceder la posibilidad de plantearse metas, sobre todo si ya se tienen hijos y se trabaja o se es ama de casa.

Todo pareciera indicar entonces que la forma en que los jóvenes asumen su propia juventud por lo general permanece ceñida a la lógica dominante de sus respectivas sociedades, que pareciera haberse convertido en un sentido común transversal para buena parte de la población de los seis países: *la lógica de la planificación de la vida*. Lo complejo es que para los jóvenes que trabajan —que son cerca de la mitad en cada país—, para los que ya tienen hijos —que son alrededor de un tercio—, o para las cerca de diez de cada cien mujeres jóvenes que son dueñas de casa, esta definición no necesariamente puede llegar a tener un correlato en la práctica, y eso sugiere que los deberes ser que se atribuyen a la juventud muchas veces responden a una construcción puramente discursiva que puede llegar a generar tensiones en los sujetos y en el conjunto de las sociedades.

## 5. IMÁGENES SOBRE LA JUVENTUD ACTUAL

Uno de los puntos que sugirió el análisis del conjunto de palabras que nombró la población al hablar de juventud es que eso no necesariamente implica hablar de un sujeto ni de un tiempo específico. Se



puede hablar de la juventud sin referirse necesariamente a los «jóvenes actuales». Juventud puede ser recuerdo de lo que uno mismo fue o de lo que era ser joven en otro tiempo; puede ser anticipo de lo que vendrá y puede, por cierto, referirse a los jóvenes actuales. Cuando el caso es este último, los significados se vuelven ambivalentes. Aparecen palabras positivas y negativas, visiones apologéticas y apocalípticas que expresan el choque de imágenes que produce la juventud.

¿Qué pasa cuando se intenta precisar el modo en que se construye socialmente al sujeto joven y se lo compara con la construcción sobre el sujeto adulto?, ¿qué tendencias se observan cuando se contrasta en una misma pregunta la imagen sobre jóvenes y adultos?, ¿son las mismas?, ¿en qué difieren?

Para explorar en esta línea se consideró una serie de atributos que habitualmente se utilizan para hablar positiva y negativamente de los jóvenes. Todos estos atributos están contenidos en el listado de palabras que nombraron los encuestados al momento de referirse libremente a la juventud. El listado incluye once términos que preguntan si los jóvenes son más, menos o igual de responsables, peligrosos, violentos, solidarios, consumistas, idealistas, honestos, individualistas, participativos, ecológicos, trabajadores y creativos que los adultos, como una forma de aproximarse a un juicio comparativo general entre estas poblaciones y, al mismo tiempo, conocer los términos en que se marcan las posibles diferencias.

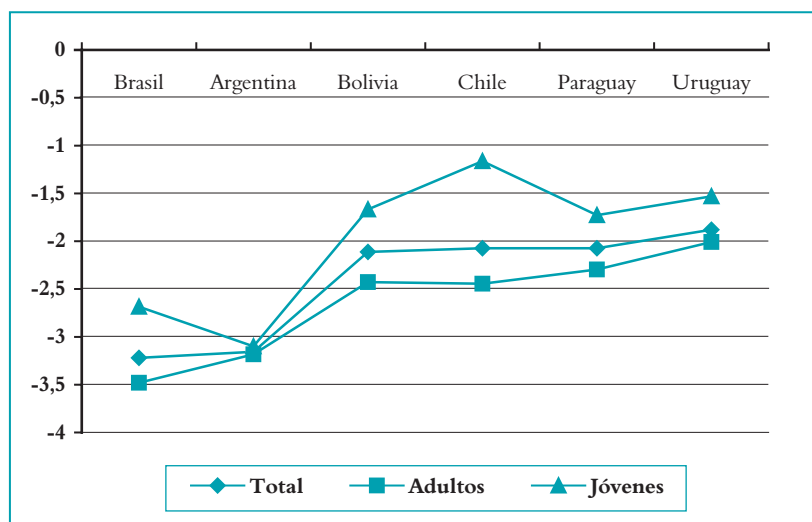
Como una forma de presentar resumida la información que se trabajó en este momento del análisis, el primer paso fue comprimir la serie de juicios comparativos en una sola unidad de medida que resume las opiniones en el conjunto de los atributos.<sup>6</sup> La medida expresa la comparación promedio de cada encuestado al considerar su opinión en este conjunto de palabras. Partiendo de esa base, lo primero que se puede decir es que la imagen promedio sobre los jóvenes tiende a ser más negativa que la imagen sobre los adultos. Esa es una tendencia generalizada. Tal como se observa en el gráfico 3, en ninguno de los seis países los valores promedios llegan a ser positivos. El más cercano a 0 —la igualdad entre jóvenes y adultos— se produce en Uruguay, aunque sigue siendo negativo. En el otro extremo están Brasil y Argen-

---

6 La medida es un índice que expresa la suma de los valores de las categorías de respuesta de cada atributo sobre los jóvenes recodificados en -1 para atributos negativos, 1 para los atributos positivos, y 0 para la igualdad entre jóvenes y adultos.

tina, que es donde se observan los valores más bajos, al punto que en términos comparativos llegan a formar un grupo que se separa de los otros cuatro países y que hace estadísticamente significativa la relación entre la opinión comparada sobre los jóvenes y la variable país.

GRÁFICO 3: OPINIÓN PROMEDIO SOBRE LOS JÓVENES,  
TOTAL, ADULTOS Y JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En principio se podría esperar que los juicios negativos se concentraran en la población adulta, y que al compararse con los adultos la evaluación de los jóvenes sobre sí mismos fuera más positiva. Y efectivamente así ocurre. En cinco de los seis países la edad efectivamente mantiene una correlación significativa con la opinión, sobre todo en Chile, en que la diferencia entre jóvenes y adultos se hace más notoria. La excepción es Argentina. Este es el único país en que la edad no hace variar las opiniones. De hecho, prácticamente no hay diferencias de opinión entre jóvenes y adultos. No porque la opinión sea favorable. Al contrario. La opinión negativa sobre los jóvenes es transversal, domina entre jóvenes y adultos sin distinción y con la misma intensidad. Sin embargo, y esto es lo más importante, cuando la población joven de estos seis países lee esta serie de atributos y se compara con los adultos, su opinión favorece a los adultos. No hay ningún país en que la opinión promedio

de los jóvenes sobre sí mismos sea positiva. Si bien en cinco de ellos la opinión general de los jóvenes se logra diferenciar de la que tienen los adultos, no es por que sea «buena», sino «menos mala». Por lo mismo, pareciera que lo que ocurre en Argentina no es más que la máxima expresión de una tenencia que se observa en los seis países.

La explicación a esta mirada negativa que domina tanto entre jóvenes como adultos escapa a las posibilidades de esta encuesta en particular. Es muy probable que las imágenes que circulan en la mayoría de los noticieros y de la prensa sean una fuente que alimenta la tendencia. La hipótesis la confirman varios estudios que han analizado la imagen sobre los jóvenes que presentan los *mass media*. Lo difícil es desmontar discursos que ya parecen generalizados. De hecho, aparte de la edad, no parece haber otra variable que guarde una relación suficientemente consistente con la opinión comparativa promedio. El comportamiento de otras variables que pudieran marcar una variación en las tendencias centrales es oscilante e impiden hablar de un patrón extendido. En algunos países la relación llega a ser significativa y en otros no. La condición socioeconómica, por ejemplo, solamente genera diferencias de opinión relativamente importantes en tres de los seis países —Argentina, Chile y Uruguay—, aunque siempre moviéndose entre las «malas» y «menos malas». Algo parecido ocurre con el género, que llega a ser significativa en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, pero no en Bolivia y Chile. La particularidad de esta última variable es que en todos los países son las mujeres las que en general evalúan menos mal a los jóvenes, cosa que no ocurre con otras variables en que los grupos que marcan la diferencia no siempre coinciden. Es lo que sucede con el nivel socioeconómico, por ejemplo, que no tiene un patrón de comportamiento claro, con países en que la opinión «menos mala» se da en el tercil de más altos ingresos y en otros en que se da en el de menores ingresos; o con las diferencias de opinión entre poblaciones urbanas y rurales, que en algunos países es menos mala en el sector rural —Argentina, Bolivia— y en otros en el urbano —Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay—.

Si hubiese que hacer un perfil de la comparación entre los jóvenes y los adultos de cada país a partir de las opiniones más frecuentes en cada atributo incluido en la lista, se podría decir que en Argentina la opinión promedio de la población es que los jóvenes son más irresponsables, consumistas, violentos y menos trabajadores que los adultos, pero más creativos e idealistas, igual que en Brasil. En Bolivia el perfil de la percepción general es muy similar, también se define a los

jóvenes como más irresponsables, consumistas, violentos, peligrosos y flojos que los adultos, pero más creativos, idealistas y participativos, lo mismo que en Paraguay, Uruguay y Chile, con la única diferencia que en este último caso a los atributos positivos se agrega el de ser más *ecológicos*. Esto muestra que los atributos en que los jóvenes salen comparativamente peor y mejor evaluados que los adultos son muy similares en los seis países. Por cierto que en cada atributo hay diferencias de grado, países en que las opiniones negativas son más frecuentes que en otros, pero tal como se vio con el promedio de la opinión agregada, las variaciones no impiden el dominio de las opiniones desfavorables.

TABLA 7: ÍNDICE AGREGADO DE ATRIBUTOS POR PAÍS

Categoría	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Responsables	-0.73	-0.68	-0.66	-0.53	-0.57	-0.57
Peligrosos	-0.49	-0.52	-0.46	-0.36	-0.44	-0.39
Violentos	-0.60	-0.58	-0.58	-0.48	-0.52	-0.51
Solidarios	-0.18	-0.37	-0.07	-0.18	-0.10	-0.06
Consumistas	-0.68	-0.69	-0.47	-0.50	-0.55	-0.65
Idealistas	0.11	0.06	0.37	0.17	0.14	0.14
Honestos	-0.20	-0.39	-0.25	-0.34	-0.25	-0.09
Individualistas	-0.40	-0.37	-0.39	-0.29	-0.38	-0.34
Participativos	-0.07	-0.09	0.23	0.18	0.19	0.17
Ecológicos	-0.09	-0.09	0.05	-0.24	-0.10	-0.02
Creativos	0.19	0.30	0.31	0.29	0.45	0.40
Trabajadores	-0.60	-0.53	-0.55	-0.25	-0.42	-0.47

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Lo mismo ocurre con las diferencias que se asocian al hecho de ser joven o adulto. La cantidad de atributos en que las opiniones de estos dos grupos se distancian es variable. Hay un grupo de países en que las diferencias entre jóvenes y adultos aparecen en casi todo el listado —Chile, Brasil, Uruguay—, mientras que en otros —Argentina, Bolivia, Paraguay— las tendencias en la mayor parte de los atributos tienden a ser más parejas y sin variaciones importantes. El dato relevante es que a pesar de estas diferencias, el valor del signo coincide, y en todos los países la opinión promedio tanto de los jóvenes como de los adultos es que los jóvenes son más violentos, peligrosos y menos trabajadores que los adultos.

Lo otro importante es que las opiniones de adultos y jóvenes también coinciden en los atributos positivos. Hay solamente dos atributos que se les reconoce a los jóvenes en todos los países: idealistas y creativos, sobre todo este último. Pero quizá lo más interesante es que las opiniones que los jóvenes son más creativos e idealistas que los adultos son las dos únicas en que coinciden adultos y jóvenes de todos los países. Incluso en los casos en que ser joven o adulto opera como un factor que genera diferencias de opinión significativas en estos dos atributos —Brasil, Chile, Uruguay— de todos modos se trata de diferencias de magnitud dentro de opiniones positivas que responden a su mayor frecuencia entre la población joven. A estos dos hay que agregar el de «participativos», que en líneas generales también se atribuye más a los jóvenes que a los adultos, salvo en dos casos: Argentina y Brasil, que son justamente los dos países en que los jóvenes salen comparativamente peor evaluados.

Todo esto corresponde al total de la muestra de cada país. Queda por ver lo que ocurre cuando se considera solamente a los jóvenes. ¿Hay diferencias entre ellos?, ¿a qué se asocian?, ¿es igual en todos los países? Para responder a estas interrogantes, lo primero es volver sobre las opiniones agregadas —el «índice de opinión agregada»— y explorar buscando posibles relaciones con otras variables. El análisis se hizo por país e incluyó un conjunto de variables de caracterización de distinto orden. Lo primero que llama la atención es que no parece haber factores de diferenciación lo suficientemente claros entre los jóvenes de los distintos países. A diferencia de lo que ocurría al considerar a toda la población, la edad entre los jóvenes no representa un factor que haga variar las tendencias de opinión. Tampoco son relevantes el género y la escolaridad, aunque al menos en este último caso se puede observar que en cuatro de los seis países —Argentina, Brasil, Chile, y Uruguay— la opinión tiende a ser más favorable entre los jóvenes que cursan o cursaron estudios de nivel superior. El nivel socioeconómico resulta relevante solamente en Argentina y Brasil, y en ambos la opinión favorable tiende a concentrarse en la población joven con mayores ingresos. Pero ni la situación geográfica de residencia, ni el hecho de participar de organizaciones sociales, ni la adhesión religiosa, ni la identidad étnica, ni el hecho de trabajar representan variables de diferenciación relevante entre los jóvenes.

Las únicas condiciones juveniles que permiten un análisis relativamente consistente para el conjunto de los países son los aspectos relacionados con las cargas de responsabilidad, fundamentalmente el

hecho de ser padres o madres y vivir en pareja —que incluye casados y convivientes—. Lo que se observa es que solteras y solteros sin hijos tienden a conformar el grupo que tiene la opinión más favorable sobre los jóvenes en el conjunto de los atributos, o más precisamente, la opinión «menos mala». El comportamiento de esta variable pareciera sugerir que en la medida que se van asumiendo responsabilidades o se van ejerciendo roles de adulto, se va produciendo también un cambio en la «mentalidad» que aleja de la opinión media del mundo juvenil y acerca a la del mundo adulto.

Si se observa el detalle de los atributos resulta que las opiniones promedio de las juventudes varían, aunque en la mayoría de los casos el efecto del país obedece a un tema de intensidad de la relación, no de sentido. La mayoría de las variaciones de opinión entre las juventudes de los países se explican por el valor neto de la opinión promedio, no por la valencia del signo. *La imagen que los jóvenes son más violentos, peligrosos, irresponsables, deshonestos, individualistas y consumistas que los adultos es común a las juventudes de los seis países.* En lo que varían es en la fuerza de la tendencia, que en estos atributos son particularmente negativas entre los jóvenes de Argentina y Brasil. Lo mismo ocurre en el caso de los atributos positivos. La población joven de los seis países se asume más creativa e idealista que los adultos, aunque aquí también se producen diferencias en la intensidad de la tendencia. Los únicos tres atributos en que no coinciden plenamente los valores del signo es en participativos, ecológicos y solidarios. En el primero, porque a diferencia de la opinión general que tienen los jóvenes de Bolivia, Paraguay, Uruguay y, sobre todo, de Chile, los de Argentina y Brasil son los únicos que se asumen menos participativos que los adultos. En los otros dos atributos la diferencia la marcan los jóvenes chilenos. Éstos son los únicos que se reconocen más ecológicos y solidarios que los adultos, dos atributos que sumados al de idealistas y participativos explican por qué los jóvenes chilenos no se evalúan tan mal como los jóvenes de los otros países cuando se comparan con los adultos. Lo interesante en este caso es que el carácter de estos atributos inevitablemente hace pensar en las imágenes que dejaron las movilizaciones estudiantiles de Mayo de 2006. Marchas masivas de jóvenes secundarios de todo el país reclamando primero por mejoras a la calidad de la educación pública y luego por un cambio a las bases del sistema escolar introdujeron un elemento que hasta entonces estaba ausente y que sin duda marcó los discursos sobre los jóvenes chilenos. Por lo mismo, lo que ocurre en Chile sugiere que la construcción de juicios

e imágenes sobre los jóvenes está marcada por el contexto histórico, o más específicamente, por la posición que ocupen los «actores juveniles» en el curso de los procesos sociohistóricos de un país.

## 6. SENTIMIENTOS DE DISCRIMINACIÓN

Uno de los principios que se ha vuelto esencial para la construcción de la democracia moderna es la no discriminación. La presencia de actitudes o formas de pensar que operan como fuente de distinciones que implican un trato de inferioridad a ciertos grupos de personas o que restringen sus derechos solamente por su pertenencia a categorías o grupos sociales específicos, es uno de los grandes desafíos para la integración de las sociedades latinoamericanas. Pensando en ese desafío, en este apartado se exploran los niveles de discriminación en estos seis países. La particularidad en este caso es que se trata de los niveles de *discriminación sentida* por la población, no de actitudes o disposiciones discriminatorias ni de hechos de discriminación concreta. La medida específica es la proporción de población que se ha sentido discriminada por alguna de las diez razones que aborda el cuestionario, que son las razones de sexo, edad, pobreza, apariencia, lugar de residencia, pertenencia étnica, color de piel, lengua, orientación sexual y situación de extranjero o inmigrante.

Lo primero que muestra el análisis de las frecuencias es que de todas las fuentes de discriminación, la pobreza es la más recurrente. Esto se observa en todos los países, y aunque las intensidades son variables, la tendencia permite anotar al menos dos puntos: por un lado indica que las diferencias estructurales son y probablemente sigan siendo las fuentes de discriminación más fuertes de nuestras sociedades, y al mismo tiempo muestra que junto a su componente material, la pobreza tiene un efecto subjetivo que puede ser tanto o más difícil de revertir.

Un segundo punto que parece importante es que el caso de las discriminaciones por orientación sexual o por ser extranjero, si bien representan a fracciones relativamente pequeñas de la población, las dos son fuentes de discriminación que tienen un matiz y es que afectan a grupos específicos: homosexuales e inmigrantes, respectivamente. Por eso lo más conveniente para ver su grado de significación sería ver las respectivas magnitudes en esos grupos. En el caso de las discriminaciones por orientación sexual lamentablemente no hubo cómo hacer ese análisis. Sí en el caso de la discriminación por ser extranjero. Los datos consideran solamente a la población que señala haber migrado a

otro país en los últimos cinco años. Eso incluye tanto a personas que eran inmigrantes al momento de la encuesta como a personas que en el mismo período migraron y retornaron a sus países de origen. Por eso hay que tomarla como una aproximación inicial y exploratoria, pero que de todos modos muestra un punto importante: que aunque los emigrantes e inmigrantes representan a una fracción cuantitativamente menor, en ambos casos parece representar una fuente de discriminación bastante común.

TABLA 8: FUENTES DE DISCRIMINACIÓN POR PAÍS

Categoría	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Ser pobre	13.0	19.3	25.1	34.2	19.0	12.0
Lugar residencia	9.7	14.5	18.0	23.8	10.2	8.4
Apariencia	11.4	9.2	15.3	20.4	8.9	9.9
Color de piel	6.1	9.4	5.5	24.3	3.8	3.7
Pueblo originario	2.7	6.3	2.8	19.5	4.8	1.7
Idioma o acento	4.4	9.1	4.2	21.9	7.9	4.4
Edad	10.8	13.4	20.9	20.5	7.8	12.6
Sexo	6.3	7.8	12.5	20.2	7.4	8.1
Orientación sexual	0.6	1.5	1.5	4.3	0.5	1.1
Ser extranjero	51.9	39.6	29.5	28.1	61.2	24.1

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

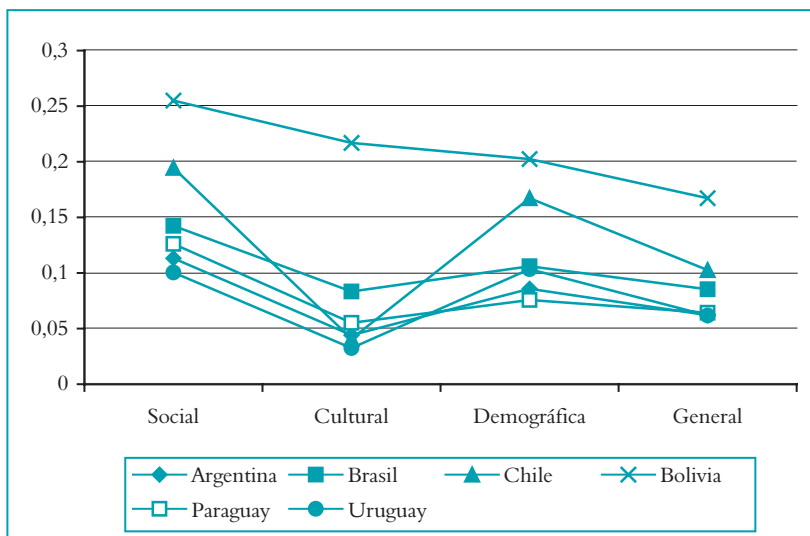
El tercer punto importante es que el análisis conjunto de las diferentes fuentes de discriminación permite distinguir grupos de razones diferenciadas. Esas agrupaciones se forman en la medida que hay grupos de población que se han sentido discriminados por razones que se conectan. El primer tipo de fuentes de discriminación son las sociales. Aquí confluyen la pobreza, el lugar en que se vive y la apariencia. El segundo tipo agrupa las razones culturales, que incluyen sentimientos de discriminación por la pertenencia a pueblos originarios, por el color de piel y por la lengua. Una tercera fuente de discriminación es el perfil demográfico de las personas, definidos por la edad y el sexo. Por último quedan dos fuentes de discriminación más: la orientación sexual y el hecho de ser extranjero. Cada una de estas dos fuentes de discriminación arma un tipo aparte y ambas son las menos frecuentes, porque responde a identidades de sexo particulares.

Esta forma de agruparse que adoptan las razones para sentirse discriminado se repite en todos los países y eso abre la posibilidad de generar variables agregadas. Lo que se hizo fue construir tres subíndices



temáticos y uno general. Cada subíndice corresponde respectivamente a las razones de orden social, las culturales y las demográficas. El índice de discriminación general las junta y les agrega las discriminaciones por motivos de orientación sexual y por ser extranjero. Teniendo estas unidades de medida se pudo explorar los grupos a los que más afecta uno y otro tipo de discriminación en los diferentes países y observar también el nivel de discriminación general que se percibe en cada caso. Las tendencias aparecen resumidas en el gráfico 4.

GRÁFICO 4: TIPO DE DISCRIMINACIÓN POR PAÍS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Lo primero que resalta al observar las curvas es que todas tienen su punto más alto en las razones de carácter social. Ya sea por ser pobre, por el lugar donde se vive o por la sola apariencia, la condición de clase concentra las principales causas de discriminación en los seis países. La diferencia es de magnitudes. Comparativamente se distinguen cuatro grupos de países que se diferencian por el promedio de población que se ha sentido discriminado por razones de este tipo: uno lo forman Uruguay y Argentina, los dos países con los niveles más bajos; el segundo, Paraguay y Brasil, con niveles intermedios; el tercero es Chile, que se aleja por arriba de los anteriores y se acerca al grupo de los más altos que corresponde solamente a Bolivia. Este es el país en que más se nota que las principales trabas culturales para la

integración en nuestras sociedades vienen de las diferencias sociales. La particularidad de Bolivia es que es el único país en que la segunda fuente de discriminación más frecuente no son las razones demográficas vinculadas al sexo y la edad, como ocurre en los otros cinco países, sino las razones culturales ligadas a la pertenencia étnica. Eso le da la forma característica a la curva de este país. Lo otro que la diferencia es la posición en el plano. Bolivia registra los valores más altos en todas las fuentes de discriminación que distingue el análisis. Chile se acerca bastante en las discriminaciones por razones sociales y demográficas, pero se aleja en las culturales, y en el global o general, queda más cerca de Brasil que de Bolivia.

Más allá de estas diferencias, el punto quizá más relevante es que en todos los países las diferentes fuentes de discriminación están relacionadas entre ellas. Eso significa que además de representar a una fracción reducida de la población, parte importante de las personas que se han sentido discriminadas por su condición social también lo han estado por su pertenencia étnica y, en menor medida, también por razones de edad y sexo. Es decir, las diferentes formas de discriminación en nuestras sociedades parecieran verse sobre más o menos los mismos grupos o sectores de la población. La pregunta es cuál es el perfil de estos grupos, si hay fuentes de discriminación que se concentren más en unos que en otros y si son los mismos en los seis países.

El primer acercamiento a una respuesta es simplemente intuitivo. La naturaleza de las diferentes fuentes de discriminación anticipa cuáles pueden ser las características de los grupos en que se concentra cada tipo de sentimientos. Los datos de alguna manera lo confirman. Si se analiza cómo se distribuyen las discriminaciones por razones de sexo, por ejemplo, se observa que ésta es una razón claramente femenina. Etariamente la composición de este grupo es más o menos pareja: no necesariamente son las mujeres más jóvenes su principal componente, y solamente en Argentina, Brasil y Uruguay la edad opera como un factor que produce diferencias. Pero quizá lo más interesante se produce al ver el perfil educacional de las mujeres que se han sentido discriminadas: en los tres países en que la escolaridad produce diferencias, que también corresponden a Argentina, Brasil y Uruguay, *la discriminación tiende a concentrarse entre las mujeres de más escolaridad*, una tendencia que se observa en todos los segmentos de ingresos. Si a esto se suma que los porcentajes más altos se dan entre los 25 y los 40 años, la hipótesis que emerge es que el sentimiento de ser objeto de discriminaciones por razones de sexo entre las mujeres puede estar li-

gado más que nada con los límites que afectan la integración laboral de las mujeres profesionales, a lo que probablemente también se pueda agregar la discriminación por desigualdades salariales entre hombres y mujeres con una misma función y una serie de otros elementos que condicionan la vida de la mujer profesional que trabaja.

La fuente de discriminación en que parece fallar la intuición es en las razones vinculadas a la edad. La hipótesis inicial diría que por la falta de espacios, por la presencia de una serie de estereotipos, por el juicio a las estéticas juveniles y por otros elementos más, lo esperable sería que fueran los jóvenes quienes más se hubieran sentido discriminados por el hecho de tener la edad que tienen. Pero al parecer no es tan así. Si por un lado la relación entre esta forma de discriminación y la edad se produce en casi todos los países, sobre todo en Chile, Bolivia, Paraguay y Brasil, lo que arrojan los datos es que este sentimiento es más frecuente entre las personas de más edad que entre los jóvenes. Las razones pueden ser muchas, buena parte seguramente está fuera del alcance de esta encuesta, pero de acuerdo a los datos que disponemos, todo parece apuntar al «sentirse fuera» que experimentan las generaciones de más edad, o al menos una parte de ellas. Es ilustrativo, por ejemplo, que la escolaridad sea un factor que en estos segmentos de la población se relaciona bastante estrechamente con los sentimientos de discriminación por razones de edad, y que sean principalmente fuertes entre quienes completaron solamente el primer ciclo de enseñanza. Lo mismo ocurre con las personas mayores que usan internet, que en todos los países parecieran sentirse menos discriminados por su edad que sus pares de generación que permanece ajeno a las nuevas tecnologías para comunicarse e informarse. La importancia de estas tendencias es que de alguna manera pueden tomarse como un anticipo de los sentimientos que se podrían llegar a despertar entre la población joven que ha visto truncada su trayectoria escolar y que permanece desconectada de internet, dos situaciones que probablemente pueden llegar a ser incluso más agudas si se considera el peso que tienen la educación y la información como mecanismos de integración para las actuales generaciones jóvenes.

En el caso de las discriminaciones ligadas a la condición social los datos vuelven a confirmar lo que en principio se podría intuir. En todos los países son los sectores con menos recursos económicos y escolares los más vulnerables frente a este tipo de sentimientos, y eso sin que incida necesariamente el hecho de vivir en un sector rural o en uno urbano. También se puede anticipar el perfil de los grupos más

vulnerables a las fuentes de origen cultural. En este caso, las personas que más se han sentido discriminadas son quienes dicen pertenecer a algún pueblo originario y los que se identifican como afrodescendientes. Éstos son los grupos más vulnerables en todos los países, aunque las tendencias parecieran ajustarse a la composición étnica de las distintas sociedades: en Argentina, Chile, Paraguay y, sobre todo en Bolivia, los grupos que más se han sentido vulnerados por razones culturales son los pueblos originarios; en Brasil y Uruguay, en cambio, son los afrodescendientes, sobre todo por el color de piel. Lo complejo es que en todos los países se observa una alta correlación entre estas dos formas de discriminación, y en todos los países los descendientes de pueblos originarios y afrodescendientes tienden a concentrarse en los sectores con menores recursos y menos escolaridad. Eso hace a estos grupos doblemente discriminados: por razones sociales derivadas de la pobreza —condición compartida con la población pobre y desescolarizada que no necesariamente comparte su identidad étnica—, y por razones culturales, que sí se concentran en descendientes de pueblos originarios y afrodescendientes.

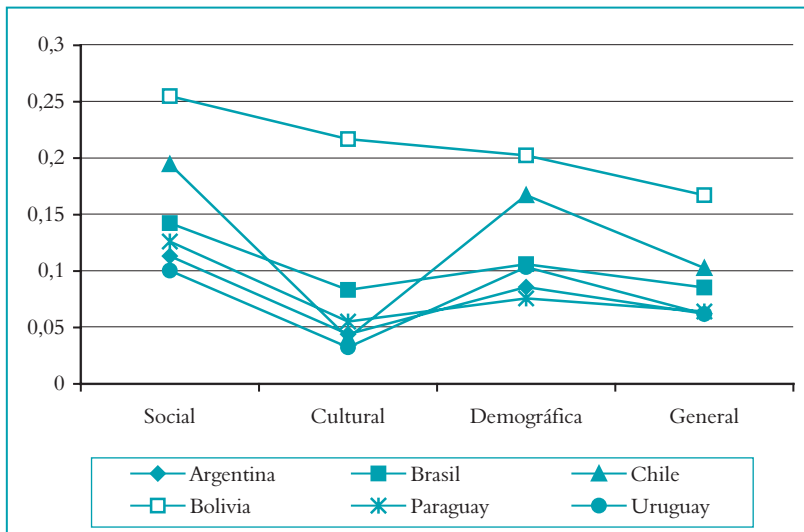
Lo que asoma en esta doble discriminación no es más que la historia de nuestras sociedades, sus formas históricas de dominación, la segregación social con bases étnicas. Quebrarlas implica un cambio cultural profundo, denso, difícil, que se cruza y no se separa de cambios estructurales, en la situación y la posición de los grupos que se sienten más discriminados, en sus condiciones materiales, laborales, educacionales.

Lo complejo es que pareciera todavía faltar para eso. Si así fuera, si esos cambios se estuvieran produciendo, se podría esperar que los jóvenes que se han sentido discriminados por este tipo de razones fueran menos que los adultos. Es por un mero tema de probabilidades por tiempo vivido, pero que no siempre se da. Al contrario. En Argentina, Brasil y Uruguay, las razones sociales y también las culturales son incluso más frecuentes entre la población de menos edad que entre la población más vieja. En Paraguay, ni las fuentes sociales ni las culturales establecen una relación relevante con la edad, y aunque en Chile y Bolivia se observa que estos tipos de discriminación son más frecuentemente sentidos por la población de más edad, sobre todo en las fuentes de carácter social, la diferencia es demasiado leve como para pensar que los jóvenes están menos expuestos a sentirse discriminados.

Esto obliga a asumir que las bases sociales de la discriminación social y cultural traspasan generaciones, se reproducen, y lo que es

peor, en algunos países parecieran incluso venir creciendo. Además, si el análisis se concentra solamente en la población joven de los seis países, lo que se observa es que en general la forma en que se distribuyen las distintas razones para sentir la discriminación en cualquiera de sus expresiones tiende a repetir lo que ocurre entre la población general. En todos los países las razones de sexo son más femeninas que masculinas. En los seis países las discriminaciones por razones etarias son levemente más frecuentes entre los jóvenes de menos edad. Las razones sociales y culturales también se ajustan a las tendencias generales de cada país: en los seis países las razones sociales se concentran entre los jóvenes de sectores de bajos ingresos y menos escolaridad, salvo en Uruguay, en que por alguna razón que habría que revisar, la discriminación social es mayor entre los jóvenes con más ingresos, con más años de escolaridad y que viven en sectores urbanos, que es otro punto que diferencia a Uruguay —también a Brasil— de los otros países. En el caso de las razones culturales la tendencia es más o menos la misma: también se concentran entre los jóvenes que pertenecen a algún pueblo originario o que son afrodescendientes, que pertenecen a familias con bajos ingresos, que tienen menos escolaridad y que viven en sectores rurales, a excepción de Chile y Brasil, en que están más concentrados en las ciudades que en el campo.

GRÁFICO 5: TIPO DE DISCRIMINACIÓN POR PAÍS ENTRE JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Todo esto significa que al centro del desafío para la democratización de nuestras sociedades está en evitar que este nexo entre las fuentes estructurales y culturales de discriminación se siga reproduciendo generacionalmente. Eso supone asumir que más allá de estos factores que diferencian internamente a los jóvenes de cada país, hay otro que también tiene importancia, pero que va por fuera: el país. Si se observa el gráfico 5 y se compara con el gráfico 4, lo que se observa es que tanto la forma de la curva de cada país como su posición en el plano están prácticamente calcadas. Estadísticamente se puede incluso sostener que para las distintas fuentes de discriminación, más que el hecho de ser jóvenes o adultos, lo que marca este tipo de experiencias es la presencia de dispositivos sociales y culturales que promueven la discriminación y que se extienden con mayor o menor intensidad al conjunto de la población de los distintos países. La situación más compleja pareciera vivirse en Bolivia, en Chile y en Brasil. Estos son los países en que resulta más frecuente que la población con menores recursos económicos y educacionales, y que pertenece a grupos étnicos específicos, sea objeto de actos o palabras que les remarcan su condición de inferioridad, un dato que en buena medida se corresponde con la alta fragmentación social y cultural de sus respectivas sociedades.